

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**A VAZA JATO E AS PRIMEIRAS FISSURAS NO DISCURSO HEGEMÔNICO DA
LAVA JATO: A DISPUTA PELA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JORNAIS
*FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO***

Autora: Helena Maria de Freitas Chagas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre

Brasília, dezembro de 2021

Ficha catalográfica

CHAGAS, Helena M. *A Vaza Jato e as primeiras fissuras no discurso hegemônico da Lava Jato: a disputa pela construção da narrativa nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo.*
/Helena Maria de Freitas Chagas/orientadora: Célia Maria dos Santos Ladeira Mota.
Brasília: UnB, 2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A Vaza Jato e as primeiras fissuras no discurso hegemônico da Lava Jato: a disputa pela construção da narrativa nos jornais Folha de S. Paulo e *O Globo*

Autora: Helena Maria de Freitas Chagas

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Célia Maria dos Santos Ladeira Mota

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Célia Maria dos Santos Ladeira Mota

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira

Prof. Dr. Samuel Lima

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória de meu pai, Carlos Chagas, jornalista e professor, que lutou por seis décadas para informar o público a respeito da vida do país e dos bastidores do poder, ajudando a reconstruir e a fortalecer a democracia no Brasil. Será sempre um exemplo de honradez e de disciplina para todos os profissionais que o conheceram como colega, chefe ou professor.

Agradecimentos

Aos professores, à Direção da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e aos servidores e técnicos que, em um período desafiador, marcado pela pandemia COVID-19, mantiveram, da melhor forma que puderam, o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, prestando apoio ao corpo discente para adaptar-se às difíceis circunstâncias.

Sem desmerecer todos aqueles que me apoiaram generosamente nos estudos e na preparação deste trabalho, que não vou nomear para não esquecer ninguém, desejo manifestar minha gratidão especial ao Prof. Dr. Sérgio Dayrell Porto, que me incentivou a iniciar essa jornada. À minha orientadora, Célia Ladeira Mota, minha eterna gratidão.

Aos meus amigos Diana Fernandes Antonelli e Francisco Gonçalves, companheiros de uma vida toda nas redações, que me antecederam nessa aventura de voltar à universidade e são exemplos – na vida e nos bancos escolares. Aos colegas da pós-graduação, todo o meu carinho e agradecimento pela acolhida e ajuda providencial nas horas difíceis.

À minha mãe, Enila, que me convenceu de que eu poderia fazer o que quisesse nessa vida.

Ao Bernardo Lins, simplesmente por tudo – em todas as horas de todos esses anos.

À Ana e ao Cacá, com quem aprendi muito mais do que jamais conseguiria ensinar

Ao Raul e à Heloísa, simplesmente por existirem.

Resumo

Este trabalho se propôs a analisar a representação dada por veículos da mídia tradicional do país – os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* – ao episódio que se denominou Vaza Jato. Estudamos o noticiário desses jornais ao longo dos 15 primeiros dias após a revelação pelo site *The Intercept Brasil*, em junho de 2019, das mensagens *hackeadas* que levantaram suspeitas de conluio e de relações impróprias entre o juiz e os procuradores responsáveis pela Operação Lava Jato. Até então, a Operação, que foi deflagrada em 2014 e prendeu integrantes das elites política e econômica, era a base de um discurso hegemônico que, em nome do combate à corrupção, gerou na sociedade brasileira forte sentimento anti-política, com impacto profundo nos rumos políticos do país. Nessa análise da notícia enquanto discurso e enquanto narrativa, recorreremos a duas diferentes fontes teórico-metodológicas: a Análise Crítica da Narrativa e a Análise do Discurso Crítica, que nos permitiram estudar as duas dimensões e se complementaram num mesmo dispositivo analítico. Ao final, identificamos nos dois jornais a construção de uma narrativa comum em torno da sequência de episódios que se seguiram no campo político e jurídico, e em seu desfecho provisório. Pode-se apontar, porém, diferenças na posição dos dois jornais, na forma como representam os protagonistas dessa “estória” – o principal, o ex-juiz e então ministro da Justiça Sergio Moro - e seus opositores. Apesar de a *Folha* e *O Globo* terem dado destaques distintos ao discurso contra-hegemônico da Vaza Jato é possível inferir que surgiram ali as primeiras fissuras no discurso dominante.

Palavras-chave: Pesquisa em jornalismo; discurso; narrativa; mídia tradicional e hegemonia; Lava Jato; Vaza Jato

Abstract

This text aims to analyze the representation given by traditional media outlets in our country – the newspapers *O Globo* and *Folha de S.Paulo* – to the episode called Vaza Jato. We studied the coverage of these newspapers over the first 15 days after *The Intercept Brasil* website revealed, in June 2019, the hacked messages that raised suspicion of collusion and improper relations between the judge and the prosecutors responsible for Operation Lava Jato. Until then, the operation, which was launched in 2014 and arrested members of the political and economic elites, was the basis of a hegemonic discourse. In the name of fighting corruption, it generated a strong anti-political sentiment in the Brazilian society that had a profound impact in the political directions of the country. In our study, we identified in both newspapers the construction of a common narrative around the temporal sequence of episodes that followed in the political and legal field, and in their provisional outcome. However, one can point out differences in the position of the two newspapers, in the way they represent the protagonists of this “story” – the main one, the former judge and then Minister of Justice Sergio Moro – and their opponents. Although *Folha* and *O Globo* gave different highlights to Vaza Jato's counter-hegemonic discourse, it is possible to infer that the first cracks in the dominant discourse emerged there.

Keywords: Journalism research; discourse; narrative; media hegemony; Lava Jato; Vaza Jato

Lista de ilustrações

Figura 1 – Visitantes únicos mês a mês (jan 2020 – jan 2021)	45
Figura 2 – Evolução da circulação impressa de jornais diários (2016-2021)	46
Figura 3 – Evolução da circulação digital de veículos selecionados (2016-2021)	47
Figura 4 – Circulação impressa e digital comparadas (dez 2018 – dez 2019)	48
Quadro 1 – Conteúdo publicado entre 10/6 e 26/6/2019 pelos jornais FSP e <i>O Globo</i>	53
Figura 5 – Contextualização da Vaza Jato e do período examinado	58
Quadro 2 – Protagonista da ação	63
Quadro 3 – Desfecho da ação	65
Quadro 4 – Vozes da disputa (10/6/19)	67
Figura 6 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11/6/2019, p. A-4	68
Quadro 5 – Vozes e discursos em <i>O Globo</i> (11/6/2019)	70
Figura 7 – <i>O Globo</i> , edição de 11/6/2019, p. 4	71
Figura 8 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11/6/2019, p. A-8	73
Figura 9 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 19/6/2019, p. A-4	75
Figura 10 – <i>O Globo</i> , edição de 20/6/2019, p. 4	77
Figura 11 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20/6/2019, p. A-4	82
Figura 12 – <i>O Globo</i> , edição de 19/6/2019, p. 4	85
Figura 13 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 26/6/2019, p. A-8	87
Quadro 6 – Narrativa sobre as mensagens hackeadas (10/6/2019)	90
Figura 14 – <i>O Globo</i> , edição de 10/6/2019, p. 6	92
Figura 15 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 19/6/2019, p. A-5	95
Figura 16 – <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20/6/2019, p. A-5	96
Figura 17 – <i>O Globo</i> , edição de 20/6/2019, p. 4	97
Quadro 7 – Vozes e discursos na CCJ do Senado Federal – FSP	98

Quadro 8 – Vozes e discursos na CCJ do Senado Federal – <i>O Globo</i>	99
Figura 18 - Trecho da matéria da Folha de 10/6 com a referência ao caso Lula	103
Figura 19 – Aprovação do trabalho de Moro na Lava Jato (2016-2021)	115
Figura 20 – Temas mais importantes para o presidente eleito para 2023-2026	116
Quadro I.1 – Conteúdo da <i>Folha de S. Paulo</i> (Anexo I)	122
Quadro I.2 – Conteúdo de <i>O Globo</i> (Anexo I)	123

Sumário

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problema de pesquisa	15
1.2	Justificativa.....	16
1.3	Objetivos gerais e específicos.....	19
1.4	O que não vamos analisar	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	A notícia como construção social.....	21
2.2	Narrativa e discurso	24
2.3	Discurso, prática social e Interdiscursividade	25
2.4	Hegemonia e teoria social: de Gramsci a Fairclough.....	28
2.5	Os campos sociais e as interações do campo jornalístico.....	29
2.6	Thompson e a teoria do escândalo midiático.....	32
3	A CORRUPÇÃO E A MÍDIA NO BRASIL	35
3.1	“Jornalismo sobre investigação”	37
4	O DESAFIO METODOLÓGICO: DISCURSO E NARRATIVA	38
4.1	Seguindo etapas da Análise da Narrativa, incluindo categorias da Análise do Discurso	39
4.2	O casamento com a Análise do Discurso Crítica	40
4.3	Nossas categorias e procedimentos	41
4.4	No Plano da Metanarrativa	43
5	O CAMINHO ANALÍTICO – O <i>CORPUS</i>	44
5.1	Por que a <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i> ?.....	44
5.1.1	Breve história da <i>Folha</i>	49
5.1.2	Breve história de <i>O Globo</i>	50

5.2	<i>The Intercept Brasil</i> : quando a mídia digital vira fonte da mídia tradicional	51
5.2.1	Breve história do <i>Intercept</i>	52
5.3.	Seleção dentro do <i>corpus</i>	53
6.	AS MENSAGENS OBTIDAS ILEGALMENTE E O INTERESSE JORNALÍSTICO	55
7.	ANÁLISE DAS MATÉRIAS – DISCURSO E NARRATIVA	58
7.1	Situando e recompondo a narrativa	58
7.2.	Roteiro da análise	61
7.3	A centralidade do conflito Lava Jato e Vaza Jato – suas diferentes formas e vozes	62
7.3.1	Os personagens e seu enredo: Moro protagonista e Lula antagonista..	63
7.3.2	A linguagem e os cenários do conflito	67
7.3.3	A politização do discurso e do personagem: “de superministro a vidraça”	70
7.3.4	Duelo no palco político: a volta por cima na CCJ e no STF	77
7.4	A operação interdiscursiva e a estratégia de Moro de personificar a Lava Jato	80
7.4.1	Um discurso em disputa: o combate à corrupção e a aura do herói sob ameaça	85
7.5	As diferenças entre os narradores <i>Folha</i> e <i>O Globo</i> – processos argumentativos, estruturação de textos, seleção de informações e posicionamentos	89
7.5.1	O tratamento dado às mensagens <i>hackeadas</i> de forma ilegal	89
7.5.2	Os diferentes caminhos de <i>Folha</i> e <i>Globo</i> na seleção das informações e distribuição de espaços	91
7.5.3	O fantasma mudo de Lula paira sobre tudo	102
7.5.4	Os editoriais: <i>O Globo</i> é parte na disputa, a <i>Folha</i> se distancia	105
8.	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	111

8.1 Achados no plano da narrativa e da metanarrativa: O político atropelou o herói.....	111
8.2 Lava Jato mostra resiliência, mas discurso contra-hegemônico se fortalece	113
8.3 Considerações finais.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXO I - Títulos e datas de matérias que compõem o <i>corpus</i>	123
ANEXO II - As mensagens do The Intercept citadas	126
Divulgação em 9 de junho de 2019	126
Divulgação em 14 de junho de 2019	127
Divulgação em 18 de junho de 2019	128

A VAZA JATO E AS PRIMEIRAS FISSURAS NO DISCURSO HEGEMÔNICO DA LAVA JATO: A DISPUTA PELA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO

1 INTRODUÇÃO

O Brasil das últimas décadas assistiu a uma sequência de escândalos midiáticos de corrupção (THOMPSON, 2002b): passamos pela CPI do PC, que levou ao impeachment do primeiro presidente da República eleito após a redemocratização do país (Fernando Collor, em 1992), pela CPI dos Anões do Orçamento (em 1993), pela denúncia da compra de votos para aprovação da reeleição (em 1994), pelo Mensalão (em 2005) e, finalmente, pela Lava Jato (em 2014). Em todos eles, a mídia brasileira teve papel fundamental, seja como protagonista, na prática de um jornalismo investigativo, caso dos primeiros da lista, seja exercendo o chamado “jornalismo sobre investigações” (NASCIMENTO, 2010), no qual a imprensa é alimentada com informações pelas autoridades de investigação e julgamento, às quais dá amplo destaque.

Esse foi o caso da Lava Jato, no qual houve estreita colaboração entre a mídia e essas autoridades de investigação na divulgação da sequência de seus episódios, que incluiu 80 operações e só se encerrou de fato em 2019. Essa cobertura jornalística esteve na origem da construção da narrativa que chegou ao público em torno dos casos de corrupção envolvendo a Petrobras e integrantes da elite política e econômica – que, pela primeira vez, foram expostos e presos pela prática desses crimes.

Talvez seja possível, hoje, dizer que nenhum outro escândalo na história do Brasil teve o impacto e a dimensão midiática da Lava Jato, seja por conta da grande evolução dos recursos tecnológicos que permitiram ao público acompanhar operações, diligências e depoimentos ao vivo, seja pela conjuntura política que o cercava ou pelos próprios interesses das empresas de comunicação. A mídia *mainstream* – proprietária também de grandes sites, que reproduzem seus noticiários impressos e de TV – investiu tempo, recursos e amplos espaços nessa cobertura. Teve com isso ganhos de audiência e de imagem, e, como dissemos, papel decisivo na construção da narrativa da Lava Jato. Consolidou-se um forte discurso

anticorrupção no país, que sustentou a imagem de intocabilidade da operação e de seus condutores.

A representação midiática dos casos da Lava Jato levou a uma avassaladora repercussão no âmbito da política – que incluiu o impeachment de uma presidente, a prisão de um ex-presidente por 580 dias e a eleição, em 2018, de um *outsider*, claramente despreparado, sob a bandeira do combate à corrupção e da antipolítica. No pano de fundo de tudo isso, esteve uma construção de sentidos que representou a operação como uma narrativa de cunho heroico, construindo para o público personagens, como o juiz da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, Sergio Moro. Numerosos trabalhos produzidos sobre o tema mostram como essa formação discursiva adquiriu contornos hegemônicos, e como se deu a construção midiática de protagonistas e antagonistas nesse enredo (PRADO JUNIOR, 2020).

Após cinco anos dominando o noticiário e mantendo na opinião pública sua imagem positiva, com poucas contestações – ao menos pouco visíveis, limitadas à mídia não hegemônica e a juristas ligados a acusados e condenados da Operação – a Lava Jato sofre seu mais duro golpe: a divulgação, pelo site *The Intercept Brasil*, em 10 de junho de 2019, de mensagens trocadas entre o juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, e também entre os procuradores. As mensagens, extraídas do aplicativo *Telegram* pela invasão ilegal de celulares dos procuradores e entregues ao site, revelavam conversas que mostravam estreita colaboração entre representantes da Justiça, a quem cabe julgar, e os dos órgãos encarregados de apuração dos crimes, responsáveis legalmente por investigar e formular a acusação. São funções bem delimitadas e separadas na organização judicial do Direito brasileiro, que proíbe expressamente a conduta.

Nesses diálogos (anexados mais adiante), Moro e Dallagnol combinavam operações, e o juiz dava orientações, fazia cobranças e acertava com o procurador futuras decisões suas em petições que ainda seriam apresentadas. Os procuradores planejavam ações contra o ex-presidente Lula e o juiz fornecia a Dallagnol supostas pistas que recebera de terceiros para investigá-lo.

A exposição dessa proximidade gerou polêmica. Nos meios políticos e jurídicos muitos argumentavam que o comportamento de Moro e dos procuradores teria ultrapassado os limites de distanciamento, imparcialidade e isenção requeridos institucionalmente. Outros se contrapuseram a essas alegações, apontando o hackeamento das conversas como criminoso e afirmando que não havia nada demais em seu conteúdo. A presença no enredo do ex-presidente

Lula, condenado por Moro no caso do triplex do Guarujá e então preso, e o fato de o ex-juiz Moro ter passado à condição de ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, acirraram e deram tom político ao debate. Começou a tomar corpo ali um novo discurso anti-hegemônico.

Denominado “Vaza Jato” pela imprensa e pelos políticos, o episódio logo tomou contornos de um “escândalo dentro do escândalo” e pegou a grande mídia, apontada como “lavajatista”, de surpresa. É justamente esse primeiro momento que analisamos no presente trabalho. O nascedouro de um novo discurso – e a resiliência do antigo – nas primeiras reações dos veículos tradicionais. Observamos como a grande mídia reage diante desse fato novo e seus primeiros movimentos no sentido de reformular (ou não) suas narrativas sobre o maior escândalo de combate à corrupção do país.

Selecionamos o período entre 10/6/2019 e 26/6/2019, que abrange os primeiros quinze dias após a divulgação da primeira leva das mensagens e concentrou grande número de matérias sobre o assunto, com manchetes, editoriais e chamadas de primeira página. É esse o nosso material de pesquisa, extraído dos dois jornais de maior circulação do país – *a Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

Em sua exploração, usando caminhos da análise da narrativa e ferramentas da análise do discurso, buscamos observar a forma como esses jornais construíram a nova narrativa e os sinais das primeiras fissuras no discurso hegemônico da Lava Jato. O novo enredo vem se compondo e avançando há dois anos, mas é nesse momento inicial que ficam claros, pelas reações mais ou menos explícitas, posicionamentos e lealdades dentro da grande mídia. O exame de recursos de linguagem, estruturação de textos, estratégias de sentido, seleção de informações nos textos noticiosos de dez edições, e a expressão de seus pontos de vista em editoriais constituem as categorias e unidades de análise que nos ajudam a decifrar a narrativa composta por cada jornal e seu grau de adesão, ou resistência, a essa mudança de rumo na trajetória da Lava Jato.

1.1 Problema de pesquisa

Diante de um novo escândalo dentro do escândalo, baseado numa versão claramente “adversária” à narrativa que predominou por mais de cinco anos, como terá se comportado a grande mídia, que exercera papel decisivo na formação e manutenção da primeira narrativa sobre a Lava Jato? Se, por um lado, havia forte pressão do conjunto de forças que apoiavam a Lava Jato e reproduziam seu discurso central – de que a operação salvara o país da

corrupção e de políticos que a teriam praticado – por outro havia fatos novos a encarar – as mensagens reveladas pelo The Intercept Brasil. O que fazer com elas, que questionavam boa parte da narrativa construída pelos veículos da grande mídia? Consideramos que a reação dos representantes dessa mídia *mainstream* - da qual fazem parte os grandes jornais – a forma como assimilaram (ou não) o novo enredo da Vaza Jato, e sua resistência a ele, em maior ou menor grau, estão no cerne da problematização desse caso.

Como problema de pesquisa, portanto, propomos responder: **como foram construídas as narrativas da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo* sobre as mensagens divulgadas no evento que se denominou Vaza Jato e como os dois jornais deram espaço ao discurso contra-hegemônico sobre a Lava Jato.**

Terá centralidade nesse estudo o conceito de discurso como elemento da prática social desenvolvido por Fairclough (2016) na formulação de sua teoria da Análise de Discurso Crítica (ADC) e seu ferramental metodológico, que será detalhado mais adiante. Por ora, importante destacar que, segundo essa concepção, na análise do discurso de um jornal é fundamental considerar a articulação entre o discurso e os outros momentos da prática de produção do texto. Ganham ênfase também os processos de produção e interpretação do texto e o contexto situacional em que foi produzido. Na recomposição da narrativa, na qual usaremos os recursos da Análise Crítica da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta (2013), pretende-se focalizar a forma como os eventos são representados e articulados entre si ao longo do tempo, as identidades representadas, os personagens construídos, as relações estabelecidas e seu contexto sócio-histórico. Vamos situar a Vaza Jato e tentar definir sua função dentro do enredo maior da operação-mãe, a Lava Jato.

1.2 Justificativa

No campo acadêmico, consideramos importante o estudo da narrativa e do discurso que se formou em torno do episódio que se denominou Vaza Jato. A narrativa-mãe da Lava Jato, que ela basicamente contesta e desautoriza, foi objeto de inúmeros estudos de diversas áreas aos longo dos últimos sete anos¹. Analisou-se exaustivamente seu significado político,

¹ Ver, por exemplo, BELLO, CAPELA e KELLER, 2021; DE ANDRADE, 2018; ATHANÁSIO, 2017.

seus desdobramentos históricos, sua linguagem e a estruturação de seus personagens como “heróis”. Em 2019, porém, o país tomou conhecimento de que essa narrativa não havia sido concluída, e que ganhava um novo capítulo – que acabaria por mudar seu desfecho do ponto de vista histórico, social e até econômico. A história e outras ciências certamente examinarão esses aspectos e suas implicações. Mas entendemos que o campo da Comunicação também tem uma grande tarefa pela frente no estudo da construção de novos discursos e narrativas, suas relações de antagonismo com *status quo* anterior e a síntese resultante.

Análises da história recente do país apontam a Lava Jato como fator de grande influência nos fatos políticos que se seguiram. Não nos cabe aqui analisar esses episódios em separado para justificar nossa incursão nessa temática. A título de exemplo, porém, é oportuno lembrar uma intriga da narrativa-mãe da Lava Jato que consideramos ser ilustrativa do impacto de grampos e vazamentos de conversas e sua representação na mídia.

Refere-se ao impeachment, em abril de 2016, da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), cujo desgaste político e social foi aprofundado pelas denúncias originadas na operação Lava Jato contra petistas e diretores da Petrobras (GUAZINA, PRIOR e ARAÚJO, 2019). Pouco antes de a Câmara abrir o processo contra ela, em 16 de março, Dilma tentou nomear o ex-presidente Lula para a chefia da Casa Civil de seu governo – o que, na opinião de políticos e comentaristas na época², poderia ajudar a estancar a sangria política da presidente da República naquele momento. No mesmo dia, o então juiz da Lava Jato, Sergio Moro, suspendeu o sigilo de um grampo com conversas telefônicas da então presidente com o ex-presidente Lula sobre sua nomeação, gravadas pela operação, que investigava o ex-presidente. A posse de Lula foi então suspensa pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, sob alegação de que sua nomeação como ministro visava a fraudar as investigações contra ele, que mudariam de instância e sairiam das mãos de Moro.

Três anos depois, diálogos obtidos pelo *Intercept*, e publicados em matéria da Folha de S.Paulo em 8 de setembro de 2019, mostraram conversas da época entre o então juiz e procuradores da força-tarefa em de que Moro pedia elementos contra o ex-presidente, como os relatórios dos grampos e a transcrição dos diálogos mais relevantes das conversas entre ele e Dilma – cuja divulgação, a essa altura, era ilegal por ter sido captada fora do prazo autorizado. Na ocasião, Moro chegou a ser admoestado pelo relator da Lava Jato no STF, Teori Zavascki,

² Ver, por exemplo, Matoso, Passarinho e Alegretti (2021) e Struck (2021).

pela ilegalidade da divulgação. Mas conversas vazadas são como leite derramado, e essas ampararam a decisão de Gilmar de suspender a nomeação de Lula. Cinco anos depois, já reveladas as conversas da Vaza Jato, o ministro tornou-se um dos principais defensores no STF da tese de que Lula deveria ser solto, ter sua condenação anulada e Moro ter sua parcialidade decretada nesse caso – o que acabou ocorrendo.

O exemplo acima enseja uma reflexão sobre quais teriam sido os rumos políticos do país sem o “efeito Lava Jato”. Também não é esse o objetivo do presente estudo, mas nos interessa aqui, como justificativa de nossa opção de análise, observar e levar em conta o impacto do discurso hegemônico do combate à corrupção na sociedade brasileira. Gêmeo do discurso da antipolítica que criminalizou a atividade política, marcou o debate das eleições de 2018. Jair Bolsonaro foi eleito empunhando essa bandeira, e nomeou Sergio Moro como ministro da Justiça. O juiz deixou a magistratura. Já nos primeiros meses do governo Bolsonaro, porém, entre denúncias de prática de “rachadinha” na Assembléia Legislativa do Rio, por seu filho, senador Flávio Bolsonaro, e acusações de envolvimento da família com integrantes das milícias do estado, seu discurso de combate à corrupção foi se esvaziando.

A eclosão da Vaza Jato encontra Sergio Moro no Ministério da Justiça – que ele deixaria em abril do ano seguinte, após uma sucessão de desentendimentos com o presidente da República. Na ocasião, junho de 2019, Bolsonaro e seus assessores mais próximos, após curto silêncio, apoiaram Moro diante das acusações. Mas o episódio, afetando a imagem até então intocável do ex-juiz, tornou-o mais fraco não apenas perante a opinião pública, mas também no governo. Quando Moro se demitiu, acusando o presidente de tentar interferir indevidamente na Polícia Federal, em abril de 2020, não houve a comoção popular que alguns previam. Bolsonaro já havia, a esta altura, feito uma aliança com o Centrão, grupo integrado por partidos como PP, PL e Republicanos, entre outros, que têm acusados e condenados pela Lava Jato entre seus quadros e costuma ser identificado pela mídia como fisiológico e clientelista. Foi-se de vez o discurso anticorrupção de Bolsonaro.

À luz também do processo político atravessado pelo país nos últimos cinco anos, e de suas numerosas e nefastas consequências para a população brasileira, consideramos, portanto, ser importante o estudo da recepção da Vaza Jato pela mídia – gênese da erosão do discurso que contribuiu para semear esses acontecimentos.

1.3 Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral deste trabalho é analisar a construção, na grande imprensa, da narrativa jornalística diante dos eventos antagônicos que modificam os rumos e a percepção sobre a Lava Jato. No caso, a narrativa composta pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, levando em conta as relações entre o campo jornalístico e os campos político e judicial, dentro do contexto sócio-histórico em que estão inseridos os veículos de comunicação. De forma mais específica, nosso objetivo é estudar, em dez edições, os discursos e narrativas construídos por dois dos principais jornais impressos do país — *Folha de S.Paulo* e *O Globo* — e mostrar a construção de diferentes significados, por parte de cada um, sobre as conversas comprometedoras dos protagonistas da Lava Jato reveladas pela Vaza Jato.

Temporalmente, situamos nossa análise nos seus primeiros dias da Vaza Jato, quando ficou exposta certa divisão na imprensa tradicional brasileira. Parte dos jornais, e seus sites, passaram a dar grande espaço à transcrição dos diálogos de conteúdo questionável entre juiz e procuradores – que teriam transgredido normas relativas ao direito de defesa — e a possíveis consequências de sua divulgação nos planos jurídico e político. Outros, porém, questionaram sobretudo a ilegalidade da violação dos celulares dos procuradores e a própria veiculação das mensagens. Esses últimos tentaram sustentar o discurso alinhado às autoridades responsáveis pela apuração e julgamento da Lava Jato, dando mais destaque aos argumentos de Moro e dos procuradores do que ao conteúdo das mensagens, como se verá mais adiante. No presente trabalho, temos representantes que se aproximam dessas duas vertentes, e tentamos identificar inflexões em seu comportamento.

1.4 O que não vamos analisar

Dada a extensão do enredo Lava Jato-Vaza Jato, é preciso esclarecer, antes de começar, o que não estamos analisando aqui. Não analisamos, por exemplo, o conteúdo, a linguagem ou os discursos representados nas mensagens *hackeadas* que trazem conversas trocadas entre o ex-juiz Moro e os procuradores. São mencionadas, mas na medida em que são trazidas pelos narradores jornais ou pelos personagens da narrativa quando significativas para a análise das intrigas ou para observar sua incorporação, ou rejeição, no discursos em questão.

Também não nos interessa, aqui, o debate específico sobre os numerosos casos de corrupção investigados na Lava Jato, o mérito das condenações ou mesmo a discussão pouco útil que se trava hoje a partir de discursos de parte da esquerda que sustentam não ter havido

desvios na Petrobras. Não nos cabe analisar esse estrago ou a negação de sua existência, até porque esse embate se trava dois anos depois do período estudado – possivelmente como mais um desdobramento das mudanças de discurso produzidas pela Vaza Jato. Não vamos, também, tratar personagens como inocentes ou culpados. Isso cabe à Justiça, que vem agindo para reparar os excessos e erros da Operação, mas sem acabar com ela ou anular condenações de réus que claramente cometeram crimes. O ex-presidente Lula, por exemplo, teve suas condenações anuladas pelo STF com base no que a Corte observou sobre a conduta do juiz que o condenou – inclusive nas mensagens da Vaza Jato – mas outros réus continuam presos, sem sinais de que a Justiça tenha decidido varrer a Lava Jato do mapa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No ponto de partida de uma análise qualitativa, é importante situar o papel do pesquisador e intérprete da história à luz dos conceitos da hermenêutica, como mediador entre presente e passado, sempre inserido em tradições históricas (GADAMER, 2006). Na análise de nosso objeto – as matérias da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo* - o exercício da interpretação será fundamental, seguindo passos e etapas de uma metodologia e considerando os contextos sociais e históricos em que foram produzidas essas formas simbólicas. Segundo Thompson, que aprofunda essa reflexão em sua *Hermenêutica Profunda (HP)*, quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, eles estão diante de um objeto que pode ser, ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte (THOMPSON, 2002a). Dessa forma, uma das considerações básicas a respeito da análise de matérias jornalísticas é de que estaremos sempre oferecendo uma interpretação de uma interpretação, re-interpretando um campo pré-interpretado.

“O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor”.(THOMPSON, 2002a: 357-358)

2.1 A notícia como construção social

Nesse trabalho, temos como referência fundamental os conceitos de notícia como construção social e jornalismo como prática social. Buscamos Nelson Traquina, que enuncia de forma simples a pergunta básica: por que as notícias são como são? Não há, nem nunca haverá, uma única e inequívoca resposta. Mas Traquina avança no desvelamento dessa questão complexa e disseca o conceito de notícia como “construção social”, resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais, que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio desse saber. É dessa forma que o processo se dá. Para ele, “a

promoção das estratégias de comunicação é legítima, e só é 'manipulação' quando métodos ilegítimos, como a mentira ou documentos forjados, são utilizados". (TRAQUINA, 2018: 28).

A notícia é, portanto, um relato da realidade construído por inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico e outros grupos sociais. Ao detalhar esse processo, Traquina aponta três níveis básicos de interação. No primeiro nível, com suas fontes de informação. No segundo, entre jornalistas como membros de uma comunidade que partilha uma identidade profissional, valores e cultura comuns, na linha do conceito de campo de Bourdieu. A terceira interação fundamental é com a própria sociedade, "silenciosamente", pelos limites com que valores sociais marcam as fronteiras entre "normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante". São valores que o jornalista partilha com a sociedade na condição de um de seus integrantes.

Essa relação ficou mais complexa depois de mudanças fundamentais na história do jornalismo no século XIX, passando por sua industrialização, expansão e profissionalização. Com isso, o campo jornalístico moderno se define hoje pela existência de dois polos: o polo econômico, ou comercial, no qual as notícias têm a função de mercadoria num negócio lucrativo; e o polo ideológico, ou intelectual, no qual o jornalismo é visto como um serviço público e a imprensa é identificada como instituição fundamental da democracia liberal. Entre esses dois polos, ora pendendo mais para os imperativos econômicos, ora para o papel de elemento fundamental dentro da teoria democrática e da garantia dos direitos da cidadania, o jornalismo se exerce em meio a uma vasta cultura de valores, símbolos e rituais que ganharam dimensão dentro do campo – o que Traquina chama de "tribo" (TRAQUINA, 2018).

Sua indagação seguinte, correlata a essa dicotomia presente no campo jornalístico, está abrigada sob o guarda-chuva da pergunta-mãe que busca saber por que as notícias são como são: "Qual é o papel do jornalismo na sociedade? É um campo aberto, que todos os agentes sociais podem mobilizar para as suas estratégias comunicacionais, ou um campo fechado a serviço do status quo?" (TRAQUINA, 2018:147). Vasta literatura no campo científico dos estudos do jornalismo tem sido produzida a esse respeito, e várias teorias foram desenvolvidas.

Ao presente estudo, nos parece interessante recordar alguns pontos das teorias construcionistas, que a partir dos anos 1970 estabeleceram o novo paradigma que define as notícias como construção. Traquina lembra que esse paradigma é totalmente oposto à perspectiva das notícias como "distorção" – preconizada em outras teorias – e põe em xeque

também a própria ideologia jornalística, expressa sobretudo na Teoria do Espelho, segundo a qual as notícias são espelho da realidade. As teorias construcionistas pregam que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os meios noticiosos que devem refletir essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade.

Essas linhas teóricas argumentam também que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, “porque a linguagem neutra é impossível” (TRAQUINA, 2018: 170). Além disso, para os construcionistas, há diversos fatores que influem na estruturação da representação dos acontecimentos pelos meios noticiosos, como os aspectos organizacionais do trabalho jornalístico e suas rotinas, as limitações orçamentárias e a maneira como veículos e profissionais respondem à imprevisibilidade dos acontecimentos. .

Da mesma forma, a abordagem das notícias como narrativa — ou histórias construídas — não as rebaixa nem as joga para o campo da ficção. Gaye Tuchman, também trazida por Traquina, define com maestria esse ponto:

“(...) dizer que uma notícia é uma história não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (TUCHMAN, 1973/1993: 262 apud TRAQUINA, 2018: 171).

Aprofundando a reflexão sobre a notícia como construção social, chegamos à formulação de Ciro Marcondes Filho: “Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo”. No livro “A Saga dos Cães Perdidos”, ele analisa a notícia sob a ótica da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, liderada por intelectuais como Adorno e Horkheimer, que criaram o conceito de “indústria cultural” (MARCONDES FILHO, 2000: 33)

É a notícia integrada à lógica do mercado, inserida num processo produtivo que envolve etapas, tem custos e precisa, como qualquer indústria, garantir o lucro e a sobrevivência no mercado. Uma informação, em si, não é mercadoria, esclarece. A mercadoria surge com a transformação da matéria-prima informação em notícia vendável – e o jornal (ou site) lucra com a venda desse conteúdo e/ou de espaços publicitários. Isso ocorreu, por exemplo, ao longo da cobertura intensiva da Operação Lava Jato, apresentada no formato de uma narrativa

emocionante que incluiu operações da Polícia Federal ao vivo e prisões de poderosos, aumentando a audiência dos noticiários da mídia.

2.2 Narrativa e discurso

No presente estudo, trabalhamos com ferramentas da Análise Crítica da Narrativa e da Análise do Discurso Crítica. Fundamental, portanto, buscar embasamento teórico nesse estudo para traçar as diferenças entre discurso e narrativa, e traçar as características do discurso jornalístico enquanto prática social. Discursos não são sistemas lingüísticos ou apenas textos. Eles são práticas que acontecem nas instituições e que envolvem atividades determinadas, rotinas produtivas e enunciados produzidos a partir destas atividades e rotinas, e que moldam ou constituem a fala da instituição. Em tese de doutorado, Célia Ladeira Mota avança nessas definições, resgatando a definição de Foucault segundo a qual o discurso jornalístico é uma prática social que tem uma historicidade e uma rotina produtiva, cujas regularidades determinam o conceito de notícia, suas características, os sujeitos da notícia, as técnicas de coleta de dados, a organização textual dos relatos, e a questão do acontecimento como central à prática. Todo este conjunto organizado que produz conhecimento sobre a atualidade, ressalta, é chamado de ordem do discurso, ou formação discursiva do jornalismo (MOTA, 2008).

Segundo essa concepção, uma notícia pode ser definida enquanto narrativa e, ao mesmo tempo, como discurso – e essa distinção é necessária para entender melhor de que forma a linguagem opera para produzir enunciados que são ao mesmo tempo históricos e culturais, do ponto de vista discursivo, e como os diferentes enunciados retomam o fio de uma grande narrativa.

“O discurso é a organização textual a partir de uma formação discursiva tal, na concepção de Foucault, que permite identificar os enunciados como produtos de uma prática social (jornalismo). A narrativa é contar um acontecimento percebendo os seus personagens, o conflito, o desenlace e os níveis de significação que podem ser observados na história noticiosa” (MOTA, 2008: 77).

Narrar é, então, relatar eventos de interesse humano que se produzem num suceder temporal. E a narrativa é, na compreensão teórica do professor Luiz Gonzaga Motta, uma predisposição primitiva e inata dos seres humanos para tentar organizar e compreender a realidade.

“A narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões, explicações e significações mais estáveis” (MOTTA, 2013:7).

Como dispositivos produtores de significados, as notícias são, portanto, narrativas que criam significações sociais, ponto de partida para a construção de determinados significados sobre acontecimentos. É por meio das narrativas, feitas diariamente como prática de encadeamento dos relatos sobre os acontecimentos, que se torna possível construir uma visão coerente e organizada do mundo.

Com base nessas diferenças, analisamos o período escolhido da Vaza Jato, objeto de nosso estudo, como uma narrativa em si, iniciada com a divulgação das mensagens pelo *The Intercept Brasil* e fechada temporalmente, por arbítrio nosso, no episódio em que o STF manteve Lula preso e adiou o julgamento da parcialidade de Moro, por razões que veremos mais adiante. Ao mesmo tempo, analisamos, do ponto discursivo, a permanência (ou não), ou a erosão, do discurso hegemônico anticorrupção, o discurso da Lava Jato, diante do fortalecimento de um discurso contra-hegemônico.

2.3 Discurso, prática social e Interdiscursividade

Em sua fundamental abordagem teórico-metodológica, Norman Fairclough, um dos formuladores da Análise do Discurso Crítica (ADC), que utilizamos aqui, reuniu a análise linguística e a teoria social, numa combinação do sentido mais socioteórico de discurso com o sentido de texto e interação na análise de discurso orientada linguisticamente, num conceito “tridimensional”.

“Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do ‘texto’ cuida da análise linguística de textos. A dimensão da prática discursiva, como ‘interação’, na concepção ‘texto e interação’ de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso são derivados e como se combinam. A dimensão de prática social cuida de questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos” (FAIRCLOUGH, 2003: 20-21).

A visão do discurso como forma de ação é um dos sustentáculos de nossa análise no plano discursivo, assim como a noção de que há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Ainda que seja moldado e limitado, das mais diferentes maneiras, pela estrutura social, o discurso nela interfere, contribuindo para sua constituição. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2016).

Para Michel Foucault, o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata da realidade. Em sua visão constitutiva do discurso, ele não é apenas uma representação do mundo, mas constitui e constrói o mundo ao significá-lo. Como prática social, o discurso é uma forma de ação, na qual seus autores podem agir sobre o mundo e sobre os outros (FOUCAULT, 1985).

É sob essa ótica que Foucault constrói o conceito “formação discursiva” — básico na análise das matérias jornalísticas que tratam do tema do combate à corrupção. Em sua “Arqueologia do Poder”, Foucault pontua: “chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que relevam a mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1969 : 153). Essa formação discursiva tem origem num determinado domínio social, com suas regras de funcionamento e de atuação social, que são explicitadas em determinadas formas enunciativas e textos específicos daquela prática social. Os estudiosos do discurso, como Fairclough, usam esse conceito como base para suas metodologias de análise.

“Uma formação discursiva consiste em regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais especificamente, em regras para a formação de objetos, em regras para a formação de conceitos e em regras para a formação de estratégias” (FAIRCLOUGH, 2003: 67).

A noção de formação discursiva foi lapidada e incorporada à análise do discurso por Pêcheux, segundo o qual toda formação social, caracterizada por uma relação entre as classes sociais, implica a existência de “posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. Essas formações ideológicas incluiriam “uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE, HENRY e PECHEUX, 1971: 102).

De outra vertente analítica, a Análise do Discurso (AD), Eni Orlandi, de forma bastante semelhante, também enfatiza a estreita relação entre formação discursiva e ideologia. Para ela, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas

em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Com isso, considera a noção de formação discursiva fundamental para a compreensão do processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia e o estudo das regularidades no funcionamento do discurso. “A formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2015: 41). E resume: o discurso se constitui em seus sentidos, portanto, porque aquilo que diz se inscreve em uma formação discursiva, e não em outra, para ter um sentido, e não outro.

Entrelaçada ao conceito de formação discursiva, a definição de intertextualidade será instrumento central no percurso desta análise. Parte da noção de que um discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, dentro do qual ele ocupa seu espaço. Para desenvolvê-lo, Fairclough recorre a Foucault: “Não pode haver enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros” (FOUCAULT, 1985: 98). Ou seja, qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa.

Fairclough define intertextualidade basicamente como a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados - “e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2016: 119). Do ponto de vista da produção, a perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos, a forma como eles se constituem em acréscimos às cadeias de comunicação verbal já existentes.

Na classificação de Fairclough, uma ferramenta importante de análise, a intertextualidade pode ser “manifesta”, quando recorre explicitamente a outros textos específicos pré-existentes, ou “constitutiva”, também chamada de interdiscursividade, e que, segundo ele, constitui os textos de forma heterogênea por meio de elementos das ordens de discurso. Há, porém, certa divergência entre autores em relação aos significados de intertextualidade e interdiscursividade.

Orlandi, por exemplo, alerta para a necessidade de não se confundir o interdiscurso com o intertexto, mais claramente identificável nos textos numa primeira camada da análise. Ambos mobilizam relações de sentido, mas o interdiscurso trata de todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos, enquanto o intertexto, na concepção da autora - diferente da concepção mais geral e englobante de Fairclough - restringe-se à relação de um texto com outros textos.

2.4 Hegemonia e teoria social: de Gramsci a Fairclough

Numa pesquisa que tem como foco identificar os primeiros sinais de mudanças num discurso dominante, como a da Lava Jato, e o crescimento e a ocupação de espaços na mídia por parte de um discurso adversário ou de contestação, como o da Vaza Jato, torna-se fundamental um mergulho no conceito de hegemonia. A acepção de hegemonia aqui utilizada tem origem na obra do filósofo marxista e jornalista italiano Antônio Gramsci, datada das primeiras décadas do século passado, que foi produzida num contexto histórico totalmente diverso, mas continua sendo atual, sobretudo em estudos relacionados à mídia. Gramsci elaborou e desenvolveu seus principais conceitos - entre eles o de hegemonia como liderança cultural, moral e política numa sociedade - em um mundo muito diferente, mas sua teorização em torno da centralidade do papel da imprensa na arena das lutas ideológicas e de classe continua viva.

Entre os conceitos fundantes da obra de Gramsci, está o da hegemonia, que não se reduz à coerção pela força ou pelo poder econômico, por resultar também da conquista do consenso no plano moral e intelectual de uma sociedade. Ao lado disso, o filósofo levantou a questão central da disputa pela hegemonia dentro da sociedade civil e do papel dos “aparelhos privados de hegemonia” - hoje, como antes, responsáveis pela disseminação do pensamento dominante no mundo contemporâneo, caso da mídia mainstream. Também a partir das reflexões de Gramsci, conseguimos compreender e interpretar os movimentos contra-hegemônicos e a incessante disputa ideológica dentro das sociedades atuais (MORAES, 2016).

A construção da hegemonia nas sociedades contemporâneas cada vez mais se baseia em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões eleitorais, afirma Dênis de Moraes em sua “Crítica da mídia & hegemonia cultural”. Ainda que num ambiente midiático mais complexo e diversificado, sob a influência de mudanças tecnológicas que ocorrem em ritmo galopante, a disputa pelo consenso em torno de determinadas visões de mundo continua sendo o alvo central das batalhas das ideias travadas entre classes, setores, instituições e grupos representativos de interesses diversos na sociedade (MORAES, 2016: 25-26).

É Moraes, em sua análise do pensamento gramsciano, quem observa que, sob essa perspectiva, “a imprensa e o jornalismo, cada qual em sua dimensão específica e em movimento

de fertilização mútua e complementaridade, são agentes históricos essenciais para modelar a opinião pública e delinear os contornos da vontade política. Assim, sob essa perspectiva, enquanto aparelhos privados de hegemonia, os meios de comunicação são agentes fundamentais, detendo a propriedade dos meios de produção, as tecnologias e a infraestrutura logística, atuando “como gestores de processos de produção material e imaterial” (MORAES, 2019:39).

Quase um século depois, é Fairclough, em sua análise de discurso crítica com foco na mudança social, quem explica a recuperação do conceito de hegemonia dentro das teorias do discurso pós-marxista. Nessa concepção, a luta ideológica pela hegemonia entre as forças políticas se trava hoje, de forma universal, em torno de questões como a globalização e o domínio mundial dos mercados nas sociedades contemporâneas – o que está conectado com a função ideológica dos discursos. Para ele, buscar a hegemonia é uma questão de universalizar significados parciais – ou de alguns setores – para obter e manter a dominação nas sociedades (FAIRCLOUGH, 2003).

2.5 Os campos sociais e as interações do campo jornalístico

Outra contribuição teórica importante num trabalho que analisa a construção de narrativas em torno de um caso que envolveu os planos jurídico e político é a formulação de campos sociais do sociólogo francês Pierre Bourdieu e seus desdobramentos na análise do campo jornalístico, de seus efeitos e de suas relações com os demais campos, como o político e o judicial.

Campos são "espaços sociais estruturados em posições (ou postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)" (BOURDIEU, 1989: 89). Em suas práticas, posições sociais e disposições culturais, os agentes sociais se organizam em torno de sistemas simbólicos, expressos na linguagem. É nessa teoria da prática social que ele desenvolve também o conceito de habitus, que define a ação ou reação dos agentes sociais de determinada maneira dentro de um campo.

O mundo do jornalismo é, portanto, um microcosmo com leis próprias, definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. “Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos”

(BOURDIEU, 1997: 55). Crítico do reducionismo econômico, ele dá grande ênfase às séries de normas que regem cada campo, embora admita que fatores econômicos — a pressão do campo econômico, do qual também fazem parte as empresas jornalísticas — têm importância e devem ser levados em consideração. Mas elas não explicam nem esgotam todas as influências que interagem dentro do campo jornalístico, que são muito mais ricas.

Na concepção de Bourdieu, o campo baseia-se, sobretudo, num conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas, inscrito num sistema de categorias de pensamento, de padrões de utilização da linguagem e de seleção de temas. São os princípios de legitimidade interna do campo. Em “Sobre a televisão”, em que faz uma crítica contundente à TV francesa se aprofunda numa análise da mídia e de todo o campo jornalístico, Bourdieu, em determinado momento, chama esse conjunto de princípios de “prova da seleção jornalística”. Segundo ele, não há discurso, ou ação social, que para ter acesso ao debate público na mídia não tenha que se submeter a esses padrões, quase sempre comuns dentro do campo.

Nesse “campo de forças”, segundo Bourdieu, há dominantes e dominados, relações de desigualdade e lutas internas que levam à transformação ou à conservação do campo. Cada um dos integrantes do campo empenha-se, no interior desse universo, em concorrer com os demais e definir sua posição. Esse pressuposto nos poderá ser especialmente útil na análise, inclusive para explicar certas opções editoriais dos dois jornais, situados no mesmo campo, onde concorrem entre si. No campo jornalístico, os profissionais concorrem pelo “furo” (a informação de maior impacto), por posições nas organizações, por salários e por prestígio, traduzido no capital simbólico. As empresas concorrem, antes de tudo, por aquilo que as sustenta economicamente: audiência e mercado, ainda que, segundo essa visão, ao peso econômico se contraponha também o peso simbólico de cada veículo ou órgão. A concorrência entre profissionais e a concorrência entre empresas jornalísticas estão, contudo, profundamente imbricadas e constituem faces da mesma moeda:

“A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado, realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão, etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas”. (BOURDIEU, 1997: 58)

No interior do campo jornalístico, contam pesos relativos: “Um jornal deixa de ser dominante quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita a lei” (BOURDIEU, 1997: 60). Na presente análise, trataremos de dois dos principais jornais do país que, em suas versões impressa e digital, disputam fatias do mercado no campo econômico. Ao mesmo tempo, porém, a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* concorrem na acumulação de capital simbólico. O campo do jornalismo é, nessa visão, mais dependente das forças externas do que todos os outros campos de produção cultural, já que depende da demanda e está sujeito à sanção do mercado. Contudo, observa Bourdieu, apesar de fortemente condicionado às pressões comerciais, esse campo exerce, ele próprio, uma pressão sobre os outros campos enquanto estrutura — e todos os campos de produção cultural estão hoje sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico.

Bourdieu trata também da interação entre os campos jurídico e político — observações que nos interessam na análise da Vaza Jato, que pode ser considerada um evento político mas que tem relações e desdobramentos no campo jurídico. Tentamos também identificar operações intertextuais, nas quais o jornalismo incorpora discursos e textos de outros campos, como o jurídico e o político, na construção das narrativas. Essa inter-relação resulta em pressões externas envolvendo o campo do jornalismo que vão impactar outros campos:

“Tem-se a impressão de que a pressão dos jornalistas, exprimam eles suas visões ou seus valores próprios, ou pretendam, com toda a boa-fé, fazer-se os porta-vozes da ‘emoção popular’ ou da ‘opinião pública’, orienta por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes” (BOURDIEU, 1997 : 82).

Sob essa ótica, pode-se analisar as implicações da estreita relação que se estabeleceu, na Lava Jato, entre a imprensa e suas fontes, os agentes da investigação, como procuradores, policiais federais e até o juiz. Ela parece estar na origem da formação e na sustentação de um discurso hegemônico. Uma relação de troca, em que um lado, no campo jornalístico, não apenas recebia informações para produzir matérias, mas atuava de forma decisiva para que o outro, no campo jurídico, tivesse legitimado o seu discurso e obtivesse a exposição pública almejada.

Bourdieu vai mais longe na reflexão sobre a interação entre os campos jurídico e jornalístico. Aponta uma “transferência do poder de julgar” dos juízes para a mídia, em que a “lógica da demagogia” substituiria a lógica da crítica interna inerente ao funcionamento do campo jurídico. Ele se refere sobretudo à influência da TV, que dentro de determinados campos

— como o científico ou o jurídico, por exemplo —, tem o efeito de revestir de autoridade profissionais que, internamente, estariam longe de ser os mais competentes ou respeitados por seus pares. "A mídia não cessa de intervir para enunciar vereditos", resume (BOURDIEU, 1997:92).

2.6 Thompson e a teoria do escândalo midiático

O evento que se pretende aqui estudar, sob a ótica dos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, foi denominado na linguagem coloquial de jornais e jornalistas como o escândalo da Vaza Jato, numa referência talvez jocosa ao escândalo da Lava Jato, à qual está umbilicalmente ligado. Simbolicamente, o vazamento das mensagens mostrando conversas questionáveis de procuradores, juiz e outros personagens da investigação funcionou como um escândalo dentro de outro escândalo.

Na construção de sua teoria social do escândalo, Thompson situou historicamente a eclosão desse fenômeno, partindo de Bourdieu e seu conceito de capital simbólico, que se refere à acumulação de prestígio, reputação e confiança. Thompson define o escândalo político como uma luta pelo poder simbólico em que reputação e confiança estão em jogo: "são lutas em que parte do que está em jogo são os próprios recursos dos quais o poder, até certo ponto, depende".

As mudanças nos meios de comunicação, com o advento de novas tecnologias que transformaram a natureza da visibilidade – hoje transmitindo os eventos ao vivo e em tempo real - alteraram de forma profunda as relações entre o público e o privado e tornaram o escândalo uma característica cada vez mais presente da vida pública nas sociedades modernas. Para Thompson, o que chama de "escândalo midiático" está ligado também a transformações sociais mais amplas, incluindo mudanças nas bases econômicas das indústrias da mídia e na consolidação do jornalismo como profissão, que aprofundaram a já estreita ligação entre escândalo e mídia. O escândalo vende - e mudaram a natureza, o tamanho e as consequências dos escândalos, que emergiram em nova modalidade:

“Uma nova forma de escândalo emergiu, o que chamarei de escândalos midiáticos, cujas propriedades diferem daquelas dos escândalos localizados e cujas possíveis consequências são de escala totalmente diferente. Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela: eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação”. (THOMPSON, 2002: 59).

Ao analisar o escândalo como acontecimento midiático, Thompson destaca o papel decisivo dos meios de comunicação ao longo de seu desenrolar, podendo inclusive alterar seu caráter como acontecimento. A apresentação através da mídia, e o comentário na mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo, mas sim parte constitutiva deles. (THOMPSON, 2002: 91). Dessa forma, as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa e as críticas aos (supostos) agentes das ações e transgressões apuradas e expostas nos escândalos constituem o modo principal de expressão da desaprovação social em relação a seu comportamento — ainda que nem sempre o clima midiático de reprovação corresponda necessariamente às opiniões de leitores e telespectadores. “A apresentação de juízos negativos na imprensa pode facilmente tornar-se um discurso auto-referente; o quanto o clima moral gerado por ela irá corresponder às atitudes dos receptores permanece uma questão aberta” (THOMPSON, 2002: 97).

Os meios de comunicação podem ocupar também um papel crucial, ao longo do desenvolvimento dos escândalos, como provedores de evidências numa investigação, além de fixar as informações divulgadas, ou o conteúdo simbólico, num meio relativamente durável. Esse efeito foi claro, por exemplo, no caso das mensagens trocadas entre os protagonistas da Lava Jato, veiculadas por órgãos da imprensa depois de vazadas do aplicativo Telegram. Eram mensagens privadas que acabaram expostas e perenizadas pelos meios de comunicação.

A visão de Thompson de que os escândalos seguem uma estrutura sequencial também fornece um instrumento útil à análise da narrativa, permitindo observar as fases e situar os episódios e as intrigas ocorridas ao longo do período estudado da Vaza Jato

Particularmente interessantes para nossa análise são suas considerações sobre os interesses agentes e organizações envolvidos na criação de escândalos, incluindo aí os veículos de comunicação. Ele identifica quatro aspectos gerais das organizações da mídia que ajudam a compreender por que "o pessoal da mídia pode querer orientar-se para a criação de escândalo": 1) lucro financeiro; 2) objetivos políticos; 3) autoconcepções profissionais; e 4) rivalidades competitivas. Esses aspectos se sobrepõem e se misturam na complexidade das relações dentro do campo jornalístico e em suas relações com os campos político e econômico - e serão considerados no esforço de inferir motivações que estariam na origem de intencionalidades no posicionamento de cada jornal diante da Vaza Jato.

Na visão de Thompson, esses fatores, juntos, ajudam a criar um clima dentro da mídia que facilita, ou mesmo encoraja, a produção de escândalos midiáticos. Ele chama atenção para a diversidade de agentes que podem, com objetivos políticos ou interesses específicos, concorrer para a produção desses escândalos, reforçada ainda pela multiplicação dos meios eletrônicos e digitais de comunicação. É quando o escândalo vira arma política. Ao fim e ao cabo, os escândalos são lutas pelo poder simbólico, mas que num segundo momento podem evoluir para lutas pelo poder político.

Autores diversos vêm estudando o impacto que a desconfiança generalizada e profunda que se instala na sociedade a partir desses escândalos vem provocando na sociedade. No plano político, pode estar por trás da crise da democracia liberal, criando um sentimento antipolítico que leca ao enfraquecimento de líderes políticos, levando a formas enfraquecidas de governo - por mais que, de um lado, esses escândalos tenham desempenhado papel importante ao desvendar atos de corrupção que foram reais e estimular o debate público sobre o modo como o poder político é conquistado e exercido.

“Uma sociedade em que setores significativos da população desistiram completamente de se interessar pelo processo político , voltando as costas a um sistema político que eles julgam irremediavelmente falho ou corrupto, não é uma sociedade com uma democracia forte e vigorosa (...) É difícil evitar a conclusão de que a cultura política do escândalo provavelmente não poderá contribuir para tornar mais fácil a construção de uma forma de democracia mais forte e mais participativa” (THOMPSON, 2002 : 311).

3 A CORRUPÇÃO E A MÍDIA NO BRASIL

A cobertura de escândalos e casos de corrupção envolvendo políticos e agentes públicos na mídia brasileira cresceu exponencialmente nas últimas três décadas. Estudo apresentado na UnB em 2017 por Antonelli sobre a presença de denúncias de corrupção nas manchetes e chamadas dos três principais jornais da imprensa tradicional brasileira – *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Estado de S.Paulo* – concluiu, a partir da análise de 4.015 edições, que esse percentual cresceu de 39,7%, no primeiro ano do governo Sarney (em 1985), para 64,3% em 2014, último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff – e também o ano em que foi deflagrada a Lava Jato.

Esse crescimento coincidiu com o período de redemocratização do país e, após a Constituição de 1988, com o fortalecimento de instituições incumbidas de apurar, denunciar e punir crimes de corrupção, como a Polícia Federal, o Ministério Público e a própria Justiça. No caso da mídia, que é o que nos interessa aqui, a corrupção começou a ter maior visibilidade e importância no início dos anos 1990, e foi a partir de meados dos anos 2000 que sua cobertura mais intensa passou a sugerir a consolidação de uma tendência no jornalismo brasileiro. Mas foi a partir de 2005, por ocasião do chamado escândalo do Mensalão, que o tema corrupção se popularizou em todas as mídias e ganhou relevância nunca antes identificada nos jornais impressos (ANTONELLI, 2017).

O Mensalão, denúncia de recebimento de dinheiro por parlamentares e partidos em troca de apoio ao governo Lula que eclodiu em 2005, representou um marco dos novos tempos na cobertura dos escândalos midiáticos. Foi o primeiro deles a ter seu julgamento, que começou em agosto de 2012 e se arrastou por quatro meses, transmitido ao vivo, em capítulos exibidos ao público pelos canais de notícias da TV e pela Internet em longas tardes de espetáculo. Essa midiaticização se reproduziu nos escândalos seguintes, notadamente na Lava Jato, na qual se repetiu até mesmo o movimento midiático da construção de um “herói” para simbolizar a autoridade na luta contra a corrupção praticada – saiu de campo o ministro do STF Joaquim Barbosa, entrou o juiz federal Sergio Moro.

Em completo estudo sobre a cobertura do Mensalão pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, Guazina conclui que o noticioso de maior audiência no país praticou uma “cobertura adversária” à política e aos políticos – na conjuntura de então, adversária sobretudo ao governo Lula e aos partidos que apoiavam o governo, em especial o PT. Esta cobertura foi constituída por uma oposição entre jornalismo e política, enquadrando as denúncias de corrupção de forma

a desqualificar a política e os políticos. A “cobertura adversária” marcou um momento de busca da credibilidade e de garantia de um lugar de “autoridade” e “legitimidade” ao telejornalismo da Globo, que trabalhou para se identificar com o papel de “fiscal” da corrupção, contrapondo-se ao governo e aos políticos. É o que o trabalho chama de “bipolaridade”: jornalismo *versus* política (GUAZINA, 2011)

No extenso trabalho de Antonelli, temos, ainda que de forma incipiente, uma inferência sobre a possibilidade de que o componente ideológico tenha definido a cobertura de escândalos políticos em certas ocasiões. Seus dados indicam a tendência das preferências políticas e partidárias dos jornais – manifestadas algumas vezes em editoriais na primeira página (ANTONELLI, 2017: 182).

Filgueiras (2008), ao analisar a comunicação política e a corrupção entende que a corrupção pode ser melhor compreendida como uma forma de discurso político, em que atores mobilizam a moralidade política de forma a relacionar valores e normas às práticas inerentes ao campo político:

“Como expressão de juízos morais, a corrupção só pode ser enunciada discursivamente em uma situação ideal de fala, em que a imparcialidade seja um procedimento fundamental à política. Todavia, no mundo prático, não é isso o que ocorre. No mundo prático da política, a corrupção é desocultada a partir de fins instrumentais dos atores, em que o desvelamento dela depende dos interesses de seus intérpretes” (FILGUEIRAS, 2008: 77-87).

Em Miguel e Coutinho (2007), encontramos uma outra abordagem da crise política provocada pela cobertura do Mensalão, que a constituiu como um “desvio” a ser corrigido pela punição ou exclusão de determinados atores e comportamentos, impedindo que se coloque em questão os fundamentos do regime político, que seria o real problema de fundo:

“Se o governo, os parlamentares envolvidos, o Partido dos Trabalhadores ou outros partidos políticos são apresentados como culpados, não se discute os problemas vinculados à delegação de poder por meio do voto (a abdicação compulsória do exercício da soberania por parte de seu detentor nominal, o povo) e à combinação entre a democracia concorrencial e a economia capitalista” (MIGUEL e COUTINHO, 2007: 97-123)

Entendemos ser fundamental, em nossa análise, levar em conta esses estudos, que avançaram na reflexão sobre as relações entre mídia e corrupção. O entendimento da corrupção e sua representação pelos jornais como uma forma de discurso político, e sobre tensão que gera

entre os campos político e jornalístico será de grande importância na abordagem de nosso objeto de pesquisa – que trata da formação de um discurso contra-hegemônico àquele que sustentou por anos a intocabilidade do discurso e da imagem da Lava Jato. Também é valiosa a investigação sobre a busca da credibilidade e de um lugar de autoridade, por parte do jornalismo, na cobertura dos escândalos de corrupção – o que acaba por gerar desconfiança em relação à política e aos políticos.

3.1 “Jornalismo sobre investigação”

Também importante, por estar no pano-de-fundo da formulação de discursos de combate à corrupção, é a distinção, à qual nos referimos rapidamente na introdução, entre jornalismo investigativo e “jornalismo sobre investigações”, contribuição de Nascimento (2010). Essa última modalidade teve grande crescimento na imprensa brasileira nos anos pós-redemocratização. A Constituição de 1988 deu mais autonomia e poderes a instituições de fiscalização e investigação -- como o Ministério Público e a Polícia Federal --, além de consagrar princípios como o da liberdade de imprensa e da proibição de qualquer censura.

Os jornais tradicionais passaram por um período de expansão de vendas, sobretudo nos anos 90, ampliando equipes, abrindo vagas para repórteres especializados em apurar denúncias de corrupção, aumentando investimentos em viagens e grandes reportagens. Foi-se disseminando também o acesso à Internet, facilitando comunicação, consultas, acesso a documentos. Estreitou-se a relação entre jornalistas e agentes encarregados de fiscalizar e investigar a corrupção – daí a designação “jornalismo de investigação”. Essa modalidade atende mais à realidade atual, com a crise no modelo de negócios da imprensa escrita, nos últimos anos. Os repórteres reduziram as idas às ruas para apurações e passaram a receber dessas fontes as informações sobre casos em investigação (NASCIMENTO, 2010). É levando em consideração essa prática, agora dizemos nós, que se pode inferir que essas fontes tenham maior grau de influência na formulação e condução das narrativas – o que pode ser o caso da Lava Jato.

4 O DESAFIO METODOLÓGICO: DISCURSO E NARRATIVA

É um desafio unir duas diferentes construções metodológicas, no caso a Análise Crítica da Narrativa e a Análise de Discurso Crítica. Mas tomamos a liberdade, e corremos o risco, a partir de ensinamentos do professor Gonzaga Motta – um dos formuladores da Análise Crítica da Narrativa. Em sua concepção, toda análise deve ser criativa e inventiva nos seus procedimentos porque, quase sempre, o próprio objeto indica como pretende ser desvendado.

”Cada análise da comunicação narrativa segue um caminho próprio e individual. Dependendo do esforço e fôlego do analista, algumas análises podem esgotar os procedimentos narrativos, semânticos ou simbólicos, ir além deles e extrair conclusões amplas e profundas. Outras utilizam parcialmente os procedimentos em função de seus objetivos específicos de curto prazo” (MOTTA, 2013).

Ousamos, então, construir nosso dispositivo analítico para o estudo da narrativa, seguindo os ensinamentos de Motta, e do discurso, na forma em que Fairclough o concebe, relacionado ao jogo do poder e à ideologia. As razões para isso vão além do interesse pessoal pelos dois métodos, baseado em leituras desses autores. No nosso entendimento, há, no objeto proposto de estudo, uma instigante narrativa se desenrolando dentro dos 15 dias que se seguem à eclosão do que veio se chamar Vaza Jato, sobretudo pelo fato de ela se situar dentro de uma outra narrativa, a da forte e poderosa Lava Jato, e representar uma mudança em seus rumos. Daí o interesse em desvendar, na narrativa dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, a gênese desse novo enredo, as intrigas criadas, e a transmutação de seus personagens dentro do jogo de poder,

Por outro lado, consideramos também importante estudar nosso objeto – que abrange essa mudança na narrativa, ou melhor, o início da construção de uma nova narrativa – com foco também no discurso, a partir da Teoria Social do Discurso e sua dimensão crítica. Em sua construção teórico-metodológica, Fairclough propõe examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social (FAIRCLOUGH, 2016). Sua contribuição nos ajudará, na análise, a identificar as operações interdiscursivas no interior de um discurso de defesa da Lava Jato a partir, por exemplo, de valores gerais como o combate a corrupção.

Não consideramos, ao longo de todo esse estudo, estar fazendo uma dupla análise do nosso objeto, identificando achados segundo duas diferentes metodologias, mas uma só, na qual os dois enfoques se complementam. Nosso *corpus*, reunindo as matérias de dez edições – cinco de cada jornal – não foi examinado em camadas, isto é, primeiro com as ferramentas de uma metodologia e depois com instrumentos da outra. Fizemos uma análise conjunta sob essas duas metodologias, identificando categorias dos dois métodos. Em cada unidade de análise – a edição do dia, com uma matéria principal e, quase sempre, outras auxiliares – buscamos o enredo, seus personagens e as intrigas da narrativa, ao mesmo tempo em que identificamos, na análise textual, as pistas que nos levaram a apontar formações discursivas e operações interdiscursivas manifestas e constitutivas.

Na prática, constatamos que os dois métodos têm muitas características em comum, a começar pelo enfoque interpretativo, que pode se revestir de várias formas e ser alcançado por diferentes técnicas, mas que nos leva à essencial crítica social. Antes de passarmos à análise, é importante detalhar um pouco mais as principais linhas de nossa metodologia, tanto no plano da narrativa quanto no do discurso:

4.1 Seguindo etapas da Análise da Narrativa, incluindo categorias da Análise do Discurso

Adotamos uma metodologia que incluiu, em etapas, a análise do corpus à luz de categorias narrativas e categorias discursivas. Seguimos as três etapas da análise da narrativa – plano da expressão, plano da história e plano da metanarrativa – incluindo em cada uma delas categorias da análise discursiva. Lavamos em conta que, muitas vezes, as próprias instâncias expressivas do discurso narrativo ocorrem de forma superposta umas às outras. São separadas apenas para efeito de análise metodológica. Também as separamos aqui, e separamos as categorias da análise discursiva, pela mesma razões de compreensão metodológica.

- a) **O plano da expressão**, que compreende a linguagem, e fica na superfície do texto, no qual o enunciado é construído pelo narrador. Nesse plano, identificamos o tema, que quase sempre girou em torno do vazamento das mensagens do The Intercept, e seus impactos, os personagens – Sergio Moro, sem dúvida, era o protagonista, enquanto um ausente Lula ocupou o papel de antagonista – as ações, os conflitos e os recursos textuais estratégicos da linguagem usados para produzir efeitos, exacerbar sentidos, enfatizar fatos, provocar sentimentos. Na narrativa jornalística, ainda segundo Motta, as notícias diárias são fragmentos dispersos e descontínuos de

significações parciais, mas existe um tema comum a unir estes fragmentos. O primeiro passo é identificar a temática que vai se desenvolver de forma seriada, em matérias que são como episódios de uma história maior. Nessa etapa, o analista precisa “reconstituir de forma coerente a narrativa jornalística observando a continuidade e justaposições temáticas a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas” (MOTTA, 2013: 148).

- b) O plano da história (ou estória, segundo Motta)** trata do conteúdo, da intriga, da significação. É, segundo Motta, o plano da diegese, da representação, do universo dos significados imaginados ou mundos imaginários possíveis. Nesse plano, são examinados a lógica e a sintaxe narrativa, e até onde elas manifestam a intencionalidade do narrador, as ações desenvolvidas no enredo, seu encadeamento em sequências, o ritmo da narrativa, os conflitos principais e os argumentos do enfrentamento entre protagonistas e antagonistas. No caso desta análise, examinou-se aqui a representação do conflito entre Lava Jato e Vaza Jato e seu impacto político, já que ele reproduz o embate entre as forças que apoiaram Sergio Moro e as que lutam para soltar o ex-presidente Lula. A intriga política por trás de tudo diz respeito à polarização política do país.
- c) O plano da metanarrativa** busca desvendar os temas de fundo, os modelos de mundo, o imaginário cultural e questões de fundo ético e moral que podem ser desveladas a partir da estrutura profunda da narrativa. É, no dizer de Motta, o “plano da realização da fábula”. Na nossa fábula, temos uma narrativa em que o “herói” do combate à corrupção criado pela Lava Jato sofre seu primeiro revés. No imaginário popular, terá perdido sua aura de intocabilidade? Caminha para se tornar um vilão? Ou cumpriu a “Jornada do herói” desenhada por Campbell (2007), vencendo mais uma vez o dragão que o atacava?

4.2 O casamento com a Análise do Discurso Crítica

Do ponto de vista da análise do discurso, é possível fazer coincidir essas etapas com as três dimensões propostas pela Teoria Social do discurso: a) a descrição, que permite a investigação de aspectos linguísticos dos textos; b) a interpretação, que é a investigação da prática discursiva, ou de como os textos são recursos no processo de interpretação sobre os efeitos de sentidos; c) a explicação, que é a investigação da relação do texto com seu contexto sócio-histórico, ou seja, a análise do discurso como prática social e dentro das relações de poder

(MAGALHÃES, 2000). Teremos como norte o sentido de discurso como prática social, que envolve texto e contexto sócio-cultural, proposto por Fairclough na análise crítica do discurso.

Assim, será possível considerar, junto com as etapas de análise da narrativa, o estudo das dimensões da análise do discurso, examinando o objeto tanto sob a ótica da prática social e quanto da prática cultural – o discurso e a narrativa.

4.3. Nossas categorias e procedimentos

Nosso plano inicial de abranger um número maior de categorias foi substituído por um dispositivo mais enxuto, que nos permitiu analisar um corpus relativamente extenso (10 matérias principais e 25 textos auxiliares). Os dez textos principais (cinco de cada jornal) foram examinados em profundidade, enquanto as demais matérias, boxes e infográficos auxiliares (19 na *Folha* e 6 em *O Globo*) foram consideradas em sua relação com o principal texto (enredo) do dia, que reforçavam, explicavam e, mais raramente, contestavam.

Num primeiro momento, nosso primeiro procedimento analítico foi recompor a narrativa conjunta da sequência de matérias estudadas. A sequência das várias intrigas e narrativas diárias do período (15 dias) que se juntaram resultou numa linha horizontal de tempo para recuperar a intriga principal. A partir daí, tendo nosso objeto de estudo recomposto numa narrativa clara, pudemos voltar a decompô-lo em unidades menores de análise. Ainda seguindo a classificação geral de Motta, propusemos, na análise do plano da expressão, as seguintes categorias, já incorporando algumas da Análise do Discurso:

- a) **Estrutura textual e construção sintática** – A maioria das matérias sobre o tema no período estudado, de ambos os jornais e nos textos na internet, assumem o formato de *hard news*, obedecendo a estrutura em “pirâmide”, na qual o *lead* concentra as informações mais importantes e as demais vão sendo prestadas em seguida. No corpus selecionado, porém, foi possível identificar exceções e estabelecer comparações entre os dois veículos a partir da formulação verbal das manchetes, dos verbos utilizados, das nominalizações e das prioridades temáticas. Em alguns casos, matérias dos dois sobre os mesmos fatos os representam de forma diferente, selecionado para o *lead* temas distintos.
- b) **Intrigas, personagens e suas ações** – O ex-juiz e então ministro da Justiça Sergio Moro é o personagem principal no enredo das mensagens divulgadas, passando em alguns momentos da posição de herói da Lava Jato à de quase vilão da Vaza Jato. Um dos focos

desse trabalho é mostrar a construção da narrativa em relação a Moro em cada um dos jornais, a articulação das vozes que se apresentaram na defesa e na acusação ao ex-juiz. Serão situados ainda outros personagens que têm protagonismo em algumas das intrigas: o ex-presidente Lula, preso mas visto como principal beneficiário da denúncia da Vaza Jato; o governo (Jair Bolsonaro e outros ministros); o STF; os procuradores de Curitiba, sendo o principal Deltan Dallagnol; o Congresso; a PF; os *hackers*, que violaram os telefones e obtiveram as mensagens; e o site *Intercept*, que as recebeu anonimamente.

- c) **Conflitos** – Como veremos mais adiante, essa categoria foi central ao longo da análise. Identifica-se na narrativa dos jornais um conflito básico entre Java Jato e Vaza jato, que vai se desdobrando em intrigas diárias diversas. Há conflitos secundários, distribuídos ao longo dos dias, mas quase todos convergem para a intriga-mãe, que organiza posições, define papéis e estrutura a narrativa.
- d) **Intertextualidade** – Essa categoria vem da análise discursiva e, no plano da análise textual, busca identificar as vozes de outros campos sociais, sobretudo dos campos jurídico e político, em textos incorporados às matérias. No caso específico, o noticiário dos jornais transcreveu ou citou em discurso indireto as mensagens do *The Intercept*, o que tem significado nesta análise. Na reprodução das diversas vozes que se posicionaram em relação ao tema, vamos encontrar transcrições de diálogos, textos jurídicos, políticos e até policiais.

Na análise do plano da história, em que o foco é a interpretação e a busca dos significados produzidos na prática social do jornalismo, aprofundamos no exame do discurso, dando foco a interdiscursividade – categoria fundamental na análise do discurso. Nessa parte do estudo, buscamos identificar formações discursivas, processos argumentativos, discursos articulados – inclusive examinando de forma mais profunda a incorporação de outros discursos. É o momento em que a formação discursiva em torno do combate à corrupção, fortemente identificada com a Lava Jato, se confronta com o discurso contra-hegemônico que, ainda que minoritário, começa a se fortalecer. No pano de fundo, a disputa entre os discursos pela hegemonia na sociedade. Também os significados políticos e sociais, e até mesmo a indicação de posicionamentos ideológicos, podem se aclarar nessa leitura. No estudo do plano da história, podemos prever uma categorização em termos de:

- a) **Processos argumentativos** – Quais são os principais argumentos desenvolvidos em torno do conflito central e os elementos usados para reforçá-los ou derrubá-los? Análise

de elementos do texto que denotam intencionalidade na defesa de cada argumento ou ponto de vista.

- b) **Interdiscursividade e polifonia** – O texto jornalístico incorpora e dialoga com outros discursos que compõem a narrativa e os articula, interagindo com eles. É preciso identificar como esses discursos são articulados e qual a sua origem. Alguns argumentos são de natureza jurídica e legal, mas por trás deles existem interesses e argumentos de cunho político;
- c) **Os jogos de poder** – A representação social das vozes em disputa constrói nos textos relações de poder nos diversos campos sociais e entre eles. Ações e personagens da narrativa podem representar a luta pela hegemonia do discurso dentro da sociedade.

4.4 No Plano da Metanarrativa

O plano da metanarrativa, objeto da terceira etapa desta análise, deverá ficar mais nítido ao longo das etapas anteriores, a partir da recomposição do enredo da Vaza Jato e seu significado dentro da narrativa o maior da Lava Jato. Nesse plano simbólico, o ponto de partida será a dimensão que a narrativa do combate à corrupção adquiriu nos últimos anos no país. Escândalos de corrupção desvendados à luz de ampla cobertura midiática, *impeachments* presidenciais, empreiteiros e empresários ricos presos – tudo isso compõe uma história que evoca no imaginário popular os contos de fadas em que, ao final, o bem vence o mal, e as fábulas que terminam sempre com uma lição moral. Há heróis, vilões, batalhas, punições para os “maus” e perigos cuja superação é acompanhada pelo público em tom de torcida.

Mas o que acontece quando o conto de fadas tem seu final reaberto e alguns de seus trechos retificados? Ou quando há revelações sobre heróis e vilões que os tiram dessa condição para mostrar suas faces humanas? Terão os personagens heroicos da fábula maior, a Lava Jato, mantido as posições e atributos que anteriormente lhes eram atribuídos? Ou essa narrativa terá tido seu roteiro alterado por outra, a da Vaza Jato, que em alguns momentos situa personagens antes heróis como pessoas que cometeram falhas – ou até como vilões? Houve final feliz?

5 O CAMINHO ANALÍTICO – O *CORPUS*

5.1 Por que a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*?

Em meio à crise financeira da mídia impressa, à queda de suas tiragens e ao crescimento do número de pessoas que hoje no Brasil se informa pela Internet, é inevitável o questionamento a respeito da escolha da “velha mídia” como objeto dessa pesquisa. Estudos e levantamentos recentes, porém, vêm mostrando que, apesar da crise econômica que afetou mundialmente o modelo de negócios do jornal impresso, os jornais da imprensa tradicional migraram para a web, levando suas “marcas” de conhecimento e credibilidade para seus sites noticiosos. Disponibilizam seu conteúdo em edições digitais, nas quais reproduzem fielmente a organização visual e interna da versão impressa, e com isso os jornais digitais das maiores empresas jornalísticas brasileiras têm, de forma crescente, captado leitores e assinantes que migram do papel para a tela. Além disso, trazem todo esse conteúdo também na formatação da web e o postando nas redes, captando o leitor mais familiarizado com a leitura fragmentada das notícias, notadamente os mais jovens.

A *Folha* e *O Globo*, alternando com o *Estado de S. Paulo*, são hoje os maiores jornais diários do país em circulação impressa e digital, sendo proprietários ou fazendo parte do mesmo grupo empresarial de grandes sites noticiosos, que reproduzem seu material. Segundo dados da Comscore³ de junho de 2020, os portais Globo.com e UOL estavam no primeiro e no segundo lugares do ranking dos sites noticiosos mais acessados no país. Em março de 2019, ano em que surgiu a Vaza Jato, o site Rock Content⁴ citou os dez sites mais visitados no Brasil: Globo.com, na quarta posição, e UOL, na quinta, são os primeiros brasileiros da lista, logo atrás de Google, Youtube e Facebook.

Ilustração elaborada pelo site Globo.com (figura 1) ilustra a liderança do veículo em termos de visitantes únicos por mês. Por outro lado, a *Folha* vem mantendo melhor posicionamento em termos de páginas visitadas⁵. Em janeiro de 2020 apresentava um indicador

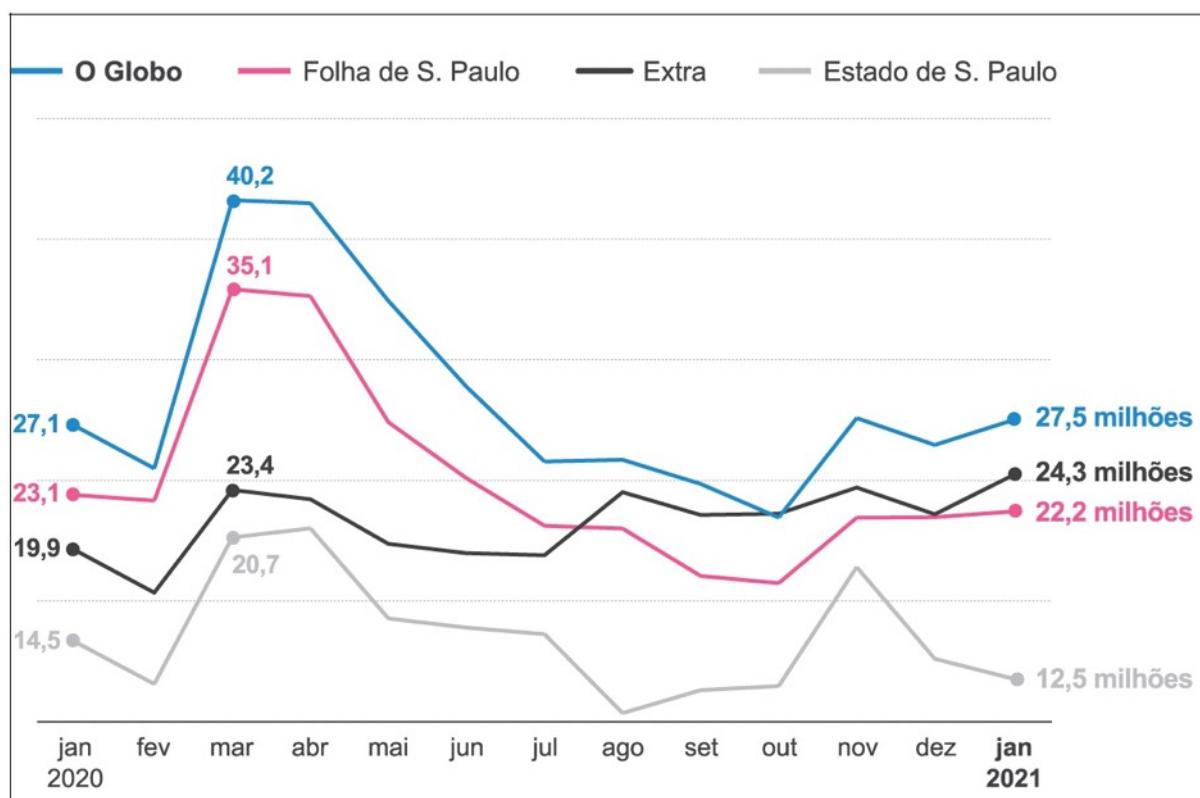
³ Ver Campos e Lima (2021).

⁴ Recuperado em: rockcontent.com/br/blog/sites-maisvisitados/

⁵ Var Marques (2021).

de 171 milhões de páginas visitadas mensalmente, contra 149 milhões de *O Globo* e 68 milhões do *Estado de S.Paulo*.

Figura 1 – Visitantes únicos mês a mês (jan 2020 – jan 2021)



Fonte: *O Globo*. Dados da consultoria Comscore em milhões de acessos. Recuperado em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-foi-jornal-mais-lido-do-pais-em-2020-24906502>. Acessado em 18/11/2021.

Os infográficos abaixo, publicados pelo site Poder 360 com base em números do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), mostram que a venda de impressos diminuiu, mas que a procura por assinaturas digitais vem crescendo. Os números referentes à evolução da circulação dos grandes jornais do país entre 2016 e 2020 apontam uma queda continuada (figura 2), mas um avanço do digital⁶.

⁶ Ver em YAHYA (2021)..

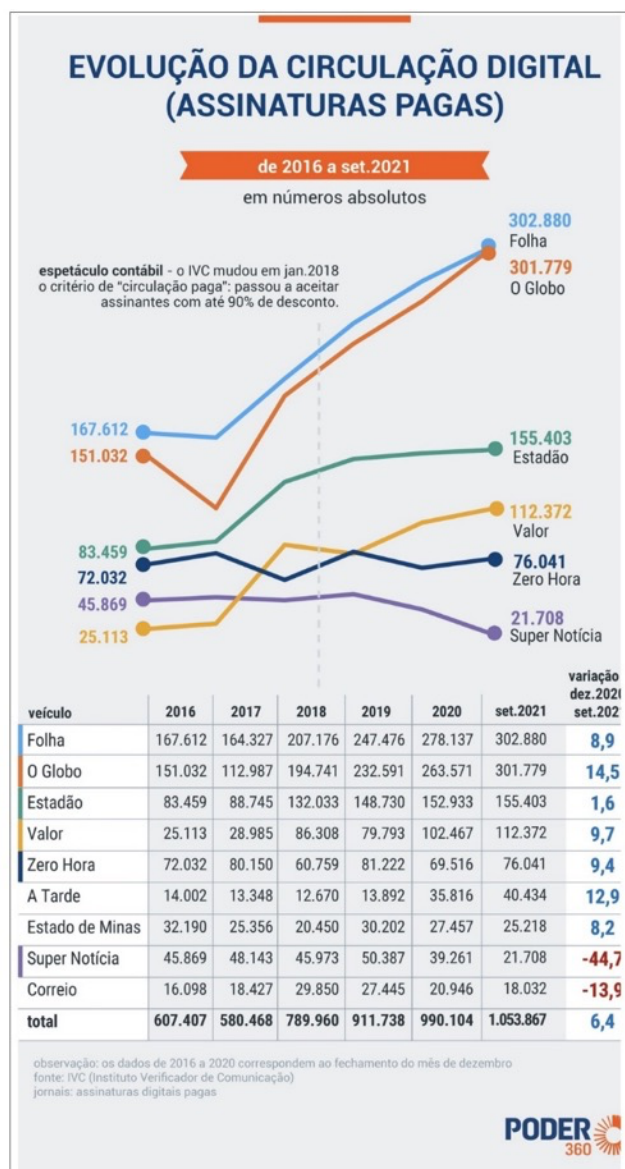
Figura 2 – Evolução da circulação impressa de jornais diários (2016-2021)



Fonte: portal Poder 360. Recuperado em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impresso-em-2021/>. Consultado em 8/11/2021.

O crescimento da circulação digital, medido pelas assinaturas pagas, foi de 6,4%, comparando-se os dados de setembro de 2021 frente a dezembro de 2020 (figura 3). A *Folha* se mantém na liderança da lista de assinaturas digitais pagas, com 302.880. É seguida por *O Globo*, com 301.779. Os dois jornais costumam competir pelo topo. Cresceram 8,9% e 14,5% neste ano, respectivamente.

Figura 3 – Evolução da circulação digital de veículos selecionados (2016-2021)



Fonte: portal Poder 360. Recuperado em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impresso-em-2021/>. Consultado em 8/11/2021.

Figura 4 – Circulação impressa e digital comparadas dez 2018 – dez 2019)



Fonte: portal Poder 360. Recuperado em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impresso-em-2021/>. Consultado em 8/11/2021.

Os números nos permitem supor que o noticiário produzido para os grandes jornais da mídia *mainstream* tem alcance muito além do papel. Mas a “velha mídia”, ainda na direção editorial dos grandes grupos, continua a ser um instrumento de *agenda setting*, pautando outros veículos, e mantendo o prestígio de suas marcas junto ao público e a formadores de opinião. O

que leva estudiosos a concluir que as novas tecnologias da informação criaram uma multiplicidade de plataformas e redes para abrigar conteúdos noticiosos, mas que esses ainda são constituídos majoritariamente por reações à agenda e aos enquadramentos dominantes nos veículos tradicionais. “A capacidade de produção da agenda, em particular, permanece quase de mão única: a mídia tradicional pauta sites, blogs e redes sociais todos os dias” (MIGUEL e BIROLI, 2017: 206).

Essa dinâmica repetiu-se ao longo da cobertura da Lava Jato. Ainda que a televisão, em especial a TV Globo, tenha feito coberturas extensas, e muitas vezes apresentado informações exclusivas e imagens inéditas, os grandes jornais impuseram o tom da narrativa. A imagem de herói do juiz Sergio Moro, por exemplo, foi forjada em grande parte pelos relatos da imprensa escrita sobre suas decisões, já que o titular da 13ª Vara Federal de Curitiba raramente dava entrevistas ou gravava sonoras. Mas conversava informalmente, em *off*, com jornalistas e colunistas. À medida em que o enredo foi se desenvolvendo, a centralidade desse papel do juiz foi consolidada e amplificada pela televisão. *A Folha e O Globo*, que inúmeras vezes citaram Moro de forma positiva em seus editoriais e noticiário, tiveram importância decisiva nessa construção.

Na Vaza Jato, quem pautou o tema foi a mídia digital não hegemônica, o site *The Intercept Brasil*, num fenômeno ainda raro no jornalismo político – a mídia *mainstream* seguir a agenda de um pequeno site, o que renderia, por si só, um outro estudo, como sugerimos mais adiante. Na reação à divulgação das mensagens hackeadas, contudo, a construção da nova narrativa e seu impacto no discurso até então hegemônico da Lava Jato tiveram protagonismo no processo que se seguiu.

5.1.1 Breve história da Folha

A opção pela *Folha* e pelo *Globo* deve-se também ao fato de o primeiro ser um jornal paulista e o segundo do Rio de Janeiro. Entendemos que a pesquisa pode se enriquecer em função de históricos diferenciados desses dois veículos impressos.

A Folha de S.Paulo nasceu do jornal *Folha da Noite*, fundado em 1921, que, em julho de 1925, ganhou uma edição matutina – a *Folha da Manhã*. Em 1949, foi criada a *Folha da Tarde*, e em janeiro de 1960 as três edições foram fundidas na *Folha de S.Paulo*, comprada dois anos depois por Otávio Frias de Oliveira. Sob a gestão de seu filho, Otávio Frias Filho, a partir da década de 70, e a direção de Claudio Abramo, o jornal se modernizou. Adotando uma

linha pluralista, lançou o Projeto Folha, abrindo o jornal a colaboradores de diversos matizes políticos e implantando mecanismos pioneiros de controle interno, como a criação da função de ombudsman. Implantou também um Manual de Redação com normas rigorosas sobre a prática do jornalismo e o comportamento de seus profissionais. Em 1984, a Folha se engajou na campanha nacional pelas Diretas Já, ampliando seu número de leitores sobretudo junto ao público mais jovem (SODRÉ, 1983).

De linha politicamente plural e defensor dos valores do capitalismo liberal na economia, o jornal faz hoje parte de um poderoso grupo de mídia, formado também pelo portal UOL, um dos maiores do país. O empreendimento na internet permitiu a ampliação de seus negócios à área financeira com a criação da PagSeguro, uma empresa de meios de pagamento. Ainda sob controle empresarial da família Frias, o jornal não está mais diretamente sob a direção de seus membros. Frias Filho faleceu em 2018.

5.1.2 Breve história de *O Globo*

O jornal *O Globo* foi fundado em julho de 1925 por Irineu Marinho, que faleceu apenas 21 depois, foi herdado por seu filho, Roberto Marinho, e, desde então, pertence à família. Em 1962, passou de vespertino a matutino, modernizando-se. Foi, por exemplo, o primeiro jornal brasileiro a usar uma telefoto, ainda no fim da década de 30. A partir do jornal, Roberto Marinho criou o maior conglomerado de mídia do país, hoje o Grupo Globo, constituído pela TV Globo, Jornal Extra, Rádio Globo, Rádio CBN, entre outros veículos. De linha conservadora, o empresário apoiou o regime militar desde seu início, em 1964, mantendo a concessão da TV Globo e ampliando sua influência com a aquisição de repetidoras e emissoras estaduais (CHAGAS, 2001: 304-305; SODRÉ, 2011: 544, 642-643).

O jornal *O Globo* seguiu a linha editorial imposta pelo regime mas apoiou a transição para a democracia, em 1985, e manteve grande influência junto aos líderes do novo ciclo. Mais de duas décadas depois, o grupo reconheceu, em editorial reproduzido no jornal e na televisão, que o apoio à ditadura militar fora um erro. Os valores liberais conservadores e antiesquerdistas nunca foram abandonados. Na campanha pelas Diretas Já, em 1984, por exemplo, foi acusado de minimizar no noticiário, sobretudo na TV, os grandes comícios realizados no Rio e em São Paulo. O Grupo apoiou a eleição de Fernando Collor como primeiro presidente da República pós-governo militar, mas também deu ampla divulgação às acusações

de corrupção que surgiram contra ele e à CPI criada no Congresso para investigá-la, o que resultou em seu impeachment, em 1992.

A partir de Constituição de 1988, que consolidou a transição democrática e institucional no país, assegurando a liberdade de imprensa, proibindo expressamente a censura aos meios de comunicação, dando maior poder e autonomia a órgãos de investigação e controle como o Ministério Público e a Polícia Federal, abriu-se, para os jornais da grande mídia, um novo horizonte de cobertura – a dos casos de corrupção.

5.2 *The Intercept Brasil*: quando a mídia digital vira fonte da mídia tradicional

Entre os aspectos inéditos do caso Vaza Jato, um dos mais instigantes, e que pode ser objeto de estudos futuros, seria a colaboração que se estabeleceu entre veículos da mídia na divulgação das mensagens protagonizadas pelos procuradores da força-tarefa de Curitiba e o ex-juiz Sergio Moro, entregues ao site *The Intercept Brasil*, ao que tudo indica, por quem hackeou de forma ilegal o aplicativo *Telegram* nos celulares de integrantes da força tarefa de Curitiba. O *Intercept* buscou parceria com impressos, outros sites e até uma rádio, ampliando, dessa forma, a divulgação do material – e agregando a ele a credibilidade que órgãos da imprensa tradicional costumam ter.

O site *The Intercept Brasil* preserva, num arquivo atualizado, a série de 105 matérias publicadas com trechos de conversas, informações e desdobramentos do caso Vaza Jato⁷. Desde o início, o site fez acordos de parceria com outros veículos para checagem, contextualização e divulgação das mensagens extraídas do aplicativo *Telegram*. Do total de matérias, 38 foram publicadas apenas pelo *Intercept*, enquanto 26 foram publicadas em parceria com a *Folha de S.Paulo*, a partir de 23/6/19. Treze outras matérias foram divulgadas em parceria com o jornalista Reinaldo Azevedo, em seu programa na Rádio Bandeirantes, 12 foram postadas em colaboração com o portal UOL, sete com a Agência Pública, seis com o jornal eletrônico *El País*, quatro com a revista *Veja* e uma com o site *Buzzfeed News*.

Nesse cenário, estabeleceu-se uma divisão clara na mídia. Enquanto alguns veículos se juntaram na divulgação das mensagens, caso da Folha de S.Paulo, outros optaram por não

⁷ Ver em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Consultado em: 25/11/2021.

divulgá-las em primeira mão, abordando-as depois de publicadas ou postadas em outros noticiosos. É esse segundo aspecto – a divisão – que será abordado nesse trabalho na análise comparativa entre *Folha* e *Globo* nos primeiros dias do caso, deixando para outra oportunidade uma análise mais aprofundada da parceria jornalística entre o *The Intercept* e outros.

Também não podemos nos furtar a um olhar sobre outro aspecto que merece mais estudos: a crescente capacidade da mídia digital de inverter o fluxo rotineiro do noticiário e pautar a mídia impressa e eletrônica praticando jornalismo investigativo. Será provavelmente objeto de futuras investigações.

5.2.1 Breve história do *Intercept*

O site *The Intercept*, que se define como um jornal on-line independente, foi lançado em fevereiro de 2014 pela First Look Media, criada e financiada por Pierre Omidyar, fundador do portsl de comércio eletrônico eBay. Sua ramificação brasileira, o *The Intercept Brasil*, entrou no ar em abril de 2016, dirigido pelo jornalista inglês radicado do Brasil Glenn Greenwald, -- o primeiro a divulgar, no jornal *The Guardian*, os vazamentos feitos pelo ex-analista da CIA Edward Snowden de documentos sobre a vigilância da CIA e da NSA sobre alvos diversos, inclusive governos de outros países⁸.

A versão brasileira, sustentada com doações, dedicou-se desde então ao jornalismo investigativo, com jornalistas e editores brasileiros, aproximando-se das forças mais progressistas da política, como ficou claro em sua cobertura inicial, sobre o impeachment da ex-presidnete Dilma Rousseff. “O *The Intercept Brasil* é uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo (...) O *The Intercept* dá a seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem”. Apesar da declaração, Greenwald deixou o site, em 2020, queixando-se de censura interna sobre matérias suas que denunciariam atos de corrupção relacionados ao então candidato a presidente dos EUA, Joe Biden.

⁸ Ver, por exemplo, <https://theintercept.com/2019/08/05/the-intercept-brasil-3-tres-anos/>. Consultado em 25/11/2021.

5.3. Seleção dentro do *corpus*

O *corpus* do presente trabalho é composto por matérias da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo*, publicadas entre os dias 10/06/2019 e 26/6/2019. Esse período cobre a divulgação, pelo site *The Intercept Brasil*, do primeiro lote das mensagens hackeadas do aplicativo Telegram com conversas entre os procuradores da força-tarefa da Lava Jato de Curitiba, chefiados pelo procurador Deltan Dallagnol, e o então juiz da 13ª Vara Federal, Sérgio Moro, responsável pelo caso, e os primeiros dias posteriores a ela. Ao longo desse tempo, foram postados pelo site, individualmente ou em parceria com outros veículos, ao menos 15 trechos de conversas oriundas desses vazamentos, ora diálogos do então juiz com o procurador chefe, ora conversas em grupo, tipo chat, entre os procuradores. Entendemos ter sido um período decisivo para a reação da mídia brasileira, pega de surpresa pela versão contra-hegemônica da Lava Jato, que trazia revelações sobre a proximidade indevida entre juiz e procuradores – o momento em que os jornais, de forma diversa, construíram novas narrativas e, intencional ou relutantemente, deram espaço a um novo discurso sobre a operação.

Nas edições impressas dos dois jornais, sempre reproduzidas em seus sites, foram publicadas no total 121 matérias – 77 na *Folha de S.Paulo* e 44 em *O Globo*, com cinco manchetes ou chamadas de primeira página em cada um dos jornais, além de 15 chamadas de primeira no jornal paulista e oito no carioca. Em meio a essa profusão de matérias, optamos por selecionar, em nossa análise as edições dos dois jornais que tiveram manchetes ou chamadas de capa – são cinco de cada jornal, coincidindo com os principais pontos da narrativa do período. Analisamos esses textos de conteúdo noticioso e os editoriais publicados entre 10/6/19 e 26/6/19 – dois da *Folha* e quatro de *O Globo* que, concentrados nesse curto período, por si só já denotam a centralidade e a preocupação que o tema da Vaza Jato produziu.

No estudo de cada edição, nosso foco foi a principal matéria do dia, analisada em profundidade segundo categorias da análise do discurso e da análise da narrativa. Mas os demais textos de cada edição também foram examinados, ainda que sem o detalhamento de todas as categorias analíticas, por se constituírem em “pistas” sobre o posicionamento dos jornais e fornecerem mais elementos para composição da narrativa geral. O quadro abaixo mostra o total de matérias produzidas no período estudado (10/6 a 26/6) e quantas foram analisadas.

Quadro 1 – Conteúdo publicado entre 10/6 e 26/6/2019 pelos jornais FSP e *O Globo*

	<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Globo</i>	Total
Manchetes	5	5	10
Chamadas de capa	15	8	23
Matérias	77	44	121
Editoriais	2	4	6
Corpus (principal + auxiliares)	5 (+19)	5 (+6)	35

Fonte: elaboração própria.

6. AS MENSAGENS OBTIDAS ILEGALMENTE E O INTERESSE JORNALÍSTICO

A integralidade dos arquivos que reúnem as mensagens hackeadas e passadas anonimamente ao site *The Intercept Brasil* chega à enormidade de 7 terabytes, indicando que talvez jamais venham a ser conhecidas em sua totalidade. Os questionamentos sobre sua autenticidade dominaram o debate logo de início, levantados sobretudo pelo ex-juiz Sergio Moro e os procuradores da força-tarefa. Porém, depois de divulgadas pelo site e outros veículos da imprensa, em junho de 2019, elas foram encontradas e apreendidas pela Polícia Federal na “Operação Spoofing”, que prendeu um grupo de hackers em Araraquara (SP) e investigou a invasão dos celulares de Moro, de procuradores e de outras autoridades em 23 de julho de 2019⁹. Um dos presos, Walter Delgatti Neto, admitiu à PF que entrou nas contas de procuradores da Lava Jato e confirmou que repassou mensagens ao site *The Intercept Brasil*. Ele disse não ter alterado o conteúdo e não ter recebido dinheiro.

Embora o Ministério Público Federal no Paraná nunca tenha aceitado a veracidade das mensagens, uma decisão judicial de dezembro de 2020, do ministro do STF Ricardo Lewandowski, citou perícia que atestou a integridade do material. Em sua decisão, Lewandowski determinou que a 10^a Vara Federal Criminal do Distrito Federal compartilhasse com a defesa do ex-presidente Lula parte das mensagens trocadas entre procuradores e juiz, apreendidas na "Operação Spoofing". E citou relatório da Polícia Federal que mostra que os dados apreendidos foram devidamente periciados e tiveram sua autenticidade comprovada: "Todos os dispositivos arrecadados foram submetidos a exames pelo Serviço de Perícias em Informática do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, que objetivaram a extração e análise do conteúdo do material, com a elaboração de Laudo Pericial de Informática Específico para cada item apreendido", diz o relatório.

As objeções à autenticidade do material são sustentadas até hoje pela Procuradoria Geral da República, que mandou fazer nova perícia e alega que não há também comprovação técnica de que sejam originais. Apesar de levantarem suspeitas, porém, nem Moro e nem os procuradores jamais apresentaram elementos ou apontaram trechos que seriam falsos. Na

⁹ Ver, por exemplo: “O que se sabe sobre a operação Spoofing e o hacker que interceptou mensagens de autoridades. Em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/24/o-que-se-sabe-sobre-a-operacao-spoofing-e-o-hacker-que-interceptou-mensagens-de-autoridades.ghtml>. Consultado em: 25/11/2021.

estratégia de criminalizar também a divulgação das conversas, seus alvos chegaram a criticar a imprensa que as publicou – e é esse debate que nos interessa aqui.

Em meio à polêmica jurídica que se estabeleceu no início da Vaza Jato a respeito do uso de provas obtidas ilegalmente nos processos da Lava Jato – ao fim e ao cabo, elas foram reconhecidas pelo STF mas não consideradas formalmente em suas decisões – emergiu nos jornais da grande mídia uma discussão sobre sua publicação. A prática jornalística, porém, não permitiu que veículos da grande mídia, mesmo aqueles frontalmente contrários aos questionamentos à Lava Jato, ignorassem a Vaza Jato. O caso foi publicado mesmo pelos que, claramente, tomaram o lado de Moro e da Lava Jato, dando-lhes mais espaço em suas edições e mostrando relutância em considerar e reproduzir as conversas. Parece ter prevalecido, nesse ponto, o chamado “interesse jornalístico”, valor cultivado de modo geral pelos grandes jornais e TVs desde a redemocratização do Brasil e a consolidação de um mercado onde esses veículos concorrem.

No curso da presente análise, é possível que consigamos nos aprofundar em deduções e inferências sobre as razões do posicionamento de cada jornal estudado. Cabe destacar, aqui, a explicação da *Folha de S. Paulo* para sua opção de dar ao caso amplo espaço, verbalizada, ainda em junho de 2019, pelo diretor de redação, Sérgio D’Ávila, e pela então ombudsman, Flávia Lima, com base no Manual de Redação. “Quando há claro interesse público e a alternativa, que é a não divulgação dos diálogos, é prejudicial aos leitores, o jornal deve optar por publicar, mesmo que a informação tenha como origem um ato ilegal”, defendeu a ombudsman ao ser questionada por um leitor sobre a publicação de mensagens obtidas de forma ilegal.

Em texto publicado no dia 16 daquele mês na Folha, Lima avança mais no assunto:

“A rigor, também não é possível estabelecer se o material foi ou não obtido de forma ilegal. Se isso ocorreu, quem cometeu o ato deve ser responsabilizado. De qualquer forma, o interesse público em relação ao seu conteúdo é evidente. Segundo advogados, se a pessoa é pública e a revelação feita tem conexão com a função exercida por ela, os jornais devem publicar, sendo a prova ilegal ou não. A divulgação falaria mais alto, pois essa é a função do jornal: expor o que de outra forma não seria conhecido”¹⁰.

¹⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/06/a-lava-jato-sob-escrutinio.shtml>

Na mesma linha, o diretor de redação do jornal lembrou o caso dos Documentos do Pentágono, arquivos do Departamento de Defesa dos EUA que revelavam mentiras contadas pelo governo americano sobre a atuação do país na Guerra do Vietnã. O relatório, que chegou aos jornais New York Times e Washington Post em junho de 1971, fora retirado ilegalmente do Pentágono. Explicou D'Ávila

*“Os jornais não concorreram para que o crime fosse cometido, mas, de posse do produto, perceberam que o interesse público se sobrepunha à maneira como ele foi obtido. Usamos o mesmo critério. Nunca pediríamos que alguém invadisse o celular de uma autoridade e não publicaríamos, por exemplo, diálogos íntimos”.*¹¹

O tema da publicação de documentos obtidos de forma ilegal não provocou debate público n’*O Globo*, que visivelmente tratou o material de forma mais distante e resumida – quase contrariada, como veremos mais adiante. Em editorial intitulado “As controversas mensagens entre Dallagnol e Moro”, publicado em 11/6, pag. 2, o jornal defende a Lava Jato e expõe suas reservas em relação às mensagens, ainda que sem referências a suas próprias opções editoriais:

“Assusta em tudo isso a possibilidade do hackeamento de conversas, seja entre quem for. É crime grave, que expõe todos e viola direitos básicos do cidadão. A origem do material e a forma como foi divulgado deixam dúvidas. Não se sabe se os diálogos estão completos e no devido contexto. É impossível ter segurança de que não há omissões que mostrariam que o procurador e o juiz agiram de forma correta”.

Apesar desse posicionamento, *O Globo* não ignorou o caso e nem deixou de dar a seus leitores, ainda que de forma relutante, informações sobre as conversas da Vaza Jato – o que talvez possa ser explicado pelo fato de seus concorrentes estarem noticiando amplamente o assunto.¹²

¹¹ Ver Neiva (2021)

¹² Ver **As controversas mensagens entre Dallagnol e Moro**. Editorial disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/as-controversas-mensagens-entre-dallagnol-moro-23730178>

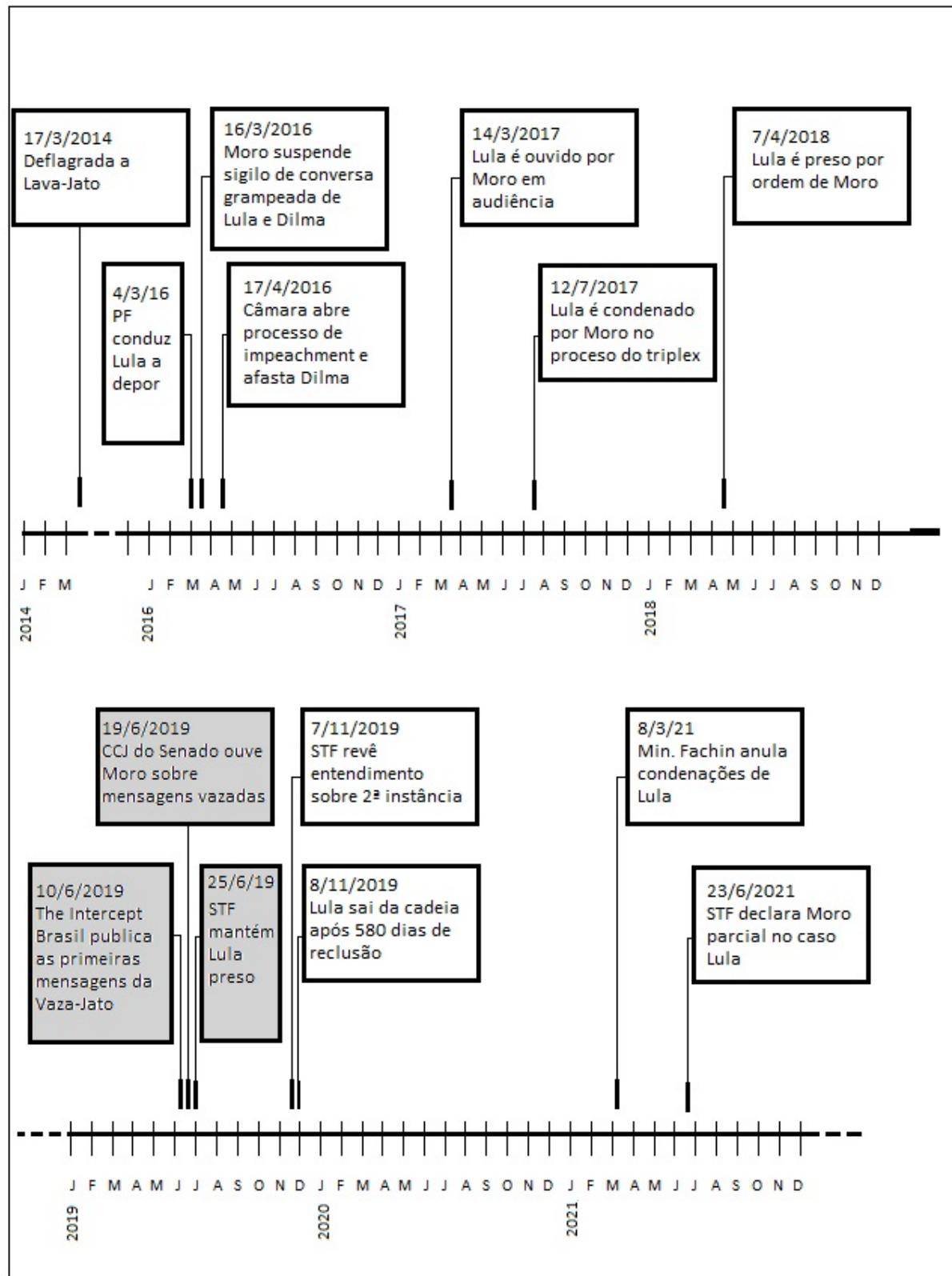
7. ANÁLISE DAS MATÉRIAS – DISCURSO E NARRATIVA

7.1 Situando e recompondo a narrativa

Como já mencionamos, ensina Motta (2013) que cada análise da comunicação narrativa segue um caminho próprio, e quase sempre o próprio objeto indica como pretende ser desvendado. Na gênese do episódio que veio ser denominado Vaza Jato está seu caráter disruptivo de escândalo dentro de outro escândalo. O vazamento do primeiro lote das mensagens, em 9/6/21, marca, sem dúvida, o início de uma nova narrativa. Ela vem, porém, se situar dentro de uma outra narrativa, até então indubitavelmente hegemônica, a da Lava Jato, e, desde o primeiro dia, com alto potencial para interferir em seus rumos. Em nossa análise, o primeiro passo foi situar a narrativa aqui estudada dentro da linha do tempo da trajetória maior da Lava Jato (ela aparece em cinza no gráfico da figura 5). A partir desse movimento fizemos a recomposição da narrativa da Vaza Jato dentro do período estudado.

Marcados em cinza, estão os três eixos principais da narrativa estudada, em torno dos quais se estruturaram as principais intrigas, agiram e reagiram os personagens e duelaram protagonistas e antagonistas. Como se vê, mesmo como parte de uma narrativa maior, a Vaza Jato pode ser considerada também ponto de origem de uma nova estória a partir do momento em que colocou em xeque a conduta e os métodos da Lava Jato.

Figura 5 – Contextualização da Vaza Jato e do período examinado



Fonte: elaboração própria.

Na recomposição do período examinando, há intrigas importantes no desenvolvimento do novo enredo, e embora Folha e Globo tenham tido diferenças ao se posicionar editorialmente diante do episódio, os dois jornais coincidem na escolha dos pontos fundamentais da narrativa, como mostram suas manchetes e chamadas. A partir das dez edições analisadas, podemos recompor assim a narrativa dos dias estudados, com seus principais eixos, coincidindo com as principais matérias, manchetes e chamadas de cada um no período entre 10/6/19 e 26/6/19.

a) **Intriga 1: Surgem as primeiras mensagens de Moro no *The Intercept*– (10/6)**

Folha de S.Paulo: “Moro discutiu Lava Jato com procurador do caso, diz site” –

O Globo: “Site diz que Lava Jato e Moro atuaram juntos”

b) **Intriga 2: Moro está sob suspeita – (11/6)**

Folha de S.Paulo: “Governo Bolsonaro se blindando e adota cautela com Moro” –

O Globo: “Conversas de Moro com procuradores e ação de hacker serão investigados”

c) **Intriga 3: Moro vive seu momento mais frágil na véspera de dar explicações ao Senado e é alvo de novo vazamento – (19/6)**

Folha de S.Paulo: “De superministro a vidraça, Moro vai ao Senado falar sobre conversas suspeitas” –

O Globo: “Moro se preocupa em não melindrar FH, diz site”.

d) **Intriga 4: após embate com senadores, Moro dá a volta por cima na CCJ do Senado e não vai haver CPI para investigá-lo – (20/6)**

Folha de S.Paulo: “Moro minimiza crise e admite sair em caso de irregularidade”

O Globo: Moro: se houve irregularidades eu saio. Mas não houve”

e) **Intriga 5: Uma vitória no STF: Lula continua preso e decisão sobre parcialidade de Moro é adiada – (26/6)**

Folha de S.Paulo: “STF mantém Lula preso e adia julgamento de suspeição de Moro”-

O Globo: “STF nega liberdade a Lula até decidir sobre Moro”

Importante pontuar que os eventos que constituem essa primeira narrativa estudada não representam a narrativa completa da Vaza Jato – que, após dois anos, ainda produz fatos,

intrigas e suas representações. Nesse exame, escolhemos arbitrariamente um “fim” para efeito de estudos, considerando que o julgamento do STF, representado nas edições de 26/6/19, foi um fecho provisório da primeira parte da narrativa, que constitui uma narrativa em si mesma. Mas a novela não acaba ali.

No primeiro exame, numa camada mais superficial, poderíamos situar o ex-juiz como protagonista de uma “trajetória do herói” ao estilo de Campbell (2007), num plano metanarrativo. Nessa primeira visão, Moro, depois de enfrentar dificuldades e ser atacado, vence os inimigos e retorna a seu castelo (no caso, o Palácio da Justiça). No entanto, o aprofundamento da análise de cada uma das edições, com as ferramentas metodológicas adotadas, nos apresenta elementos que sinalizam uma vitória temporária do ministro – sinais de mudanças status político do então ministro e desgastes por sua exposição, pela primeira vez, a questionamentos a suas condutas (e a dos procuradores).

7.2. Roteiro da análise

A partir dessa primeira análise do *corpus* e de seus achados, foi possível refinar as categorias anteriormente delineadas em nosso planejamento. O exame das unidades noticiosas em questão nos encaminhou para o agrupamento de seus elementos sob três eixos principais de análise, cada um com suas categorias, na busca por inferências e conclusões:

- a) **A centralidade do conflito Lava Jato x Vaza Jato:** a identificação do enredo, personagens e vozes representadas.
- b) **Operação interdiscursiva:** o discurso hegemônico e a personificação da Lava Jato por Sergio Moro. As primeiras fissuras.
- c) **O narrador *Folha* e o narrador *O Globo* em suas diferenças na construção de sentidos:** como selecionam, se posicionam e quais são seus processos argumentativos.

Começamos a análise focando como categoria a centralidade do conflito na estruturação das narrativas dos dois jornais entre 10/6/19, primeiro dia da cobertura sobre o vazamento das mensagens entre o juiz e os procuradores chefes da Lava Jato, e 26/6/10, quando suas edições publicam o resultado do julgamento da Segunda Turma do STF que manteve o ex-presidente Lula na cadeia e adiou (na prática, por quase dois anos) uma decisão sobre a ação que questionava a imparcialidade de Sérgio Moro. Nesse período, que em termos de narrativa pode ser considerado um primeiro capítulo da Vaza Jato, as dez edições estudadas (cinco da *Folha* e cinco de *O Globo*) levaram o assunto às primeiras páginas dos dois jornais, em cinco

manchetes (três na *Folha* e duas em *O Globo*) e cinco chamadas (três no *Globo* e duas na *Folha*).

Nesse início de análise, buscamos identificar os elementos que apontam para a construção, por parte dos narradores, de um conflito entre a Lava Jato e a recém-nascida Vaza Jato, apontando seu enredo e personagens. Mais adiante, usando os instrumentos da análise do discurso, examinamos as operações interdiscursivas manifestas e constitutivas em torno do que está em jogo na confrontação entre a Lava Jato, a operação já consagrada, e as revelações trazidas pelos vazamentos da Vaza Jato: a manutenção (ou não) do discurso hegemônico da Lava Jato, que englobou o discurso do combate à corrupção no país. Começa a se construir, ou fortalecer, um outro discurso, contra-hegemônico, que questiona os excessos da operação e aponta direcionamento político nos atos do juiz e dos procuradores. Buscamos identificar os espaços ocupados por ele.

Sem pretensões de se aprofundar num estudo comparativo, avançamos na análise das matérias e edições buscando apontar as diferenças nas opções dos narradores *Folha* e *O Globo*. Elas são, ao mesmo tempo semelhantes ao estabelecer os eixos principais da narrativa em torno do conflito, mas divergentes na forma como se posicionam em relação a ele e à construção do discurso contra hegemônico. Estudamos como cada um se situa em relação ao vazamento das mensagens e a seu conteúdo, a partir de recursos e marcações de texto, seleção das informações, espaços alocados e construção de processos argumentativos. Nesse exame, levamos em conta a maneira como cada jornal se posicionou diante do fato de as mensagens terem sido *hackeadas* e, portanto, obtidas de forma ilegal.

Na parte final, buscamos inferências e conclusões nos planos do discurso – o discurso anticorrupção lavajatista e sua força no debate público – e da análise da narrativa. Nesse últimos caso, procuramos também os elementos que nos levam ao terreno da metanarrativa, com seu enfoque simbólico, trajetória de protagonistas e antagonistas. Ao fim, tentamos posicionar o significado de uma nova narrativa dentro da narrativa maior, já que a Vaza Jato pode ser vista também como um capítulo do enredo da Lava Jato, ainda que talvez o mais decisivo para seu futuro.

7.3 A centralidade do conflito Lava Jato e Vaza Jato – suas diferentes formas e vozes

O conflito é uma categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política. É uma categoria dramática, que centraliza a narrativa, concatena os enredos, tece os fios que

encadeiam as ações dos personagens e os posiciona uns contra os outros (MOTTA e GUAZINA, 2010). O conflito é central na presente análise, que, além dos embates explícitos na narrativa, contrapõe o discurso até então hegemônico da Operação Lava Jato na chamada grande mídia e uma nova formação discursiva que surgiu a partir dos questionamentos suscitados pela irrupção da Vaza Jato.

Nos dois extremos, são identificáveis os processos argumentativos que começam a se desenvolver naquele momento. De um lado, os que se formavam em torno de elementos das conversas que mostrariam um conluio entre o juiz e os procuradores, tendo como uma de suas principais metas a condenação do ex-presidente Lula – argumentos que não foram explicitados nos jornais, mas apenas sugeridos. De outro lado, houve a construção de um discurso segundo o qual as suspeitas de conluio levantadas sobre a conduta de Sergio Moro e dos procuradores colocaria em risco a sobrevivência da Operação Lava Jato como um todo e o combate à corrupção no Brasil – argumento adotado por Moro que foi reproduzido pelos jornais.

Na análise das matérias, podemos constatar que, desde o primeiro momento, os dois jornais situam a disputa como eixo de suas narrativas, opondo dois lados adversários, representados por Lava Jato e Vaza Jato. Embora os personagens se alternem e as circunstâncias políticas e jurídicas variem de matéria para matéria, o antagonismo está permanentemente presente na narrativa.

7.3.1 Os personagens e seu enredo: Moro protagonista e Lula antagonista

O personagem principal da narrativa nos dois jornais no período estudado de quase um mês é, inequivocamente, Sergio Moro, o ex-juiz da Lava Jato, já então ministro da Justiça de Jair Bolsonaro. Moro é o protagonista da ação (ou a sofre) em todos os títulos de manchetes ou chamadas de primeira página do material analisado, ainda que, algumas vezes, não tenha praticado os principais atos ou decisões descritos na reportagem do dia. Mas o foco é sempre ele, e isso fica claro desde o primeiro momento da cobertura, conforme mostra a sequência das manchetes e títulos de chamadas de primeira do período expostas no quadro abaixo (quadro 2).

Como se vê, Sergio Moro “atua” (junto com a Lava Lato), “conversa”, “discutiu” a operação com procuradores, “será investigado”, diz que se houver irregularidade “sai” (do governo), “minimiza crise”, “se opõe” a investigar Fernando Henrique e é objeto do adiamento de uma decisão do STF que poderia torná-lo suspeito (como, aliás, fez dois anos depois). Os verbos ou locuções verbais empregados para representar as principais ações da narrativa nesse

período logo após a divulgação das primeiras mensagens da Vaza Jato giram sempre em torno do ex-juiz e então ministro.

Quadro 2 – Protagonista da ação

Manchetes/chamadas de capa	<i>O GLOBO</i>	<i>FOLHA DE S.PAULO</i>
10/6/19	“Site diz que Lava Jato e Moro atuaram juntos” (chamada)	“ Moro discutiu Lava Jato com procurador do caso, diz site” (chamada)
11/6/19	“Conversas de Moro com procuradores e ação de hacker serão investigados” (manchete)	“Governo Bolsonaro se blinda e adota cautela com Moro ” (manchete)
19/6/19	“ Moro se preocupa em não melindrar FH, afirma site” (chamada)	“ Moro se opôs a investigação sobre FHC, afirma site” (chamada)
20/6/19	“ Moro : se houver irregularidade, eu saio. Mas não houve” (manchete)	“ Moro minimiza crise e admite sair em caso de irregularidade” (manchete)
26/6/19	“STF nega liberdade a Lula até decidir sobre Moro ” (chamada)	“STF mantém Lula preso e adia julgamento de suspeição de Moro ” (manchete)

Fonte: elaboração própria.

Como já antecipamos, lidas em conjunto, as manchetes e chamadas de capa das edições estudadas compõem, por si só, uma narrativa com começo, meio e fim – ainda que este último seja provisório e temporário – na qual o ex-juiz é o principal ator. Importante lembrar que, nesse roteiro geral, trata-se de uma história protagonizada pelo então ministro da Justiça que pode ser assim resumida: começa com o vazamento das mensagens comprometedoras do ex-juiz e dos procuradores (1); prossegue com o anúncio de investigações sobre Moro e também sobre o hackeamento (2); avança para o momento de maior fragilidade política do ministro da Justiça, quando ele é chamado a se explicar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e o governo do qual faz parte tenta se afastar dele e da crise (3); alcança uma espécie de clímax durante o depoimento no Senado, descrito de forma favorável ao ex-juiz (4); e chega um desfecho, ainda que não definitivo, com o julgamento em que a Segunda Turma do STF mantém o ex-presidente Lula preso e adia o julgamento sobre a suspeição de Moro (5).

As intrigas que giram em torno do então ministro da Justiça têm enfoques relativamente variados, em que ora ele é representado como herói (maioria das vezes), ora como um personagem a caminho de se tornar vilão – o que analisaremos de forma mais detalhada adiante.

Também na transcrição de diálogos das mensagens vazadas das conversas entre o juiz e os procuradores – que a *Folha* traz nas edições estudadas – Moro é o principal titular das ações descritas, ou sugeridas, pelo conteúdo dessas conversas. São usados verbos como “dizer”, “afirmar”, “responder”, “comentar”, “pedir” e, sobretudo, “deferir”, “indeferir” e “cobrar”. Esses últimos, por si só, já denotam o poder concentrado nas mãos de seu sujeito. É o juiz Moro quem defere ou indefere pedidos do procurador. Ele também, segundo o texto principal da *Folha* em 10/6/19, por exemplo, mostra autoridade para “cobrar” de Dallagnol – que, no caso, havia admitido um adiamento do depoimento do ex-presidente Lula.

Nesse enredo, há uma profusão de outros personagens e opositores diversos, que aparecem e desaparecem a cada edição, mas o principal antagonista de Sérgio Moro na narrativa é um personagem ausente, sem voz direta nas matérias: o ex-presidente Lula, que se encontra preso na ocasião e tem seus pontos de vista representados ocasionalmente por sua “defesa”, quase sempre referida de forma genérica, sem nomear os advogados. Isso ocorre nos dois jornais. O personagem Lula entra em cena no papel apassivado de condenado: textos dos dois jornais em suas primeiras matérias sobre o tema explicam que foi preso em decorrência de sentença de Moro, e que esta foi confirmada em segunda instância pelo TRF 4 e pelo STJ. A primeira matéria sobre o caso na *Folha* (10/6, pag.8) já estabelece o antagonismo Lula x Moro, registrando que o caso do ex-presidente é tema dos diálogos revelados - possivelmente levando o leitor a concluir que o vazamento das conversas pode beneficiar o ex-presidente:

“Na troca de mensagens, membros da força-tarefa fazem referências a casos como o processo que culminou com a condenação do ex-presidente Lula (PT) na ação do triplex de Guarujá. Preso em decorrência da sentença de Moro, o petista foi impedido de concorrer à Presidência na eleição do ano passado” (FSP, 10/6/19, p.8).

Lula, portanto, é representado pelos dois jornais como interessado na Vaza Jato, reforçando o conflito estruturado na narrativa. O embate Lava Jato x Vaza Jato representado nos jornais, é, de forma subjacente, o combate entre Sergio Moro x Lula. Isso ocorre apesar de o ex-presidente não ter maiores protagonismos nas matérias, nas quais não fala nem é agente direto de ações. A *Folha* dá mais espaço ao que chama de “defesa do petista”, inclusive em

textos separados, matérias auxiliares como ocorre na edição de 10/6. Editado na lateral do texto principal, a matéria de três parágrafos traz nota dos advogados afirmando que a reportagem do *Intercept Brasil* revelava “detalhes de uma trama” contra o ex-presidente. N’*O Globo* do mesmo dia (10/6), Lula da Silva também aparece representado como o personagem “condenado no caso do triplex do Guarujá”. Depois, esse personagem antagonista só é alçado às manchetes e chamadas de primeira pelos dois jornais uma vez, em 26/6, já na qualidade de “perdedor”, quando o STF decide adiar o julgamento da suspeição de Moro e manter Lula preso até isso acontecer – fim do primeiro “round” da narrativa do conflito:

Quadro 3 – Desfecho da ação

<i>O GLOBO</i> (26/6)	<i>FOLHA</i> (26/6)
Chamada de primeira página	Manchete
STF nega liberdade a Lula até decidir sobre Moro”	“STF mantém Lula preso e adia julgamento de suspeição de Moro”

Fonte: elaboração própria.

O material analisado mostra que os lados da disputa foram representados, ao longo dos dias, por diferentes personagens e/ou vozes. Num primeiro momento, o conflito de fundo Lava Jato x Vaza Jato foi configurado, numa oposição entre o site *The Intercept* e o ex-juiz e ministro Sergio Moro. Esse enredo vai se repetindo a cada edição, em outros embates que opõem os dois lados, mas representados por diferentes contentores: Moro x Lula, Moro x senadores, Governo x Oposição, Lava Jato x hackers, Moro x STF, defesa de Lula x STF e até STF x STF, entre outros, podem ser apontados nos textos analisados. No fundo, trata-se da mesma disputa entre as narrativas da Lava Jato e da Vaza Jato.

Na sequência das dez edições estudadas, o conflito se desenvolve também em diferentes palcos. Iniciado apenas mídia logo que vazaram as primeiras mensagens, foi transportado ao Congresso e a outras instituições e instâncias políticas, como governo e oposição, chegando ao Supremo Tribunal Federal. Este último terá funcionado, na narrativa, como uma espécie de árbitro, mas também abrigou, ele próprio, uma disputa interna em torno dos lados adversários, representada pela divisão da Segunda Turma no julgamento do *habeas corpus* impetrado pela defesa do ex-presidente Lula. Com o envolvimento de novos personagens, ainda que colateral, outras disputas se configuraram em tramas secundárias. Um

suposto embate entre Moro e o presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, foi sugerido em textos tanto da *Folha* quanto de *O Globo* diante das primeiras reações de distanciamento do presidente Jair Bolsonaro em relação ao caso.

7.3.2 A linguagem e os cenários do conflito

Não é novidade no jornalismo o emprego de metáforas e de um léxico relacionado a guerras, embates, e jogos na construção de narrativas referentes ao campo político. De modo geral, o discurso político, oriundo de uma atividade que tem como base a disputa, sobretudo eleitoral, também costuma ser repleto de referências desse tipo. Na análise textual do material, foi possível observar que a *Folha* e *O Globo* usaram esses termos em profusão: “ringue”, “território hostil”, “embate”, “ataque”, “defesa”, entre outros. Ao lado disso, identifica-se, na estruturação das narrativas, uma intenção de contrapor posições e dar ênfase a disputas discursivas e políticas, que tangenciam o campo jurídico. Fica clara ainda, em ocasiões diversas, a “politização” do discurso técnico-jurídico normalmente empregado em narrativas sobre investigações, processos e julgamentos – um recurso que terá servido para dar maior ênfase ao conflito político.

Desde o primeiro dia da cobertura (10/6), quando os jornais situaram o embate entre os personagens *The Intercept Brasil* e Sergio Moro (junto com os procuradores de Curitiba liderados por Deltan Dallagnol), os textos de ambos estabelecem uma oposição também em torno da divulgação das mensagens, contrapondo-a aos que condenaram sua obtenção como “ato criminoso”. Ao representar essas duas posições, *O Globo* dá mais espaço a Moro e aos procuradores, e não transcreve nenhum dos diálogos do Intercept, que menciona parcialmente, apenas em discurso indireto. *A Folha*, além de reproduzir os diálogos vazados em discurso direto, amplia o número de vozes, ouvindo, além desses protagonistas, outros personagens, como o ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, que funciona como uma espécie de árbitro, um personagem supostamente neutro em meio ao conflito. Os textos dos dois jornais configuram de forma clara o tom de disputa, reproduzindo também trechos de nota divulgada pela equipe de procuradores, que se refere à revelação das mensagens *hackeadas* no aplicativo Telegram como um “ataque criminoso à Lava Jato”.

No quadro abaixo, referente ao primeiro dia dessa cobertura, as principais vozes da disputa são expostas. Fica claro o desequilíbrio entre os dois jornais. *The Intercept Brasil* e a defesa de Lula não foram ouvidas por *O Globo*. Nos argumentos expostos, destacam-se dois

diferentes focos de divergência: o primeiro, em relação ao conteúdo das conversas entre juiz e procurador, apresentado como impróprio pelo *site* mas “sem qualquer anormalidade” por Moro e força-tarefa; o segundo, sobre a ação de *hackeamento* de celulares para obter as mensagens e sua divulgação pela imprensa. Na narrativa da força-tarefa, a Lava Jato é o alvo e está em perigo. No quadro abaixo, as vozes e suas argumentações:

Quadro 4 – Vozes da disputa (10/6/19)

<i>The Intercept Brasil</i> / Glenn Greenwald	“Segundo a reportagem, Moro sugeriu ao MPF trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobrou a realização de novas operações, deu conselhos e pistas e antecipou ao menos uma decisão judicial” Informou que obteve o material de uma fonte anônima, que pediu sigilo.	Na <i>Folha</i> , que reproduziu os diálogos em detalhes. <i>O Globo</i> não reproduziu as conversas
Sergio Moro	“Não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias, que ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela operação”. Lamentou a “falta de indicação de fonte de pessoa responsável pela invasão criminosa de celulares de procuradores. Assim como a postura do site, que não entrou em contato antes da publicação, contrariando regra básica do jornalismo”.	Em nota, na <i>Folha</i> e n’ <i>O Globo</i>
Deltan Dallagnol e força-tarefa	“A violação criminosa das comunicações de autoridades constituídas é uma grave e ilícita afronta ao Estado e se coaduna com o objetivo de obstar a continuidade da operação, expondo a vida dos seus membros e famílias a riscos pessoais”. “(…)os dados eventualmente obtidos refletem uma atividade desenvolvida com pleno respeito à legalidade e de forma técnica e imparcial em mais de cinco anos de operação”. “Eventuais críticas feitas pela opinião pública sobre as mensagens trocadas por seus integrantes serão recebidas como uma oportunidade para a reflexão e o aperfeiçoamento dos trabalhos”.	Em nota, na <i>Folha</i> e n’ <i>O Globo</i>
Ministro Marco Aurélio Mello (STF)	“É preciso aguardar para analisar as conseqüências, mas as mensagens ‘colocam em dúvida’ a ‘equidistância do órgão julgador”	Na <i>Folha</i>
Ex-presidente Lula	“A reportagem do Intercept revela detalhes de uma trama, já denunciada, que envolve “atuação combinada entre os procuradores e o ex-juiz Sergio Moro, com objetivo preestabelecido e com clara motivação política de processar, condenar a retirar a liberdade”.	Nota da defesa na <i>Folha</i>

Fonte: elaboração própria.

É constante o uso de metáforas bélicas para descrever o confronto. A Folha, por exemplo, afirma na linha fina de sua matéria principal da edição de 11/6/19: "Diante da incerteza sobre novos vazamentos, Planalto tenta blindar o presidente". O texto trata da preocupação do governo em relação ao que poderá aparecer, em novas divulgações de mensagens, contra seu ministro da Justiça. O verbo "blindar", que significa proteger, evoca guerra, risco de ataques e combate, passando a ideia de que Bolsonaro, de alguma forma, poderia acabar sendo atingido no caso. A ação de tentar evitar isso é o fio central do enredo da matéria do dia na Folha.

Figura 6 – Folha de S. Paulo, edição de 11/6/2019, p. A-4

poder

PAINEL Daniela Lima

Para além das fronteiras

O PT vai aproveitar a fenda aberta no coração da Lava Jato pelas revelações do site The Intercept Brasil para tentar ampliar o movimento político de questionamento dos métodos da operação. A cúpula da sigla atuará em etapas. Nesta terça (11), age para unificar o discurso dos demais partidos de esquerda. Em seguida, quer atrair os de centro. Sem prejuízo ao mote "Lula Livre", a ideia é discutir o caso sob o foco jurídico, como ataque ao Estado Democrático de Direito — e não só aos seus quadros.

JOÃO DE CABREZ Haverá forte movimentação nos bastidores para convocar a cúpula do PT que não ficará de fora da fenda aberta pela divulgação da imagem da Lava Jato, uma espécie de plebiscito sobre a continuidade de Lula. O próprio ex-presidente mandou recado pedindo cautela e pensamento estratégico.

TIPO DE CASALDÓ Líderes petistas não podem perder para o PT a iniciativa de lidar com o caso. O partido já tem em seu arsenal o CNP e o CNMP. Faltam os meios para atuar nos tribunais que colaboraram com a sigla. Adotar promovesse ações, de impacto, e não publicar as investidas.

BASTA Membros do Supremo não vão se deixar intimidar pelo domingo (10) e todo o dia desta segunda (11) discutindo as implicações do material do The Intercept. Na avaliação de ministros, para o universo jurídico, uma confirmação de que veio à tona seria "a pi de calmaria" envolvendo de Lula.

MAQUILANADO Um integrante do STF diz que a Lei de Acesso à Informação não é uma ferramenta adequada para lidar com o caso. Sérgio Moro teria dito que não se trata de um caso de corrupção, mas de um caso de fraude. O dirigente afirma que não se trata de um caso de fraude, mas de um caso de fraude.

DIFUSÃO O ministro do Supremo também espera não sofrer eventual censura por parte da imprensa. O ministro do Supremo também espera não sofrer eventual censura por parte da imprensa.

MAG DOBRE O grupo, por isso, analisa que, confirmada a teoria das mensagens, será possível afirmar que Moro direcionou a operação para o caso de corrupção.

TUDO MUNDO EM PÂNICO A divulgação que registra mensagens trocadas entre as forças-tarefa de Curitiba do Boiatarium tem de trazer sua conversa suas divulgações.

TORTO 1 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

2 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

3 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

4 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

5 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

6 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

7 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

8 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

9 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade

10 O caso se reveste de extrema gravidade fundamental do Judiciário, à imparcialidade



O presidente Jair Bolsonaro conversa com o vice, Hamilton Mourão, em evento nesta segunda-feira.

Governo Bolsonaro adota cautela com Moro e prevê agitação no Congresso

Diante da incerteza sobre novos vazamentos, Planalto tenta blindar presidente, que não se manifesta sobre conversas envolvendo ministro

Bruno Rodrigues

O governo Jair Bolsonaro adota cautela em relação ao vazamento de conversas entre ex-juiz Sérgio Moro e o procurador Delgadinho, que investiga o conteúdo das mensagens. A medida evita que o ministro da Justiça tenha que dar explicações à Casa.

A cautela do governo com Moro, auxiliado por recomendações de aliados, é resultado de um diálogo entre os quadros da Lava Jato e integrantes da força-tarefa da operação.

Em evento durante a tarde desta segunda-feira, Bolsonaro ignorou o caso e não deu entrevistas. No fim da tarde, o Palácio do Planalto informou que ele não se pronunciaria sobre o assunto. Sua porta-voz, Otávio Augusto, disse que o presidente conversou com Moro antes de se manifestar e que "jamais" admitiria uma possível denúncia.

Segundo o TV Club, o secretário de Comunicação do governo, Fábio Rodrigues, afirmou que o presidente de fato não se pronunciou sobre o caso.

Mensagens divulgadas no domingo (10) pelo site The Intercept mostram que Moro e Delgadinho trocaram mensagens quando integravam a força-tarefa da Lava Jato. Os diálogos incluem conversas em andamento e comentários sobre o caso. Moro pediu para Delgadinho não divulgar as mensagens para não prejudicar a operação.

O pacote de diálogos publicados no aplicativo Telegram em 2018 e 2019. Parte deles se refere ao processo de Sérgio Moro e Delgadinho em Curitiba (PR), qual era o presidente da Lava Jato e ministro da Justiça da República. Um assessor disse que os parlamentares certa-

mente farão "um carnaval".

Nesta segunda, a bancada oposicionista na Câmara declarou que pretende observar todas as votações, na tentativa de esperar propostas de interesse do governo. Além disso, deputados apresentaram requerimento de convocação para que o ministro da Justiça tenha que dar explicações à Casa.

A cautela do Congresso considerava mais provável a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquirição) para investigar o conteúdo das conversas. Já na noite de domingo, líderes partidários relataram essa possibilidade ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR).

O cenário também foi discutido numa reunião na manhã desta segunda entre Maia, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffi, aliados dos chefes da Câmara e do Senado e um assessor que há chances de criação de uma comissão que investigue uma suposta aliança ilegal entre Moro e o Ministério Público Federal no processo da Lava Jato. Eles evocaram um clássico clichê das CPIs: todos sabem como conter, mas ninguém sabe como acabar.

O governo estima, por ora, que possa conter a reforma da Previdência não sofrerá abalo significativo. O Planalto deve concentrar sua atenção em outras prioridades, como discussões, preparando a mesa para o que será a pauta com a defesa de Moro.

Nesta manhã, a ala política do governo preferiu por enquanto a prudência, e não os comentários militares de defesa de Moro. Apesar da cautela, os principais integrantes do Planalto buscam defender o ex-procurador e juiz, até que as investigações da Lava Jato e do Ministério Público Federal sejam concluídas.

Para a ala mais pragmática do Planalto, é melhor que Moro não seja incluído para o primeiro show aberto ao STF (Supremo Tribunal Federal), no ano que vem, e que o governo espere até 2021, quando o ministro Marco Aurélio

Mello deve se aposentar.

Essa estratégia dá tempo a Moro para criar uma marca no Ministério da Justiça e mitigar a imagem de que atuou politicamente para ganhar uma cadeira na corte.

Os aliados aderidos por Bolsonaro até agora podem se sentir na presença política dada a postura também no Congresso. Em episódios recentes, o governo não conseguiu capital a favor dos interesses do ministro.

O ex-juiz enfrentou um terremoto local ao brigas pela manutenção do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) no Ministério da Justiça, sem a ajuda do Planalto. Também houve pouca empatia do pacote de na ativação do pacote anticorrupção, que enfrenta resistência contra o crime organizado e a corrupção.

Líderes parlamentares avizaram que a crise desencadeada pela divulgação das mensagens deve atrair ainda mais a transição dos poderes. Em comentários enervados, eles disseram que parte das propostas representava uma tentativa de criar amplos legais as medidas com as Lava Jato.

O relator do pacote na Câmara, deputado Capitão Anacleto (PP-SP), aproveitou o espaço para anunciar o trabalho de comissão para discutir o assunto na quinta (11). Cabe ao presidente da Câmara definir se será uma comissão especial para discutir o texto ou se ele será levado ao plenário.

"Esperamos estar neste momento, e o pacote anticorrupção" disse à Folha o relator do pacote na Câmara, "No Senado, Elaine Guimarães (Cidadania-MG) também afirmou que não haverá crise de trabalho no trabalho na Câmara.

"O Congresso é muito sensível a qualquer fato político", disse ao relator do pacote anticorrupção, que afirmou que não haverá crise de trabalho no trabalho na Câmara.

"Esperamos estar neste momento, e o pacote anticorrupção" disse à Folha o relator do pacote na Câmara, "No Senado, Elaine Guimarães (Cidadania-MG) também afirmou que não haverá crise de trabalho no trabalho na Câmara.

"O Congresso é muito sensível a qualquer fato político", disse ao relator do pacote anticorrupção, que afirmou que não haverá crise de trabalho no trabalho na Câmara.

O objeto da blindagem é o presidente da República. O agente, mencionado genericamente, é “o governo” ou “o Planalto”. O “ataque” insinuado no texto seria político, sob a forma de um possível desgaste do governo provocado pelo vazamento de conversas em que Sergio Moro orientava o procurador Deltan Dallagnol. As ações descritas giram, nesse texto, em torno do objetivo de proteger o governo para evitar danos políticos maiores. O fator insegurança levaria à “cautela” – outro termo usado – que, segundo o narrador da Folha, foi adotada pelo Planalto em relação à narrativa de Moro naquele primeiro dia da Vaza Jato (figura 6).

7.3.3 A politização do discurso e do personagem: “de superministro a vidraça”

A cobertura do caso teve em praticamente todas as edições um enfoque político, e não jurídico – embora a “batalha final” tenha se desenrolado no campo judicial, o STF. A edição da *Folha* de 11/6/19 já mostra que a principal preocupação do narrador dizia respeito ao impacto do caso para o governo e seus desdobramentos no plano político – e essa dimensão política ocupou mais espaço do que aquelas da esfera jurídica ou criminal que tinham relação direta com as mensagens ou os atos do ex-juiz. O jornal recorre a metáforas ao tratar do “temor” de integrantes do governo, ouvidos em off e não-identificados no texto, de que uma defesa precipitada de Moro fosse “atropelada por informações ainda desconhecidas”. O texto afirma que a equipe do governo “já prevê agitação no Congresso com a divulgação das conversas”, referindo-se à ação da “bancada oposicionista”: ela planejava obstruir as votações, apresentar requerimentos de convocação de Moro e examinar a possibilidade de abertura de uma CPI. Mas não é nominada pelo jornal. Segundo a matéria, o ex-juiz e então ministro enfrentava já anteriormente, no Congresso, um “território hostil” – outra expressão bélica.

O desdobramento do caso no campo político colocou em cena, também em 11/6, novos personagens do conflito: integrantes do governo e parlamentares de oposição. O ministro da Economia, Paulo Guedes, o secretário de Comunicação, Fabio Wajngarten, o ministro-chefe do GSI, Augusto Heleno, e os filhos do presidente Jair Bolsonaro, Carlos e Eduardo Bolsonaro, são vozes citadas em defesa de Moro n’*O Globo*, que também dá espaço e ênfase a investigações sobre o *hackeamento* das mensagens. No Congresso, “parlamentares da oposição” são mencionados por defender o afastamento do ministro da Justiça do cargo e a criação de uma CPI para investigar o conteúdo das mensagens, mas, como de hábito, não são

nominados – diferentemente dos personagens que defendem Moro. O tom político dado ao caso fica nítido na reprodução de declarações como a do ministro chefe do GSI, general Augusto Heleno, que cita indiretamente o PT para sugerir que partiram dali as mensagens contra Moro e a Lava Jato.

Também toma corpo um conflito entre os defensores da Lava Jato e parte da imprensa, que já na véspera fora levantado por Sergio Moro, quando acusou o site *The Intercept* de “sensacionalismo” e cobrou a fonte dos vazamentos. Carlos Bolsonaro, filho do presidente, afirma que a imprensa queria “queimar o governo e favorecer o sistema”. No quadro a seguir, que traz as vozes reproduzidas por *O Globo*, é de se notar o desequilíbrio entre os discursos pró e contra a Lava Jato. O jornal ouviu vários integrantes do governo do qual Moro fazia parte, nominando e dando a cada um espaço para fala para defender o ex-juiz. O “outro lado”, nessa edição, aparece representado genericamente por “parlamentares de oposição”.

Quadro 5 – Vozes e discursos em *O Globo* (11/6/2019)

Vozes/Discursos <i>O Globo</i> 11/6	Defesa de Moro/Lava jato	Critico à LJ
Fabio Wajngarten (ministro da Secom)	(O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem à noite) “Nós confiamos irrestritamente no ministro Moro”	
Carlos Bolsonaro	Imprensa quer “queimar o governo e favorecer o sistema”.	
Eduardo Bolsonaro	No Brasil, “a vítima do crime é que tem que se explicar”	
General Augusto Heleno (ministro do GSI)	“O desespero dos que dominaram o cenário econômico e político do Brasil nas últimas décadas levou seus integrantes a usar meios ilícitos para tentar provar que a Justiça os puniu injustamente”	
Paulo Guedes da (ministro da Economia)	Atribuiu o vazamento das mensagens a um interesse de prejudicar a tramitação da reforma da Previdência.	
Parlamentares de oposição (não nominados)		”...passaram a defender o afastamento de Moro do cargo e a criação de uma CPI para investigar o caso”

Fonte: elaboração própria

Nessa edição de *O Globo* (11/6/19), parece haver uma estratégia de confrontar a Lava Jato (representada por Moro e os procuradores) e as forças que *hackearam* o *Telegram* e

as forças que divulgaram as mensagens. A edição dá destaque, ao mesmo tempo e com o mesmo grau de importância, à informação de que a Polícia Federal vai apurar quem invadiu ilegalmente os telefones dos procuradores para ter acesso a suas mensagens, de um lado, e, de outro, à investigação, no âmbito do Ministério Público, do conteúdo das conversas e a opiniões sobre a correção ou não da conduta do ex-juiz e dos procuradores que combinam ações da Lava Jato (figura 7).

Figura 7 – O Globo, edição de 11/6/2019, p. 4

4

País

investigações

Lava-Jato denuncia ex-executivos de banco

Três ex-diretores do Banco Paulista foram denunciados por pagar propina a Odebrecht. g1.br/22g1st



Por Roberto. O coordenador de força tarefa da Lava Jato, Delton Dallagnol, acusado de ter julgado Sérgio Moro, em setembro de 2017, no dia anterior que foram alvos de uma ação hacker.

(...) A imparcialidade na Lava Jato é confirmada por muitos fatos, crenças de pedidos feitos pelo MP foram anulados pelo juiz federal Sérgio Moro — exemplifica Delton Dallagnol, completando: — A Lava Jato é contra a corrupção seja ela de quem for. Vimos continuar dispostos e disponíveis para prestar os esclarecimentos sobre nossos procedimentos a fim de manter a confiança da sociedade na nossa legitimidade de atuação.

No Congresso, parlamentares da oposição passaram a defender o afastamento de Moro do cargo e a criação de uma CPI para investigar o caso. Parlamentares do PT, PC do B, PSC, PSB e PSB conversaram sobre convocações de Moro e Dallagnol, além de investigar o MP para compreender e agir em comissões já existentes no Congresso.

MAIA, ALCOLUMBRE E TOFFOLI

Líderes do governo, presidente Lula, preferiram a cautela e evitaram pronunciamentos públicos, à espera de novos vazamentos prometidos pelo site. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), adiou uma viagem para São Paulo e conversou com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli.

Em oitavo de Bolsonaro que criticou a política, Eduardo, Carlos e Flávio, minimizaram as conversas e atacaram a forma como as informações foram obtidas. Para Carlos, a imprensa que "quisar governos Bolsonaro e Ferecece" o sistema". Edinho disse que, no Brasil, a "ótima doutrina é que tem que se explicar", enquanto Flávio limitou-se a repulicar nota oficial de Moro sobre "vazamentos criminosos".

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, divulgou mensagens parciais que integridade de Moro e sua devoção à pátria "estão acima de qualquer suspeita". "O desempenho que dominaram o cenário econômico e político do Brasil, nas últimas décadas, levou seus integrantes a usar meios ilícitos para tentar provar que a Justiça não puniu injustamente" (Governo Maia, Jussara Soares, Aguirre Talenta, Natália Perceira, Evana Gies, Daniel Guilheri C).

PARA PASSAR A LIMPO
Conversas entre Moro e Dallagnol e invasão hacker serão investigadas

Uma investigação de divulgação de conversas entre o coordenador de força tarefa da Lava Jato, Delton Dallagnol, e o ex-juiz e hoje ministro da Justiça, Sérgio Moro, e conteúdo e interceptação das mensagens trocadas de celulares de procuradores, não é o primeiro caso de invasão de mensagens de seu celular. Em 2017, o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, e conteúdo e interceptação das mensagens trocadas de celulares de procuradores, não é o primeiro caso de invasão de mensagens de seu celular. Em 2017, o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, e conteúdo e interceptação das mensagens trocadas de celulares de procuradores, não é o primeiro caso de invasão de mensagens de seu celular.

Ele determinou que Dallagnol, em nome da força-tarefa da Lava Jato, perdesse esclarecimentos por escrito em relação às mensagens. Em seguida, devolva se o caso de aquisição e procedimento ou convertido em um processo disciplinar.

Dentre as possíveis providências está, inclusive, a suspensão de Dallagnol. Em seu despacho, Rochadella cita que os diálogos entre os procuradores podem representar "devoção de conduta". A investigação do CNMP não tem efeito contra Moro.

ROSELANDIA SE MANIFESTA

Segundo o jornal Nacional, o secretário de Comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten, disse que o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem a noite: "Não confiamos irreverentemente no ministro Moro".

O ministro da Economia, Paulo Guedes, atribuiu o vazamento das mensagens a um interesse de prejudicar a transição da reforma da Previdência.

Em um dos trechos vazados, de 31 de agosto de 2016, Moro pergunta, segundo o intercept, se a Lava Jato não estava "muito tempo sem operação", após um mês sem ações nas ruas. Dallagnol responde que sim. Sobre essa conversa, Moro disse ontem que as fatos normais.

— Olha, se houve alguma coisa nesse sentido, são operações que já haviam sido autorizadas. É uma questão de legitimidade ser discutido como a polícia de como fazer ou não fazer. Isso é absolutamente normal — afirmou.

As interceptações de mensagens mostram também que o ex-juiz Moro indicou a Dallagnol, em 7 de dezembro de 2015, uma fonte que teria informações sobre prioridades de um dos filhos de ex-presidente Lula, condenado à prisão por Moro e cuja culpa no caso do triplex foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e pelo Superior Tribunal de Justiça, que apenas alterou a denominação da pena. Dallagnol diz a Moro, segundo intercept, ter procurado a fonte. Como investigador oficial com "base em notória apócrife". Segundo o vazamento, Moro respondeu sobre a aparente sugestão de fazer uma denúncia anônima: "Melhor formalizar".

Em vídeo divulgado ontem, Dallagnol rechaça as suspeitas de que teve o auxílio de Moro em uma oportunidade que um juiz deve ter entre defesa e acusação.

— É normal que procuradores e advogados conversem com juiz, mesmo sem a presença da outra parte

tralidade (do juiz). E pelo teor das mensagens, parece que ele participa das investigações quem vai ser ouvido, quem vai depor, ir atrás de fontes — disse Gláucia.

Para o procurador do Ministério Público de São Paulo Marco Antônio Ferreira Lima, contudo, as conversas particulares entre Moro e Dallagnol não diferem daquelas que juizes têm normalmente com advogados, diligências e pronunciamentos em julgamentos. Ferreira Lima destaca que, para justificar uma eventual violação de julgamento, é necessário apontar um prejuízo concreto e mensurável.

— Onde estaria o prejuízo nessas conversas? Onde ela compromete a imparcialidade do juiz? Onde continua as outras provas? — diz.

Para ministros do STF, é cedo para avaliar impacto

Especialistas divergem sobre possíveis consequências da divulgação da troca de mensagens entre Moro e procuradores

CAROLINA BARRÃO, ANOBI DE BENEDETTI, BERNARDINO MELLO E BERTINOTTI DANZON

As conversas entre o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador Delton Dallagnol, divulgadas pelo site The Intercept, tiveram impacto negativo no Supremo Tribunal Federal (STF). Quatro ministros ouvidos pelo GLOBO consideraram fato grave, mas ponderaram que é cedo para avaliar se o teor das mensagens invalida investigações da Lava Jato.

— Decisão é negati-

za a credibilidade do Judiciário. Quanto a desdobramentos, há de aguardar-se. Sai o perfil do ex-juiz e hoje ministro da Justiça Sérgio Moro — disse o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, que preside as relações nas relações entre membros do Judiciário, Ministério Público e advogados de defesa.

Há no STF dois processos pendentes de análise em que a defesa de Lula questiona a atuação de Moro, alegando que ele não foi imparcial. Os julgamentos foram suspensos a pedido do

ministro Gilmar Mendes e não há previsão de quando serão retomados.

Entidades que representam juizes federais e procuradores da República defendem uma apuração "aprofundada" sobre divulgação das conversas. A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajfb) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) reiteram confiança no trabalho de juizes federais e procuradores do MPF.

Nas conversas divulgadas, Moro supostamente tentou combater uma estratégia de

defesa para ataques públicos sofridos pela Lava Jato e cita a Ajfb como um possível caminho para rebater as críticas. Contudo, as associações afirmam que, de 47 notas

públicas divulgadas desde 2016, apenas oito tratam da Lava Jato de Moro.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO divergem sobre as possíveis consequências. Para a professora de Direito da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) Eloisa Machado e a especialista em Direito Digital Cláudia Truzzi, do Truzzi Advogados, as conversas contrastam no princípio de imparcialidade previsto na Lei Orgânica da Magistratura.

— É possível ver pelas mensagens que eram uni-

Fonte: O Globo.

Essa dupla trama está presente na principal matéria do jornal, sob título em letras garrafais: “PARA PASSAR A LIMPO”, em tom que induz o leitor a acreditar que tudo será esclarecido, ou seja, que há muito a ser investigado não só em relação a Moro, mas aos hackers. Na linha fina, o subtítulo “Conversas entre Moro e Dallagnol e invasão hacker serão investigadas” coloca as duas iniciativas de investigação em pé de igualdade. O texto opõe as duas ações e, conseqüentemente, os dois lados em disputa – o que alega que o mais importante é investigar o fato de juiz e procuradores terem tido suas mensagens violadas, em contraposição aos que consideram que prioridade apurar seu comportamento questionável do juiz e dos procuradores ao combinar estratégias.

Um dos efeitos dessa estruturação da narrativa parece ser aproximar implicitamente os agentes da divulgação das mensagens na mídia e as forças que querem investigar seu conteúdo (*The Intercept*, parlamentares de oposição, e a defesa do ex-presidente Lula) dos hackers que, de forma ilegal, teriam extraído seu conteúdo do aplicativo mediante a invasão dos celulares dos procuradores. Embora tenha sido negada qualquer relação entre o site que divulgou as mensagens que recebeu anonimamente os hackers, há uma tentativa de *criminalização* dos primeiros, num recurso que aproxima e aglutina esses diferentes protagonistas no mesmo lado do conflito, estendendo-se ao *The Intercept* – que não cometeu o crime de invasão dos celulares. Desde o primeiro momento, o site informou não ter sido responsável pela obtenção das mensagens, que disse ter recebido de fonte não identificada. E, numa estratégia para ampliar seu alcance, repassou a outros veículos – como a própria Folha, a revista *Veja* e outros – mensagens ainda não publicadas para que fossem checadas.

Na Folha, as informações sobre as mensagens vazadas e seu conteúdo e a investigação sobre os hackers são estruturadas em textos separados, como assuntos diversos. A abertura de apuração do Conselho do Ministério Público sobre o procedimento dos procuradores também é noticiada em matéria específica, junto com o pedido apresentado pela OAB para que fossem afastados.

Figura 8 – Folha de S. Paulo, edição de 11/6/2019, p. A-8

AB TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2019

FOLHA DE SPULO ***

poder

‘Nada de mais’, diz Moro sobre mensagens

Para Deltan Dallagnol, episódio configura ataque gravíssimo à Lava Jato, e acusação de parcialidade é teoria da conspiração

Feliciano Maltoni
e Fábio Rassi

masculino e curvado. O ministro Sérgio Moro (Justiça) afirmou nesta segunda-feira em Manaus que não viu “nada de mais” nas mensagens que ele trocou com o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato em Curitiba.

Moro usa um tom crítico de colunas de procura de fatos, por minutos e um fato bastante grave ter baseado em sua investigação e sua divulgação. E, quanto aconteceu, não se trata de um episódio pessoal, não há nada de mais.

O conteúdo foi divulgado neste domingo (10) pelo site The Intercept Brasil, mostra que ambos trocaram mensagens quando investigavam a força-tarefa da operação.

Moro, que hoje é ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PSL), não se opôs a nenhuma das operações da Lava Jato. Ele deixou a função ao assinar o Conselho do presidente, em novembro, após a eleição. Questionado se orientou o Ministério Público Federal (MPF) em Manaus, Moro disse: “Não tem nenhuma orientação ali. Aquelas coisas, quando você não está lá, você não sabe o que acontece, não sabe o que acontece, não sabe o que acontece. Não tem mais mensagens”.

Moro disse que não viu nada de mais em que defendeu o trabalho da força-tarefa, afirmou ser teoria da conspiração a ideia de que a investigação foi direcionada. Ele disse ainda que se agrava por incluir em seu currículo o presidente Lula (PT) da Lava Jato no caso do triplex de Guarapiranga.

“Teria imaginado que a Lava Jato é partidária e uma teoria da conspiração que não tem base nenhuma. Vejam que os procuradores atuam na Lava Jato em primeira instância em Curitiba. [...] Grande parte dessa equipe foi formada antes de agosto e o primeiro político”, justificou Moro.

Moro não entrou em detalhes para eventuais sobre a questão conceitual. Moro foi questionado sobre trecho divulgado das mensagens em que ele (o então juiz) reclama do



O ministro da Justiça, Sérgio Moro, em evento sobre a questão conceitual em Manaus.

longo tempo sem operações. Segundo ele, “basta ler” para verificar que o fato grave é a inclusão criminosa do colar de dos procuradores.”

“Vim conversar com procuradores, o juiz conversa com advogados, o juiz conversa com políticos, isso é normal”, disse Moro, que afirmou ser “sensacionalismo em cima de duas supostas mensagens”.

O procurador Deltan, em seu vídeo, disse que a Lava Jato tem “um ataque gravíssimo” com a inclusão de colares de dos procuradores. “Vim conversar com procuradores, o juiz conversa com advogados, o juiz conversa com políticos, isso é normal”, disse Moro, que afirmou ser “sensacionalismo em cima de duas supostas mensagens”.

Público Federal pudesse oferecer uma acusação robusta. “As pessoas do caso embasaram a acusação porque eram robustas, e não eram robustas que não dependem de três incluações diferentes com o presidente Lula”.

Quando indagado que teoria política abusa da operação, Deltan afirmou que a Lava Jato é uma operação de justiça, independente do partido do presidente Lula.

Quando indagado que teoria política abusa da operação, Deltan afirmou que a Lava Jato é uma operação de justiça, independente do partido do presidente Lula.

Cardoso (PSDB) também afirmou o caso. “A economia segue partidarizada. Governo sem mais firme. Revoluções de conversas entre juízes e ficam abertos especulações. O povo paga pelas incertezas com falta de saúde e emprego. E hora de votar. Falta grandeza, sobram mesquinhas”. “O vice presidente, general Hamilton Mourão (PRR), classificou como “conversa privada” troca de mensagens.

“Conversa privada é conversa privada, não é documento divulgado da sua qualquer máquina” e que “o momento é de cautela, sempre precipitação de manifestações e juízes sobre as mensagens que passaram”.

A deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) afirmou que conversou com o ministro Sérgio Moro e que acredita na palavra dele. “Sei que é um homem decente e que prezo pela legalidade e moralidade”.

Em rede social, o presidente Fernando Henrique

Doria pede cautela; Mourão e Bolsonaro defendem ministro

Moro não se encaixa. O governador João Doria (PSDB-SP) se limitou a dizer nesta segunda-feira que “Vim conversar com Moro” e que “o momento é de cautela, sempre precipitação de manifestações e juízes sobre as mensagens que passaram”.

Em rede social, o presidente Fernando Henrique

Costa no qual diz que um desrespeito levou presidente do Ministério Público a ser acusado de parcialidade. “Querem macular a imagem do juiz Sérgio Moro, cuja integridade e devoção à pátria estão acima de qualquer suspeita”.

Os filhos políticos de Jair Bolsonaro também saíram em defesa do ministro da Justiça e criticaram a imprensa. “É impressionante eu só não ter uma imprensa séria no Brasil uma imprensa séria uma investigação de alto nível, ignorando a imoralidade judicial e legalidade, mas não se importa em dialogar com o cidadão comum que quer o governo Bolsonaro fazer o sistema? Acho que já vimos anos”, escreveu o senador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ).

O vereador ainda replicou uma mensagem postada pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) que faz um “ataque ao governador à Lava Jato”. “O objetivo claro é normalizar processos e investigações, barando o caminho à corrupção no Brasil”, escreveu o vereador.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) fez uma série de publicações nas redes sociais, com a hashtag “Eu apoio a Lava Jato”.

Ele também fez críticas ao jornalista Glenn Greenwald, fundador e editor do The Intercept Brasil. “Glenn Greenwald, ex-CNN, foi o porta-voz do Snowden para usar tudo que sabia sobre dados confidenciais dos EUA no caso WikiLeaks. Além disso, Glenn venderia exterior a preço que não trabalha no CNN e não tem ligação com o WikiLeaks”, escreveu.

O jornalista parisiense, não trabalha no CNN, e não tem ligação com o WikiLeaks. Seu trabalho mais famoso foi documentar um ataque de segurança nacional dos EUA. Filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) divulgou no Twitter a nota publicada no domingo por Moro e chamou o vazamento de informações.

Conselho abre apuração contra Deltan, e OAB sugere afastamento de citados

Thais Sobral, Mônica Bergamo e Susanna Lima

Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal (MPF) abriu um processo administrativo disciplinar nesta segunda-feira (10) contra o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, e os demais procuradores da República citados em uma série de mensagens do site The Intercept Brasil.

Em sua decisão, Roschadell determina que Deltan e seus colegas de operação passem informações ao CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) no prazo de dez dias. “Sem adiar qualquer jejum de mídia, observe-se que o conteúdo indicado apresenta eventual dano à credibilidade do Ministério Público Federal, o que, em caso de uma eventual funcionalidade, escrevo o correspondente”.

Roschadell ainda não pediu desculpas ao CNMP. O juiz Luiz Fernando Bandeira de Melo Filho, Gustavo de Vale Rocha, Leonardo Acácio da Silva e Erick Vendicchio Lima do Nascimento.

A proposta de investigação foi revelada na manhã desta segunda-feira pela Mônica Bergamo, ex-assessoria de comunicação do MPF, em uma publicação. Após a divulgação da troca de mensagens, a OAB (O

Ordem dos Advogados do Brasil) afirmou que não recomendou o afastamento temporário do ministro da Justiça, Sérgio Moro, assim como dos procuradores citados nas reportagens.

Em nota divulgada na tarde de domingo, o Conselho Federal da OAB defende “investigação pública, imparcial e isenta”, diante da “gravidade dos fatos” e do que chama de “possível violação de promissória de não divulgação de informações” no âmbito da Lava Jato.

“A integridade dos documentos deve ser analisada para avaliar os pilares fundamentais que, somente após o devido processo legal — com todos os pilares de direitos fundamentais que lhe é inerente —, se a Lava Jato é definitiva de valor”, diz o texto.

A entidade também afirma

Procurador é alvo de representação por opor-se ao Senado
Orlando Roschadell, coordenador do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurou processo administrativo disciplinar contra Deltan Dallagnol. Para ele, o procurador atua partidarizadamente em favor da Lava Jato. O processo foi aberto e contra a eleição de Renan Calheiros (MDB-AL) à presidência do Senado.

ficado “populares” não só pelo conteúdo das mensagens gravadas, “que foram captadas de um modo que não foi autorizado pelo fato de autoridades públicas supostamente terem sido incluídas”, escreveu o presidente de Deltan, mas também pelo fato de autoridades públicas supostamente terem sido incluídas, “com grave risco à segurança institucional”.

Para a OAB, a eventual investigação de caso deve preservar a independência e imparcialidade do Poder Judiciário, a liberdade de imprensa e a prerrogativa Constitucional de sigilo da fonte. “Trata-se de uma forma de garantir a solidez dos pilares democráticos da República”.

O grupo de advogados Propriedade de Informação e Privacidade também defende o afastamento imediato dos envolvidos. O texto é assinado por nomes como Leonardo Streck, Cezar Antonio Bandeira de Melo e Pedro Ferraz de Alencar, além de outros dez profissionais do direito.

Segundo os ministros, a “República de Curitiba [...] sempre foi ação pública e não privada, sem exceção e sem qualquer tipo de privilégio ou imunidade”. Os advogados pedem ainda a abertura de procedimentos per Congressos, CNJ e CNMP para investigar os supostos crimes cometidos.

Em início de crise, ministro fica isolado, e Lava Jato prova do seu próprio veneno

ANÁLISE

por Gledson

do caso Moro. Os primeiros movimentos simbólicos do mandato político após a revolução das conversas atribuídas a Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e outros juízes já foram que o ministro e atual ministro da Justiça não terá apoio irreversível fora dos meios sociais nesta crise.

O silêncio do chefe, Jair Bolsonaro (PSL), não mais o quanto. Um fator que pode mudar isso é o comprometimento das redes sociais.

Significativamente, a articulação de uma eventual CPI está na mão da mesma esquerda que já pediu a cabeça de Moro. De incerto, dois ex-ministros e seu pai, o atual ministro do Congresso, se apressam a observar.

Aqui, outro dilema indica importante realidade que se trata de como apoiar o do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (PSM-RJ).

Moro não pode contar com manifestações de apoio com assento no governo, que sempre o apoiaram. Argui-se após o vice, Hamilton Mourão e de Augusto Heleno (Câmara de Segurança Institucional). Para isso, o que mais se ouve foram suas palavras incomodadas.

Não é nada de agradável o dado de que Bolsonaro não se apoia pelo menos dois indicadores sobre o que considero o apetite de Moro por sua cadeira em azul.

A exposição pública que fez do acordo entre os dois, visando dar uma vaga no STF, pode ser vista como um tipo de advertência clara.

No campo da teoria conspiratória, fortíssima, sempre o lembrado que o ministro tem as chaves que regem o inquérito que agora se há envolvimento entre ministro e a família do presidente.

Para o governo, Moro ainda nada tem na espina da tábua que levou o chefe a Planalto. Ali, receberia apoio dos filhos da primeira família mais afetos e virtuosos, Eduardo e Carlos. Não haveria de ser diferente o espírito da Lava Jato escarneo contra a insatisfação popular que ajudou a eleger Bolsonaro.

Mas mesmo o bolsonarista mais empoderado deve saber que a vida não se re-cria, e a revolução de dois ex-ministros e seu pai, o atual ministro do Congresso, se apressam a observar.

Além da disputa no Congresso, a disputa no Supremo Tribunal Federal também se aquece que aprovam a Lava Jato tende a pagar logo.

Fuam briga que remonta debates sobre a Operação Saguão na década passada.

Além que a maioria se reconhece o apetite de Moro por sua cadeira em azul, visando dar uma vaga no STF, pode ser vista como um tipo de advertência clara.

No campo da teoria conspiratória, fortíssima, sempre o lembrado que o ministro tem as chaves que regem o inquérito que agora se há envolvimento entre ministro e a família do presidente.

Para o governo, Moro ainda nada tem na espina da tábua que levou o chefe a Planalto. Ali, receberia apoio dos filhos da primeira família mais afetos e virtuosos, Eduardo e Carlos. Não haveria de ser diferente o espírito da Lava Jato escarneo contra a insatisfação popular que ajudou a eleger Bolsonaro.

Mas mesmo o bolsonarista mais empoderado deve saber que a vida não se re-cria, e a revolução de dois ex-ministros e seu pai, o atual ministro do Congresso, se apressam a observar.

Além da disputa no Congresso, a disputa no Supremo Tribunal Federal também se aquece que aprovam a Lava Jato tende a pagar logo.

Nas edições seguintes da sequência analisada, o conflito continua sendo o fio da narrativa, e ganha tinturas mais fortes ao se deslocar, ao que parece em definitivo, para um território eminentemente político. “No ringue do Senado”, enuncia *O Globo*, no alto da página 4 de 20/6/19. O palco da disputa, nesse dia, foi o Senado, onde Moro foi prestar esclarecimentos. O antagonismo passa a ser, desde as edições da véspera (19/6) dos dois jornais, entre Moro e senadores que querem investigar sua conduta, sobretudo os de oposição. Foi acertada então e audiência na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado como uma forma de evitar a criação de uma CPI. O evento é antecipado no mesmo tom pelos dois jornais, na cobertura da véspera, como um duro duelo.

As edições de 19/6/19 marcam, na narrativa inicial da Vaza Jato, o momento de maior “fraqueza” de Sergio Moro, na avaliação tanto da *Folha* quanto de *O Globo*. Trata-se, possivelmente, da primeira vez em que o personagem Moro, desde 2014 em evidência, é retratado por esses veículos como tendo algum tipo de fragilidade – em toda a cobertura da Lava Jato até então.

“De superministro a vidraça, Moro vai ao Senado para falar de conversas suspeitas”, anuncia o título da principal matéria de política do dia na *Folha* (figura 9), que explica na linha fina que “*audiência nesta quarta representa momento de maior fragilidade de ex-juiz da Lava Jato em menos de 6 meses de governo Bolsonaro*”. O termo “conversas suspeitas” também tem sua carga de negatividade sobre Sergio Moro. Em matéria interna, sem chamada de primeira, com menos espaço e estardalhaço, *O Globo*, também em 19/6, afirma que “Moro deverá ser duramente questionado, mas há senadores com receio de sua popularidade” e considera a ida à CCJ uma “prova de fogo”. O texto de *O Globo* ressalva, porém, que “Moro não estará sozinho”, e que senadores governistas se articulam para fazer sua defesa. O trecho a seguir é bastante ilustrativo do uso da linguagem do confronto:

“Moro, no entanto, não estará sozinho. Apesar das fraturas na base governista, alguns senadores estão se articulando para fazer a defesa do ministro. Os dois lados, oposição e aliados de Moro, cantam vitória, mas o resultado do embate é imprevisível. Isto porque vários senadores têm receio de entrar em choque com Moro que, conforme recentes pesquisas, ainda mantém elevada popularidade” (O GLOBO, 20/6/19, p. 5)

Figura 9 – Folha de S. Paulo, edição de 19/6/2019, p. A-4

poder

PAINEL | Daniela Lima jornalista@folha.com.br

De baciada

Para cumprir o cronograma dos sonhos do governo, que prevê a votação da reforma da Previdência na comissão especial semana que vem e no plenário da Câmara até a primeira quinzena de julho, a Casa Civil vai ter de acelerar a entrega de cargos a partidos de centro e centro-direita. As negociações não deslancharam porque o governo quer fazer todas as nomeações em pacote, mas a demora abriu espaço para disputas. A Codevaf, por exemplo, é alvo de queda de braço entre Câmara e Senado.

FALTA DE BOM Presidentes de partidos de centro e integrantes da cúpula do Congresso dizem que o clima de desmontagem é ruim e que "se o Brasil não entregar o que adiar, ninguém vai votar no crédito". Ou seja, sem a reforma da Previdência, não há como aprovar o orçamento de 2019.

PROMESSA É BOMBA Como ministro do PAINEL em abril, o governo ofereceu estatuto de porte regional a alguns que podem vir a formar sua base no Congresso, além de comissões extras nos parlamentares que votaram a favor das novas regras de aposentadoria.

OPB1 Cobrado a buscar com um por dentro as alas de seu partido e também por integrantes do governo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), reconheceu que passou do ponto de deslancar o pacote "votado sem precedentes" de Paulo Guedes (Economia) e demissão de Joaquim Levy.

OPB2 A falta saiu como ataque pessoal. A ordem agorá todo mundo deixar baixar a temperatura.

VENHA A MÔD... O PSL, sigla do presidente Jair Bolsonaro, vai lutar para ser o partido a apresentar emenda que preserve as categorias das forças de segurança, como policiais e bombeiros, das regras mais duras da reforma, como a que amplia o tempo de serviço para a aposentadoria.

... O VOZÃO BOM A simpatia de integrantes das forças de segurança cobrada por outros legendas, como o PS, que também se propõem a trabalhar pelo político. O setor é um dos mais importantes da candidatura de Bolsonaro em abril.

CORREÇÃO POLÔNIA A expectativa de aliados do Senado, Djalma Assunção (DEM-AP), é de que ele leve a proposta de instituição de uma CPI para investigar a deliberação do diálogo de líderes republicanos semana, após a votação do projeto que pune o abuso de autoridade, prevista para a primeira quarta-feira.

TIPOLOGIA

Desconfiávamos de que uma máquina subterrânea tivesse operado nas eleições. Falavam as provas. Agora é investigar

Do deputado Alessandro Melo (PSD-AC), após o PAINEL revelar que firma suspeita no jogo para desmontar mensagem por Bolsonaro com Mariana Carvalho e Carolina Lúthians

GRUPO FOLHA FOLHA DE SP paulo

Redação São Paulo Rua do Comércio, 452 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222 Atendimento ao assinante: atendimento@folha.com.br | (11) 3224-3396 e 0800-075-8000 Endereços: atendimento@folha.com.br | (11) 3224-3396 Assine a Folha: assine.folha.com.br | (11) 3224-3396 Jornal Folha de SP: (11) 3224-3396 e 0800-075-8000



O ministro da Justiça, Sergio Moro, em evento de lançamento do Plano Safa em Brasília

De superministro a vidraça, Moro vai ao Senado para falar de conversas suspeitas

Audiência nesta quarta representa momento de maior fragilidade do ex-juiz da Lava Jato em menos de 6 meses de governo Bolsonaro

Camila Mattoso e Daniel Carvalho

Assim Empenado como superministro e não como servidor moral do governo Jair Bolsonaro (PSL), Sergio Moro (Justiça) vai ao Senado nesta quarta-feira (19) em seu momento de maior fragilidade. A partir das 14h, no plenário da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o ex-juiz da Operação Lava Jato deve atacar a ação de hackers, dizer que não tem como confirmar o conteúdo das mensagens divulgadas pelo site The Intercept Brasil e afirmar que as conversas podem ter sido obtidas.

A Folha é a mesma que o ministro de Bolsonaro tem utilizado desde as primeiras perguntas sobre o caso — e será mantida nos esclarecimentos que prestará aos senadores.

Mensagens divulgadas no domingo (9) indicaram a troca de colaborações na Lava Jato entre Moro e o procurador chefe da força tarefa, Delzan Dallagnol.

Nesta terça (18), na véspera do depoimento do ex-juiz, o site The Intercept Brasil divulgou novas conversas atribuídas aos dois que podem reforçar as questionamentos sobre a parcialidade do Moro. Após ser anunciado como um dos principais nomes do novo governo, o ex-juiz acusou seus inimigos em um discurso de desmonte. Sob desagrado devido à divulgação de mensagens do período da Lava Jato, ainda teve que aguarçar a cautela de Bolsonaro em defendê-lo abertamente.

Oponente chegou a um ter-tercício por três dias e, no último sábado (16), embora tenha defendido o legado de Moro, afirmou que não existe confiança com ele. "Meu pai diz que para mim Cordeiro é o melhor inimigo que eu tenho", disse Bolsonaro.

No Senado, Moro deve defender as comunicações informadas entre magistrados e procuradores, dizendo ser algo que sempre ocorreu em todos os processos e investi-

gações. Ele afirma que as conversas também eram comuns com subleigos e policiais.

A iniciativa de comparecer em audiência na Casa foi do próprio ministro, para tentar evitar o plano de senadores de criar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquirição) para apurar as conversas com Dallagnol.

Oponente do comitê, senador Angelo Comastri (PSD-BA), planeja cobrar assinaturas, mas disse não desistir nem o trabalho.

Nos últimos dias, Moro tem tentado usar a estratégia de não confirmar a veracidade das conversas — embora tenha tentado negar — e, ao mesmo tempo, criminalizar o ataque de hackers.

"Um relatório que quer que eu não possa confirmar porque não tenho muitas mensagens, mas tenho absoluta confiança de que sempre agi com a maior honestidade possível", afirmou Moro em participação no "Programa do Ratinho", do SBT, exibido na noite desta terça.

O site disse ter tido acesso às mensagens por uma fonte anônima. Procuradores da força tarefa disseram que não tem como checar se as mensagens divulgadas pelo Intercept são verdadeiras em seu conteúdo, porque não utilizaram o Telegram há dois meses e meio.

Até agora, investigações não foram feitas e o caso foi tratado como um caso de corrupção. De 9 de junho até agora, o ministro derrapou em seu discurso uma vez, na última sexta (14), quando disse que houve um descuido por ter repassado informações a Dallagnol por e-mail, sem formalizar nos autos.

Ele respondeu, no momento, a uma pergunta sobre uma mensagem de Moro dizendo dicas para o procurador sobre uma fonte que teria interesse em denunciar crimes do ex-presidente Lula.

Ao dizer que foi descuido, o ex-juiz acabou confirmando o diálogo, indo na contramão da sua estratégia de defesa.

Governo e oposição fizeram reuniões com seus grupos na noite desta terça para alinhar a estratégia que adotará no Senado de Moro.

Enquanto aliados de Bolsonaro tentam conduzir um debate no campo jurídico, a oposição quer preservar uma discussão política. Nesta terça, a comissão aprovou também um requerimento para convidar Delzan Dallagnol a prestar esclarecimentos. Ele não é obrigado a comparecer.

Mais importante: colegiado da Casa, a CCJ é composta por 54 senadores, 27 titulares e igual número de suplentes. No entanto, senadores que não são membros também podem fazer perguntas. No início, Moro terá meia hora para fazer uma introdução. Depois disso, há cinco minutos para perguntas e outros cinco para resposta. O ministro pode ser contradito por dois minutos e tem o mesmo tempo para a resposta.

COMO SERÁ A AUDIÊNCIA

Aberta a sessão, às 14h, Moro terá 15 minutos para fazer introdução e depois 5 minutos para perguntas e respostas.

Perguntas Passado este tempo, há 15 minutos para perguntas dos senadores e outros 5 para a resposta.

Respostas O ministro pode ser contradito por 2 minutos e terá o mesmo tempo para a resposta.

ENTENDA AS CONVERSAS DIVULGADAS Mensagens reveladas pelo site The Intercept Brasil indicam colaboração entre Moro, então juiz, e Delzan Dallagnol, procurador da Lava Jato.

2 Segundo a lei, o juiz não pode auxiliar as conversas privadas por Moro. Isso inclui o julgamento do ex-presidente Lula.

3 Vozes em uma rodada de conversas divulgadas pelo site e atribuídas ao ex-juiz magistrado e a integrantes da força tarefa da Lava Jato em Curitiba, Moro questiona o procurador Delzan Dallagnol em 2017 sobre citações a FIC na delação da Odebrecht.

Ex-juiz disse a Dallagnol que operação afastasse FIC, diz site

4 Moro afirmou que não existe confiança com ele. "Meu pai diz que para mim Cordeiro é o melhor inimigo que eu tenho", disse Bolsonaro.

5 Moro afirmou que não existe confiança com ele. "Meu pai diz que para mim Cordeiro é o melhor inimigo que eu tenho", disse Bolsonaro.

6 Moro afirmou que não existe confiança com ele. "Meu pai diz que para mim Cordeiro é o melhor inimigo que eu tenho", disse Bolsonaro.

7 Moro afirmou que não existe confiança com ele. "Meu pai diz que para mim Cordeiro é o melhor inimigo que eu tenho", disse Bolsonaro.

Um elemento aparentemente secundário, mas importante para demonstrar a abordagem política da narrativa, é identificado nas matérias de ambos os jornais sobre a divulgação de um diálogo entre Moro e Dallagnol em que o então juiz indaga do procurador o que existe nas apurações da Lava Jato sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Moro afirma temer “melindrar” FHC, referindo-se a ele como “alguém cujo apoio é importante”. O diálogo divulgado pelo *The Intercept* reproduzido pelos jornais em 19/6:

Moro: “Tem alguma coisa mesmo séria do FHC?”

“Acho questionável, pois melindra alguém cujo apoio é importante”.

Dallagnol: “Suponho que de propósito (Fachin). Talvez para passar recado de imparcialidade”.

A rigor, o diálogo não teve consequências no andamento da Lava Jato, mas tanto a *Folha* quanto *O Globo* tratam do assunto com destaque. Infere-se que, embora esses textos não façam qualquer referência direta e explícita a preferências políticas de Moro, o destaque dado pelos jornais pode passar a percepção de que o ex-juiz teria algum tipo de proximidade, ou afinidade, com Fernando Henrique e seu PSDB, principal adversário do PT de Lula – maior alvo da Lava Jato até então. Essa impressão é reforçada por nota divulgada pela força tarefa de Curitiba, citada na mesma edição pela *Folha*: “O site (*Intercept*) tenta criar artificialmente uma realidade inexistente que dê suporte a teses que favoreçam o ex-presidente Lula”, dizem os procuradores, acentuando a politização desse embate.

7.3.4 Duelo no palco político: a volta por cima na CCJ e no STF

Nas edições do dia 20/6, cerca de dez dias após a divulgação das primeiras mensagens, e a eclosão da Vaza Jato, os dois jornais representam Moro como vencedor do duelo da véspera. Há uma guinada na narrativa do ex-juiz sob ataque e o então ministro Sergio, com seu comparecimento à CCJ do Senado, parece recuperar as forças. Esse enfoque aparece especialmente n’*O Globo*, que enunciou em manchete “Moro: ‘Se houver irregularidade, eu saio. Mas não houve’”, acompanhada de foto aberta dele em cinco colunas. Na linha fina, informa que “À CCJ do Senado, ministro diz que diálogos não mostram quebra de imparcialidade”. Na principal matéria interna (alto da página 4), o título em letras garrafais: “NO RINGUE DO SENADO”, usando uma metáfora relacionada à luta livre, acompanhado da linha fina “Durante 9 horas, Moro rebate ataques e promete sair se houver irregularidade”. O conflito ainda é o eixo da narrativa, mas agora ela é construída a partir de elementos que

parecem tentar representar uma recuperação de Moro, uma espécie de “retorno do herói” (figura 10).

Figura 10 – O Globo, edição de 20/6/2019, p. 4

4 | Quinta-feira 20.6.2019 | O GLOBO

País

BLOG DE BELA MEGALE
Moro cancela ida a congresso de jornalismo
Ministro da Justiça decidiu não ir a evento da AbraJapó crítica da associação globo.ih.ufrj.br/2019/06/19/moro-cancela-ida-a-congresso-de-jornalismo/



Estaderevista. O ministro da Justiça, Sergio Moro, foi ao Senado após ser alvo de vazamento de mensagens atribuídas a ele com procuradores da Lava Jato: mais delgado do que críticas na comissão

NO RINGUE DO SENADO

Durante 9 horas, Moro rebate ataques e promete sair se houver irregularidade

DANIEL GUILIANO
FILHÃO DE CARVALHO
reportagem

Em um depoimento de quase nove horas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o ministro da Justiça, Sergio Moro, negou que tenha cometido qualquer irregularidade em conversas com o procurador Deltan Dallagnol, mas afirmou que detém o cargo se for comprovada alguma falha de conduta dele na Operação Lava Jato. Num ambiente marcado pela presença destacada de aliados, ele ficou à vontade para repetir o discurso que tem adotado sobre o caso, de que as mensagens divulgadas foram obtidas de forma ilegal por um grupo de criminosos interessados em destruir a Lava Jato e atrapalhar o combate à corrupção. De 40 senadores que discursaram, 28 adotaram uma postura favorável a Moro. Alguns deles nem mesmo fizeram perguntas, apenas elogios.

Num dos momentos mais tensos do debate, ao responder ao senador Jaques Wagner (PT-BA), Moro cobrou que o site “The Intercept Brasil” divulgue de uma vez todo o conteúdo das supostas conversas para que a sociedade julgue se houve ou não irregularidade da parte dele.

— Então, estou absolutamente tranquilo quanto a isso, mas, se é esse o problema, então o site apresente tudo. A sociedade vai poder ver, de pronto, se houve alguma incoerência da minha parte. Eu não tenho nenhum apelo pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos

submeter isso, então, ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio, mas não vou — disse o ministro.

Diante dos senadores, o juiz disse não reconhecer a autenticidade de trechos de supostos diálogos entre ele e Dallagnol divulgados pelo site nas duas últimas semanas. O ministro argumentou que não pode comprovar a veracidade dos textos porque não lembra deles e por não ter mais o aplicativo Telegram. Moro levanta a possibilidade de adulteração dos diálo-

gos. Mesmo assim, disse que não há qualquer crime nas conversas divulgadas.

— Sobre as mensagens que foram divulgadas, não posso afirmar a autenticidade, mas ali não há nada, não é só minha opinião, mas de várias pessoas já citadas aqui, que denota qualquer quebra de imparcialidade ou de anormalidade.

Em outro momento, Moro fez mais incisivos, em resposta ao senador Fabiano Contarato (Rede-ES):

— Pelo que eu entendi da sua fala, o senhor defende a

anulação de tudo então, todas as condenações, todas as denúncias, devolve o dinheiro para Renato Duque, Paulo Roberto Costa?

O ministro, no entanto, deixou perguntas sem resposta, entre elas se autorizaria o Telegram a fornecer a íntegra das conversas dele com Dallagnol. Moro se limitou a dizer que ele apaga o aplicativo e que, portanto, o acesso é impossível. No entanto, a política de privacidade do aplicativo informa que, mesmo quando as mensagens são apagadas, continuam disponíveis para o interlocutor, nesse caso, Deltan. No fim do dia, a força-tarefa da Lava Jato divulgou nota informando que os procuradores deletaram seu histórico de mensagens após serem alvo de hackers.

TEMPERATURA QUENTE
A oposição tentou aumentar a temperatura da sessão. O senador Humberto Costa (PT-PE) perguntou se Moro estaria ali na condição de investigado ou de testemunha. A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), reagiu informando que Moro estava ali como um ministro, não como testemunha e muito menos como investigado. O ministro disse que não responderia Costa por considerar “agressivos” os comentários do senador.

Em outro momento, chegou a dizer, em tom de advertência, que o senador Rogério Carvalho (PESE) estava fazendo acusações graves, falsas e que deveria se informar melhor. Depois de sugerir relacionamento de Moro com desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que endossaram a condenação do ex-presidente Lula, Carvalho quis saber quem teria pago supostas despesas de Moro com uma empresa de comunicação no caso o ministro enfrentar um dia inteiro no Senado. Moro reagiu:

— O senhor está de novo, fantasiando. Talvez o senhor tenha lido aí esses blogs fantasiosos, como esse que está fazendo essas ilações em cima dessas supostas mensagens, e está tirando conclusões precipitadas.

Hacker se passou por Moro no Telegram

► O hacker que invadiu o aparelho celular do ministro da Justiça, Sergio Moro, se passou por ele no aplicativo Telegram e conversou com seus contatos, de acordo com provas obtidas pela Polícia Federal.

► O caso ocorreu na noite de quarta, quando Moro tomou pública a informação de que havia sido alvo de um ataque hacker. As 23h15m da noite da última sessão de Moro no Ministério da Justiça enviou uma mensagem para o site de denúncia pelo aplicativo Telegram, acreditando que estava falando com ele. “Boa noite. O que achou desta mensagem?”, perguntou o funcionário ao suposto hacker, encaminhando o link de um texto do site do ministro. O tal Moro respondeu: “Bela!”.

► O hacker também conversou brevemente com um jornalista da “Gazeta do Povo”, que abordou a falta conta do ministro ao receber uma notificação de que Moro havia instalado o Telegram.

► O ministro já afirmou que deixou de usar o Telegram em 2017. Por isso, afirma sua assessoria, não havia dados possíveis de serem copiados pelo hacker durante a invasão. A PF abriu inquérito para investigar as invações e tentar capturar o hacker. A apuração ainda está em andamento. (Agnare Talento)



Um dia de ‘pavão misterioso’, robô e alô para Anne Kelly

Filho do presidente, Flávio Bolsonaro cita teoria alvo de chacota nas redes e senador pede mensagem personalizada para irmã

DANIEL GUILIANO
FILHÃO DE CARVALHO
reportagem

Durante a audiência do ministro da Justiça, Sergio Moro, no Senado, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, usou uma teoria de que o crítico do site “The Intercept Brasil”, Glenn Greerwald, teria contratado um hacker russo para invadir o celular de autoridades brasileiras. A especulação foi divulgada no fim de semana por uma conta no Twitter chamada “Pavão Misterioso”, que foi contestada e alvo de chacotas na internet, entre outros motivos.

Por isso, por um suposto texto de criptomoeda com termos de grafia, além da ausência da identificação obrigatória para checagem de transferência de dados tipo, Flávio não citou a fonte e admitiu não saber se a história era verdadeira: — Insisto aqui não há nada de conspiração, mas eu queria perguntar se a Polícia Federal está apurando esse caso.

A teoria também incluiu a compra de mandato do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) por Glenn, para beneficiar seu marido, David Miranda. O ministro limitou-se a responder que a PF é responsável pelo caso e que nenhuma hipótese pode ser descartada.

O clima amistoso em relação a Moro ventou a maioria dos integrantes da comissão quando momentos descontraídos e insatisfeitos, Jorge Kajuru (PSB-GO), por exemplo, divulgou o número do seu celular, pedindo que fosse hackeado.

Em outro momento, Selma Arruda (PSL-MT) elogiou Moro dizendo que não parava de receber em seu celular e elogios ao ministro, que estavam sendo enviados pelos “robôs do Major Olimpio”. No dia anterior, durante a votação do decreto das armas, o senador Otto Alencar (PSD-BA) usou essa expressão para reclamar de mensagens pedindo a manutenção do decreto.

Houve muitos elogios dirigidos a Moro, Spence

Valentim (Podemos-RN) iniciou sua fala dizendo que sua família toda, incluindo ele, é filio do ministro. O ministro pediu que seus agradecimentos fossem transmitidos aos familiares do senador, que, nesse momento, fez questão de citar nominalmente sua irmã: — Senador, agradeço inicialmente as palavras aos seus familiares. —Anne Kelly o nome da minha irmã. —Conte? —Anne Kelly. Transmite a ela. Muito obrigado.

Fonte: O Globo.

O ex-juiz, na véspera dado como fragilizado e prestes a enfrentar um interrogatório duro, emerge dele na ofensiva, como mostra a edição de *O Globo*. Moro protagoniza a principais ações descritas – e o significado que o jornal parece querer dar é de que foi bem sucedido em sua defesa perante o mundo político. No plano textual, isso fica explícito. O sujeito Moro “rebate ataques”, “promete sair se houver irregularidades”, mas diz que “não há”, e ainda protagoniza outras ações, representadas pelos verbos “negou”, “reagiu”, “cobrou” (que o site *The Intercept* divulgue de uma vez todo o conteúdo). Moro surge combativo, segundo expressões usadas pelo narrador: “disse não reconhecer a autenticidade dos diálogos”, “argumentou que não pode comprovar a veracidade dos textos” e “levantou a possibilidade de adulteração dos diálogos”.

Além dos verbos denotando ação firme, o principal texto da cobertura emprega adjetivos e locuções adverbiais que reforçam a atitude desafiante do ex-juiz. Por exemplo: “(...) ele ficou à vontade”, ou “em outro momento, Moro foi mais incisivo”, ou então quando reporta que ele “chegou a dizer, em tom de advertência”, que um senador (Rogério Carvalho, PT-SE) estava fazendo acusações graves. Neste último trecho, assim como em outros ao longo do texto, pode-se observar momentos em que o ministro e ex-juiz passa do papel de acusado ao de acusador, numa indicação de que teria se saído bem desse desafio. O narrador de *O Globo* dá destaque a afirmações do ex-juiz em que ele confronta e é confrontado por senadores de oposição.

Menos de uma semana depois, nova disputa, desta vez no campo jurídico e institucional onde tem a chance de ser resolvida: o Supremo Tribunal Federal. Independentemente do desfecho conclusivo ou não, encerra-se aí este primeiro capítulo da saga da Vaza Jato, analisado no presente estudo. Em 25/6/19, a Segunda Turma do Supremo, por três votos a dois, decide negar o habeas corpus impetrado pela defesa do ex-presidente Lula, que havia sido apresentado em dezembro do ano anterior, mas que fora reforçado pelo surgimento dos diálogos da Vaza Jato e teve seu julgamento retomado quando o caso veio à tona. Chega-se a uma espécie de clímax da primeira etapa da disputa – que, como o tempo mostrou, levou mais dois anos até chegar ao epílogo de fato. Nesse enredo parcial, os jornais deixam claro que Moro ganhou e Lula perdeu – conclusão que é reforçada pelo tom da narrativa, sobretudo em *O Globo*. “**STF nega liberdade a Lula até decidir sobre Moro**”, diz a chamada no alto, à direita, na primeira página da edição de 26/6/2019.

Ainda que de forma indireta e não declarada, o personagem Moro é, sob a ótica da disputa entre Lava Jato e Vaza Jato, o principal beneficiário da decisão da Segunda Turma,

embora o julgamento de mérito do habeas corpus que questionava sua imparcialidade tenha sido apenas adiado (em tese, para o segundo semestre, mas, na prática, para mais de um ano depois). A narrativa desse julgamento se desenvolve na representação do confronto de opiniões entre os ministros no plenário da Segunda Turma, na qual predomina mais uma vez a linguagem do conflito. O ministro do STF Gilmar Mendes, que defendeu que Lula aguardasse o julgamento do HC em liberdade, é citado como “**derrotado**”, caso também do ministro Ricardo Lewandowski.

O enredo desse julgamento, que, em tese, teria que ser representado no campo jurídico, é claramente politizado na narrativa. Os jornais relatam a vitória das forças consideradas defensoras da Lava Jato, por manter a prisão de Lula – os ministros Edson Fachin (relator), Cármen Lúcia e Celso de Mello. O confronto é descrito com as tradicionais metáforas aludindo a competições esportivas: “Com o voto de Lewandowski a favor de Lula, o placar ficou igual: dois a dois. Coube ao ministro Celso de Mello desempatar”. Em outro ponto, informa que Cármen Lúcia votou “contra a defesa”, e que Lewandowski votou “a favor de Lula”.

Sergio Moro está ausente fisicamente desse Fla x Flu e não se manifesta diretamente. O ex-presidente Lula, na cadeia, fala por meio de seus advogados de defesa – mas estão ambos mais presentes do que nunca naquele ringue em que os jogadores usam capas pretas,. O narrador de *O Globo* passa por cima das technicalidades e dá o tom político do relato já no título principal da página 9, no qual junta os dois principais antagonistas –“**STF mantém Lula preso e adia decisão sobre Moro**”. A *Folha* faz o mesmo em manchete: “**STF mantém Lula preso e adia julgamento de suspeição de Moro**”.

7.4 A operação interdiscursiva e a estratégia de Moro de personificar a Lava Jato

A principal contribuição da Análise de Discurso Crítica (ADC) a este trabalho é a interpretação das matérias dessa amostra à luz da prática discursiva e social, com foco nas operações interdiscursivas e intertextuais. Pelo exame da interdiscursividade, identificamos os tipos de discurso delineados, e o principal deles advém da formação discursiva formulada em torno da Lava Jato como agente vitoriosa do combate à corrupção no país – o que chamamos aqui de discurso da Lava Jato. Na análise dos textos, é possível apontar que esse discurso, fortalecido nos cinco anos anteriores, parece impregnar cada uma das matérias examinadas. Na

enunciação e no desenvolvimento de cada narrativa, parte-se do pressuposto de que a Lava Jato é um fato dado e (positivamente) assimilado, uma espécie de verdade indiscutível.

Pode-se dizer que o discurso contra-hegemônico em relação à Lava Jato, que existia até então de forma incipiente, começa a tomar corpo na publicação, dentro ou junto dessas matérias, das mensagens vazadas e divulgadas pelo Intercept Brasil. No primeiros textos da *Folha* (10 e 11/6), esse material aparece publicado na forma de diálogos transcritos, ainda sem compor um discurso formulado – o que ocorre mais adiante, nas matérias em que o jornal, ouvindo especialistas, levanta a possibilidade de as mensagens darem base à anulação de sentenças e outros impactos na Lava Jato (19 e 20/6).

O Globo, por sua vez, praticamente não dá espaço ao discurso anti-hegemônico. Além de não transcrever as mensagens – com raras exceções - o jornal dá destaque, na estruturação de suas matérias a personagens que reproduzem ou defendem o discurso “lavajatista”. Mas, ainda que as edições pareçam ter buscado reduzir ao mínimo as representações de contestações a condutas da Lava Jato, elas aparecem nas falas de personagens que não podem ser ignorados ao longo do debate, como os senadores de oposição que confrontaram e foram confrontados pelo então ministro da Justiça na CCJ.

Pode-se inferir que, a partir daí, começam a ser abertas as fissuras no discurso da Lava Jato. Na prática social do gênero *hard news*, o jornalismo informativo, há regras e rotinas produtivas que estabelecem limites e não permitem manipulações ostensivas – como, por exemplo, seria uma decisão editorial de simplesmente não publicar nem mencionar as mensagens e sua repercussão.

Na análise do material interdiscursivo, identificamos uma operação de personificação, recurso que costuma ser usado para dar a algum objeto ou personagem o protagonismo de outro como sujeito ou objeto de uma ação. No embate discursivo que se inicia entre Lava Jato e Vaza Jato, o ex-juiz e ministro da Justiça tenta, e parece que algumas vezes consegue, personificar a maior operação de combate à corrupção já deflagrada no país. Isso parece ocorrer tanto intencionalmente, como estratégia político-jurídica do próprio Moro em sua defesa, quanto na representação da narrativa pelos jornais.

A personificação funciona numa articulação textual em que o discurso da Lava Jato e do combate à corrupção está sempre presente e tem papel constitutivo nas matérias em que o juiz é citado, quase sempre com um esclarecimento sobre sua atuação na operação. É possível, então, encontrar nos textos marcas e referências que parecem pretender levar o leitor à

percepção de que, ao questionar a ação de Moro, o movimento da Vaza Jato estaria questionando a Lava Jato como um todo, em suas diversas e bem sucedidas dimensões em seus muitos episódios, com o objetivo de desmontar o combate à corrupção no país.

A construção desse discurso fica clara, por exemplo, na edição de 20/6 de *O Globo*, em matéria sobre os embates travados entre o ministro da Justiça e senadores de oposição na audiência na CCJ do Senado, no dia anterior. Os textos destacam falas que reforçam aparente intenção de Moro de construir uma argumentação de defesa ligando seu próprio destino ao da Lava Jato. Indiretamente, passa a ideia de que atacar o ex-juiz e questionar sua conduta, como fizeram ali os senadores da oposição, seria atacar a operação. Em trecho reproduzido na matéria principal, por exemplo, o ministro responde ao senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que questionara suas conversas com procuradores, e afirma: *“Pelo que eu entendi da sua fala, o senhor defende a anulação de tudo, então, [de] todas as condenações, todas as denúncias, devolver o dinheiro para Renato Duque, Paulo Roberto Costa?”*.

Possivelmente por considerar que o discurso da Lava Jato e suas realizações estariam impregnados na memória dos leitores, o jornal reproduz essa referência a Duque e a Paulo Roberto sem explicar quem são, o que fizeram ou contextualizar a referência – num claro exemplo de interdiscursividade constitutiva. Eles estiveram entre os primeiros condenados da Lava Jato, por receberem propinas milionárias quando diretores da Petrobras, e se tornaram uma espécie de símbolo da corrupção na estatal. Ao evocá-los, Moro parece tentar claramente lembrar isso para ressaltar seu papel como juiz, alertando que todo o processo que puniu a corrupção poderia ser desfeito no episódio Vaza Jato. O narrador de *O Globo*, ao selecionar e dar destaque a esse trecho na matéria, de certa forma parece supor que não há necessidade de maiores explicações e faz referência a personagens já incorporados há tempos à narrativa da Lava Jato, reforçando um discurso hegemônico.

Da mesma forma, esse texto relata momentos do debate em que Moro assumiu postura desafiante, como quando foi questionado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) e respondeu com uma cobrança ao site *The Intercept Brasil* para que divulgasse o teor completo, com todo o conteúdo, das supostas conversas que vinha publicando aos poucos: *“Aí, a sociedade vai poder ver, de pronto, se houve alguma incorreção da minha parte. Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos submeter isso, então, ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio. Mas não houve”*, disse Moro, em fala reproduzida pelo jornal, conclamando ao enfrentamento, numa linha de contrapor o “bem” (ele e a Lava Jato) ao “mal” (o *Intercept* e as mensagens).

Em diversas outras ocasiões a defesa de Moro e dos procuradores da força-tarefa de Curitiba recorre explicitamente a essa identificação com a Lava Jato e a imagem construída no combate à corrupção para refutar as acusações de conluio entre eles. Ganha espaço nas matérias, como ocorre em 20/6, quando *O Globo* escreve em sua matéria principal (sobre a audiência do ministro da Justiça à CCJ do Senado) que Sergio Moro “*ficou à vontade para repetir o discurso que tem adotado sobre o caso, de que as mensagens divulgadas foram obtidas de forma ilegal por um grupo de criminosos interessados em destruir a Lava Jato e atrapalhar o combate à corrupção*”. Matéria da Folha, publicada no mesmo dia (pag 4), por sua vez, enuncia na linha fina: “Em depoimento no Senado, ministro diz que divulgação de diálogos por site não é assunto de governo e que ataque visa anular Lava Jato”. Uma nova formulação tenta reciclar o discurso hegemônico: questionar Moro passou a significar querer destruir a Lava Jato (figura 11).

Em outras matérias analisadas, esse também foi o eixo da argumentação do ex-juiz e dos procuradores comandados por Deltan Dallagnol para rebater o conteúdo revelado pelas mensagens: “*O site (Intercept) tenta criar artificialmente uma realidade inexistente que dê suporte a teses que favoreçam o ex-presidente Lula*”, afirma nota da força-tarefa publicada pela Folha em 19/6. Além de “colar” seu destino ao da Lava Jato, Moro e seus aliados tentavam relacionar diretamente os vazamentos e o site *The Intercept* à defesa do ex-presidente Lula, que, em meio à operação interdiscursiva, possivelmente tinha seu nome citado para evocar o fato de ser o réu mais famoso da Lava Jato e estar preso. Ao dar destaque a esses argumentos, o jornal contribui na reafirmação do discurso até então hegemônico da corrupção no governo do PT, envolvendo o ex-presidente.

A personificação da Lava Jato em Moro, e às vezes nos procuradores da força-tarefa, foi usada como estratégia de defesa pelo ex-juiz nessa ocasião, mas é possível notar que se tratava também de um enfoque rotineiro no discurso da mídia. Ainda que sem intencionalidade, e sobretudo em títulos e chamadas ao longo das edições estudadas, os jornais confundem por diversas vezes o ex-juiz e os procuradores com a operação, como se fossem um mesmo personagem – comportamento que já acontecia antes e parece reforçado. Em 20/6, por exemplo, a Folha publica texto auxiliar com a informação de que os procuradores de Curitiba encerraram suas contas no aplicativo *Telegram*, de onde foram hackeadas as mensagens, e que Sergio Moro fez o mesmo. O título foi “*Lava Jato diz que contas em aplicativo foram desativadas*”. Na verdade, não é o ente Lava Jato que diz alguma coisa, são o ex-juiz e os procuradores, tratados ali, com naturalidade, como se incorporassem a Lava jato.

Em texto auxiliar analítico na Folha de 11/6, logo no início do caso, editado junto com as matérias informativas, Igor Gielow também trata a Lava Jato como um personagem incorporado por seus condutores. Ele lembra que, ao longo dela, os afetados pela operação, culpados ou não, também recorreram ao expediente de criminalizar os vazamentos. “Em início de crise, ministro fica isolado, e Lava Jato prova de seu próprio veneno”, diz o título, associando claramente o então ministro e a operação. A rigor, quem estaria provando “de seu próprio veneno” seriam Moro e os procuradores chefiados por Deltan Dallagnol.

7.4.1 Um discurso em disputa: o combate à corrupção e a aura do herói sob ameaça

É também na edição de 11/6/19 da Folha que se pode encontrar, pela primeira vez, um questionamento mais claro aos atos da Lava Jato e ao discurso hegemônico de apoio a eles. No segundo dia da cobertura sobre o tema, o jornal levanta, ainda que de forma cautelosa, a possibilidade de que as conversas vazadas e as críticas geradas aos métodos usados por Sergio Moro, Deltan Dallagnol e demais integrantes da força-tarefa poderiam resultar na anulação de decisões e condenações. Isso fica claro em títulos de matérias auxiliares como “Diálogo põe em xeque ações-chave de operação” (pág 10) e “Caso pode abrir margem para suspender decisões de ex-juiz” (pág. 12). Na hierarquização das informações, porém, o dado considerado mais importante pela edição do dia, fato central da matéria principal e da manchete do jornal, foi o impacto político do episódio para o governo Bolsonaro.

De outro lado, o entrelaçamento da defesa de Sergio Moro e dos procuradores com o discurso de defesa da Lava Jato e do combate à corrupção – o que parece tê-los fortalecido no debate – aparentemente levou a Folha a buscar contrapontos à publicação do amplo que tratava das conversas impróprias. Cultivando a imagem de um jornal plural – ou mais plural do que os outros da grande imprensa – a Folha ouviu especialistas e personagens do campo jurídico. Em 19/6/19, por exemplo, o jornal, que em outras matérias aventara a possibilidade de anulação de sentenças da Lava Jato, publica em alto de página que “Vazamentos não comprometem a Lava Jato e buscam criar nulidade, afirma procuradora”. Em entrevista no formato de pergunta e resposta, a procuradora aposentada Ana Lucia Amaral recorre predominantemente a uma linguagem jurídica para acabar num argumento político para contestar os questionamentos feitos à conduta de Moro e dos procuradores. Diz que, até aquele momento, não vira nada, nas mensagens, que comprometesse a operação. Considerou sólidas as denúncias da Lava Jato e associou a divulgação dos diálogos com o ex-presidente Lula,

reforçando a identificação Moro-Lava Jato: “o maior interessado, o grande beneficiário, é a defesa do ex-presidente Lula, porque ninguém veio com uma conversa estranha envolvendo outro réu”.

O Globo, que na edição de 19/6 havia aberto um flanco aos opositores da Lava Jato admitido a fragilidade política do juiz na véspera de sua audiência no Senado (figura 12), em 20/6 volta a fortalecer o discurso hegemônico de defesa da operação, evocando sua dimensão e importância no combate à corrupção depois da audiência bem-sucedida de Moro na CCJ. Na véspera, o tom da cobertura era dado pela fragilidade política do ex-juiz diante da Vaza Jato.

Figura 12 – *O Globo*, edição de 19/6/2019, p. 4

Ministro será ouvido hoje no Senado sobre diálogos

Moro deverá ser duramente questionado, mas há senadores com receio de sua popularidade

JAILTON DE CARVALHO
jailton@globo.com.br
mídia

Com seis meses de governo, o ministro da Justiça, Sergio Moro, terá uma prova de fogo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a partir das 9 horas de hoje. Habitado a interrogar durante os 23 anos que foi juiz federal, Moro deverá ser duramente questionado sobre matérias do site *The Intercept Brasil* que atribuem a ele e ao procurador Deltan Dallagnol mensagens trocadas por aplicativos de mensagens sobre casos da Lava Jato, inclusive sobre o processo do triplex contra o ex-presidente Lula.

A audiência com o ministro, que já era vista como um dos mais fortes embates entre governo e oposição, deve se tornar ainda mais intensa depois

vulgados ontem sobre o ex-presidente Fernando Henrique.

Moro, no entanto, não estará sozinho. Apesar das fraturas na base governista, alguns senadores estão se articulando para fazer a defesa do ministro. Os dois lados, oposição e aliados de Moro, cantam vitória, mas o resultado do embate é imprevisível. Isto porque, vários senadores têm receio de entrar em choque com Moro que, conforme recentes pesquisas, ainda mantém elevada popularidade.



Audiência.
Moro será questionado por senadores

Fonte: *O Globo*.

A representação desse episódio na narrativa de ambos os jornais, contrariando as expectativas da véspera, teve tom positivo, em grau maior n' *O Globo*, onde ganhou tinturas de “uma volta por cima” do personagem até então sob ataque. O jornal destaca a reconstrução do discurso pró-Lava Jato feita pelo próprio Sergio Moro em suas respostas aos senadores, quando argumentou repetidamente que os questionamentos levantados a partir do vazamento das conversas colocavam em risco toda a Lava Jato. Aparece no texto, por exemplo, a resposta em tom desafiante que ele dá ao senador Fabiano Contarato (Rede-ES): “*Pelo que eu entendi da sua fala, o senhor defende a anulação de tudo, então, todas as condenações, todas as denúncias, devolver o dinheiro para Renato Duque e Paulo Roberto Costa?*”.

Em nenhum ponto das três matérias da edição de *O Globo* desse dia há, como já assinalamos mais acima, qualquer explicação sobre quem seriam Renato Duque e Paulo Roberto Costa, ou do que o ex-juiz tratava quando se referia a “tudo”, “todas as condenações”, “todas as denúncias”. Ao passar a ideia de que, para o leitor, estariam ainda vivos os episódios envolvendo esses dois ex-diretores da Petrobras acusados e presos por receber propina, além de outros detalhes da Operação que o país assistira desde 2014, os jornais trabalham interdiscursivamente e reforçam o discurso hegemônico da Lava Jato e do combate à corrupção e sua identificação com Moro.

Na cobertura da audiência do ministro da Justiça na CCJ, o narrador da *Folha*, por sua vez, mantém certo equilíbrio entre os dois discursos, ainda que tenha destacado os momentos em que o ex-juiz rebateu e interpelou os senadores. Diferentemente de *O Globo*, não deixa de lembrar no texto principal, ainda que de forma resumida, o enredo da Vaza Jato noticiado nos dias anteriores e as acusações que pesavam contra Moro: “*Nas conversas publicadas pelo site, o ex-juiz sugere ao Ministério Público Federal trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobra a realização de novas operações, dá conselhos e pistas, antecipa ao menos uma decisão judicial e propõe aos procuradores uma ação contra o que chamou de ‘showzinho’ da defesa do ex-presidente Lula*”, registra a *Folha*, a título de contextualização.

Mas o discurso pró-Lava Jato também foi de alguma forma reavivado na *Folha* após o episódio em que o ex-juiz confrontou os senadores. Ainda que de forma discreta, isso aparece em matéria auxiliar na edição (26/6/19) sobre movimentos da sociedade identificados com Moro e o combate à corrupção, que integraram os protestos de rua que precederam o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, como o MBL e outros (figura 13).

Figura 13 – Folha de S. Paulo, edição de 26/6/2019, p. A-8

Julgamento turbinou manifestações a favor de Moro

Isabelle Soares e Fábio Zanini

Atmosfera Marcado por um momento de vitória, o julgamento do ministro Sérgio Moro pelo STF (Supremo Tribunal Federal), nesta terça-feira (26), deu um impulso à análise do caso do ex-presidente Lula no STF (Supremo Tribunal Federal), nesta terça-feira (26).

Para organizadores das manifestações, a proposta do ministro Gilmar Mendes de retirar o pedido de prisão em flagrante, que acabou derrotada na Segunda Turma da corte, foi mais um indicativo de que o combate à corrupção no país está sob ameaça.

Embora tenha mantido a prisão de Lula, o STF voltará a analisar no segundo semestre o questionamento da defesa do ex-presidente — que aponta falta de imparcialidade de Moro na Lava Jato.

“Estão querendo matar a gente de coração”, diz Adelair de Oliveira, coordenador nacional da Vem pra Rua. “Decisão do Lula merecia demais com as pessoas, que ficam mais ativas, percebem o que está acontecendo e sentem a necessidade de se manifestar”.

Edson Salomão, presidente do Direita SP também afirma que a decisão do STF será péssima para a defesa de manifestantes. Esse tema esquentou os ânimos, todo mundo ficou em alerta. Acabou agitando pessoas e mostra que a gente tem de continuar lutando. Não podemos descançar”.

Além de Moro e da Lava Jato, outras bandeiras serão agitadas pelas organizações que começaram os atos. Os grupos exibiram motes contra a reforma da Previdência e o pacote anticrime na lista de temas a serem defendidos.

Depois do racha nos atos pró-governo de 25 de maio, os movimentos estão alinhados desta vez, embora tenham divergências sobre a prioridade dos temas. Basicamente, o que varia é o espaço que cada um acha que Moro deve ocupar nos discursos e falas.



Manifestantes comemoram decisão do STF que manteve o ex-presidente Lula preso em frente ao tribunal. [marcosantoniapq.com](#)

Vem pra Rua, MBL (Movimento Brasil Livre) e Nas Ruas — que atuaram como indutores das marchas pró-impeachment — são os principais agitadores agora. Os dois primeiros não participaram do protesto anterior, o que revela críticas de parte da direita.

O protagonismo na época acabou ficando com movimentos de rua não tão conhecidos, como Ativistas Independentes, Patrícios Lobos Brasil e Direita SP. Eles estão chamando novamente para as manifestações de domingo, e de novo se vê uma pulverização de pautas.

Embora na última vez o governo tenha sido bem-sucedido na estratégia de dar aos atos o caráter de pró-Previdência, ataques ao Congresso e ao STF, pressionado pela abertura da CPI da Lava Jato, críticas acerbadas e pedidos de intervenção militar foram ouvidos.

O que os une é o desagravo a Moro, pressionado desde a divulgação, pelo Intercept, de

mensagens trocadas com procuradores da Lava Jato.

Para os líderes dos grupos, o ex-magistrado continua com a cara de herói iludido. Eles questionam a forma como o material foi obtido e dizem que nada apagará o trabalho de combate à corrupção feito pela força tarefa.

O Vem pra Rua, que não aderiu ao ato em maio porque o considerava uma evasão à Bolsonaro (e diz não defender políticos, mas apenas propostas), desta vez entrou de cabeça. Até esta terça, contabiliza-se agitação com protestos confirmados e 260 mil pessoas convidadas via redes sociais para as concentrações.

Olegado de Moro, contudo, é só o terceiro item nos seus materiais de divulgação. A saudação nas imagens é “Previdência + anticrime + Lava Jato”, acessada da frase “o Brasil não pode parar”.

É uma tentativa, segundo Adelair, de reduzir o risco de a manifestação se resumir

so ao apoio ao ministro. “Estamos com ele, mas nossas outras pautas estão muito claras. É um novo Brasil que a gente está defendendo”, afirma.

De acordo com a coordenadora, as troças nas páginas do Vem pra Rua até agora indicam uma adesão proporcional aos três motes. “Os posts estão tendo engajamentos semelhantes”, diz Adelair, destacando o ineditismo de “uma manifestação propositiva, que não é para destruir, mas para construir algo”.

O Nas Ruas, que teve sua principal expoente, Carla Zambelli, eleita deputada federal pelo PSB, faz coro e anuncia a mobilização, oficialmente, como um ato em defesa da Previdência, do pacote anticrime, da Lava Jato e do ministro Moro (nesta ordem).

Assim, contudo, o discurso está sendo adaptado para incorporar apoio explícito ao presidente. Texto sobre a manifestação publicado na página do grupo no Face-

book diz: “Você trabalhou, le-

vou e votou no Bolsonaro para mudarmos o Brasil. Mas, infelizmente não conseguiremos fazer todas estas mudanças sozinho. Ele precisa de nossa ajuda. Dia 30 vamos lá recuar o apoio que ele precisa”.

O slogan usado pelo Nas Ruas para empalmar os convites conclama: “Vamos às ruas”. “A gente considera que o backchannel, que a gente não sabe de quem pertence, não ocorreu à toa. Existe uma preocupação mais ampla para deslegitimar a operação”, diz Renato Santos, um dos fundadores do MBL.

Para ele, mesmo que haja outras bandeiras nas ruas, a dominante será o apoio à Lava Jato e ao ex juiz. “É a questão mais urgente. É o que mais está preocupando as pessoas. Não queremos a volta da impiedade”, afirma o porta-voz.

Experiente em protestos, ele diz que mediações costumam funcionar melhor se tiverem menos pautas, mas não sempre funciona na prática. “Se o cara quiser ir lá e defender o Bolsonaro, ele pode ir. Mas não vamos com um foco Lava Jato”.

Os sinais da multiplicação de temas são visíveis. O movimento Patrícios Lobos Brasil, por exemplo, às postagens convidando as pessoas a ir às ruas contra os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Daci Alcolumbre (DEM AP), que “querem destruir o Brasil”.

Em um vídeo, Ana Claudia Graf, integrante dos Ativistas Independentes, adicionou outro ingrediente: quer que as ruas sinalizem a Bolsonaro nos assuntos políticos que facilitam o acesso a armas.

“O caso do Lula mexe demais com as pessoas, que ficam mais ativas, percebem o que está acontecendo e sentem a necessidade de se manifestar”

Adelair Oliveira, coordenador da Vem pra Rua

Fonte: FSP.

Esses movimentos se posicionaram no debate que se seguiu à eclosão da Vaza Jato dentro da linha argumentativa do ex-juiz, fazendo coro à afirmação de que a Lava Jato estaria em perigo em função dos questionamentos à conduta do ex-juiz. Nesse dia, a Folha publica (pag. 8), sob o título “Julgamento turbinou manifestações a favor de Moro”, matéria sobre as manifestações de rua que estavam marcadas para o domingo seguinte, convocadas por esses movimentos. Segundo o texto, “os atos de rua no domingo em defesa do ex-ministro (Moro) e da Operação Lava Jato ganharam impulso diante da análise do caso do ex-presidente Lula no STF nesta terça-feira”.

“Para organizadores das manifestações, a proposta do ministro Gilmar Mendes de soltar o petista imediatamente, que acabou derrotada na Segunda Turma da Corte, foi mais um indicativo de que o combate à corrupção no país está sob ameaça”, diz ainda a matéria da Folha, completando que, “para os líderes dos grupos, o ex-magistrado continua com a aura de herói ilibada”. “Existe uma orquestração para deslegitimar a operação”, afirma Renan Santos, do MBL, na matéria, que cita ainda o slogan do movimento Nas Ruas: “Vamos às ruas ou eles vão parar o Brasil”.

7.5 As diferenças entre os narradores *Folha* e *O Globo* – processos argumentativos, estruturação de textos, seleção de informações e posicionamentos

Não tivemos a intenção, no presente estudo, de enveredar pelos caminhos de uma análise comparativa aprofundada, o que demandaria outros procedimentos metodológicos. Entendemos, porém, que a apresentação desta análise de forma conjunta, mostrando simultaneamente os achados nos dois jornais nas edições dos mesmos dias, ao mesmo tempo em que aponta grande similaridade em relação enredo e às intrigas da narrativa – como mostrado até agora – faz aflorar também as diferenças. Essas diferenças se manifestam sobretudo na forma com que *O Globo* e a *Folha* representam o discurso contra-hegemônico da Vaza Jato, que vai se constituindo em contraposição ao até então hegemônico discurso da Lava Jato. Isso fica claro na estruturação dos textos, na seleção das informações e no espaço dado. Para melhor identificar separadamente a formação dos processos argumentativos de cada um desses narradores, examinamos também, ao fim desta seção, os editoriais publicados pelos jornais nesse período (dois na *Folha* e quatro em *O Globo*), que reforçam elementos encontrados nos textos noticiosos.

7.5.1 O tratamento dado às mensagens *hackeadas* de forma ilegal

Um dos principais argumentos de defesa do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da força-tarefa de Curitiba desde o início da divulgação das mensagens – primeiro, apenas pelo site *The Intercept Brasil*, e depois por outros veículos, como a própria *Folha de S.Paulo* – foi o fato de as conversas terem sido obtidas de forma ilegal, extraídas por invasores (*hackers*) das contas desses personagens no aplicativo *Telegram*. A partir dessa violação do aplicativo que usavam para conversar, Moro e Dallagnol argumentavam que as mensagens não podiam ser utilizadas porque teriam sua origem numa ilegalidade. Levantaram ainda suspeitas de que os

textos tivessem sido adulterados. Essas últimas não foram confirmadas pelas perícias da Polícia Federal. E as mensagens acabaram enviadas a diversas instâncias da Justiça, inclusive ao Supremo Tribunal Federal, que não as utilizou formalmente como provas em decisões como a de soltar o ex-presidente Lula, cinco meses após o início da Vaza Jato (8 de novembro de 2019), mas que as levou em conta em diversas decisões posteriores, como a que declarou o ex-juiz parcial. Diversos trechos foram inclusive citados em votos de alguns de seus ministros.

No período examinado neste trabalho, *O Globo* foi claramente mais sensível aos argumentos em torno da ilegalidade das mensagens, dando-lhes mais destaque e espaço do que a *Folha*. Nas edições iniciais, a partir de 10/6, o jornal não reproduziu ou transcreveu as conversas vazadas entre juiz e procurador, ao contrário do noticioso paulista, preferindo citar seu conteúdo em discurso indireto, de forma resumida. *O Globo* só veio a publicar, na íntegra, trechos dos diálogos a partir da edição de 19/6. Nesse dia, o noticiário é francamente desfavorável ao ministro da Justiça, após o vazamento de mais uma conversa entre Moro e Deltan Dallagnol, na qual o então juiz mostra preocupação em não “melindrar” o ex-presidente Fernando Henrique, que fora citado em delação de Emílio Odebrecht por ter recebido recursos eleitorais irregularmente. O trecho do depoimento do comandante da Odebrecht fora enviado à Justiça de São Paulo pelo ministro do STF Edson Fachin e poderia resultar numa denúncia – o que, posteriormente, não ocorreu, mas que à época preocupou Moro. *O Globo* reproduziu então trechos do diálogo usando aspas: “*Acho questionável, pois melindra alguém cujo apoio é importante*”, teria dito Moro.

Como se quisesse fazer um contraponto à notícia principal, *O Globo* dá, no mesmo texto, espaço mais uma vez aos questionamentos sobre a autenticidade dos diálogos, registrando nota em que Moro afirma não reconhecer a autenticidade das mensagens, criminalizando também o seu vazamento – e não só *hackeamento*: segundo ele, as conversas foram obtidas “por meios criminosos, que podem ter sido editadas e manipuladas”. Um posicionamento ambíguo, já que, apesar de não lhes reconhecer a autenticidade, o ex-juiz critica a interpretação dada pelo site aos diálogos sobre não melindrar Fernando Henrique.

A *Folha de S.Paulo* adotou abordagem diferente em relação às mensagens vazadas, reproduzindo em discurso direto seu conteúdo em todas as edições estudadas – algumas vezes no corpo na matéria noticiosa, outras em infográficos com destaque separado. Pode-se apontar, no encadeamento das informações de seus principais textos, marcas de uma construção de sentido que atribui certa veracidade, ou credibilidade, ao conteúdo das mensagens. Na matéria principal de 10/6, por exemplo, no enunciado que introduz relatos de trechos das conversas

entre o juiz e o procurador, há afirmações do narrador como “os diálogos mostram...” ou “depois de ouvir a sugestão, Deltan repassou a mensagem do juiz para o grupo”. A coesão da narrativa é dada pela sequência que intercala trechos dos diálogos das mensagens apresentados em discurso direto e relatos em discurso indireto, e há uma preocupação com a contextualização e o encadeamento dos diversos episódios citados nas conversas. Passa-se de um para outro com expressões como “em outra mensagem...”, “em outra conversa sobre assuntos da operação naquela época”, “dias depois”, “na sequência...”.

As diferenças entre os dois jornais na narrativa sobre as mensagens no período subsequente aos primeiros vazamentos – *O Globo*, dando destaque à criminalização desse ato, e a *Folha* a seu conteúdo – ficam nítidas no quadro a seguir, produzido a partir da edição de 10/6, e no qual se compara o tratamento inicial dado às mensagens pelos dois noticiosos.

Quadro 6 – Narrativa sobre as mensagens *hackeadas* (10/6/2019)

Estruturação do texto (10/6)	<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Globo</i>
Conversas do <i>Intercept</i> relatadas	7	3
Forma do discurso no relato das conversas	Discurso direto c/ aspas	Discurso indireto (uma frase citada c/aspas)
Distribuição de espaços das conversas do <i>Intercept</i>	Ocupam 20 dos 28 parágrafos	Ocupa 3 dos 8 parágrafos
Verbos mais usados para ações de Moro	Sugeri, cobrou, deu (conselhos), antecipou (decisões)	Sugeri, teria questionado, negou, lamentou
Enunciado inicial	“Mensagens do ex-juiz Sergio Moro e do procurador Deltan Dallagnol, do MPF (Ministério Público Federal), que foram divulgadas neste domingo pelo site Intercept Brasil mostram que os dois trocavam colaborações quando integravam a força-tarefa da Operação Lava Jato”	“Mensagens atribuídas ao procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal, e ao ministro da Justiça Sergio Moro, divulgadas ontem pelo site The Intercept Brasil, mostram os dois combinando atuações enquanto trabalharam na operação Lava-Jato”.

Fonte: elaboração própria.

7.5.2 Os diferentes caminhos de *Folha* e *Globo* na seleção das informações e distribuição de espaços

O quadro publicado na seção anterior serve para ilustrar também as opções do narrador quando se leva em conta a distribuição de espaços entre as diversas vozes representadas no conflito, a seleção das informações na construção dos textos e o equilíbrio (ou não) na representação das forças em disputa. Praticamente todas as matérias – com exceção de

boxes e textos auxiliares no formato de explicações, infográficos ou *features* – analisadas nas edições dos dias 10/6, 11/6, 19/6, 20/6 e 26/6 correspondem ao modelo elaborado dentro das regras do gênero informativo *hard news*, utilizando a organização padrão do texto que exclui opiniões do narrador e parece buscar a objetividade. No entanto, podem ser identificadas marcas que, mais adiante, podem sustentar inferências a respeito de preferências e posições dos narradores *Folha* e *Globo* em relação às argumentações expostas.

Espaços reservados ao assunto, títulos, destaques e a hierarquização das matérias da edição estão entre essas marcas. Na *Folha* de 10/6, por exemplo, o assunto ocupa toda uma página, distribuído entre o texto principal (2/3 do espaço editorial, em 28 parágrafos) e um texto auxiliar. A matéria principal (“Site publica de texto, mensagens que mostram colaboração de Moro e Dallagnol”) é praticamente toda dedicada à narrativa dos diálogos vazados na primeira divulgação das mensagens pelo *The Intercept*, que são reproduzidos de forma encadeada e contextualizada. Nesse texto, dois parágrafos tratam de argumentos contrários de Moro e dos procuradores – que são apresentados no todo em separado, na matéria auxiliar, sob a retranscrição “Outro lado”, intitulada “Ministro e procuradores se dizem vítimas de crime”, com 16 parágrafos. Mas dois “olhos” (chamadas) são abertos no meio do texto, destacando frases que podem ser consideradas comprometedoras, retiradas dos diálogos interceptados. Numa delas, Moro diz ao procurador que deve indeferir um pedido que o próprio Dallagnol lhe dissera que não havia necessidade de atender: “*Blz, tranquilo, ainda estou preparando a decisão mas a tendência é indeferir mesmo*”. Na outra, Dallagnol faz um pedido: “*Caro, STF soltou Alexandrino. Estamos com outra denúncia a ponto de sair, e pediremos prisão com base em fundamentos adicionais na cota. (...) Seria possível apreciar hoje?*”. Esse trechos escolhidos dos diálogos mostram a relação próxima entre o procurador, a quem cabe acusar, e o juiz, a quem cabe julgar. Os papéis independentes e separados de juízes e procuradores nos processos estão na base dos cânones da Justiça no país, e seu descumprimento foi argumento central de juristas e advogados que defenderam a revisão de decisões da Lava Jato.

Se a *Folha* dá mais ênfase aos diálogos, *O Globo* apresenta, no primeiro momento da cobertura, o surgimento das mensagens entre o juiz e os procuradores predominantemente pelo ângulo da invasão dos celulares e do risco à segurança e à privacidade, e levanta dúvidas em torno da obtenção ilegal das mensagens. Em 10/11, sem transcrever qualquer trecho do conteúdo das conversas, a matéria principal menciona a declaração dada pelo *The Intercept Brasil* de que recebera o material de fonte anônima, que pedira sigilo, para afirmar, sem atribuir a informação a qualquer fonte: “*O pacote inclui mensagens privadas e*

de grupos da força-tarefa no aplicativo Telegram de 2015 a 2018” (figura 14). Com isso, reforça a argumentação principal da nota dos procuradores, citada na mesma matéria, de que acionaram a Procuradoria Geral da República para tomar medidas de segurança: “Dentre as informações ilegalmente copiadas, possivelmente estão documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força tarefa e de suas famílias”.

Figura 14 – *O Globo*, edição de 10/6/2019, p. 6

6 | País Segunda-feira 10.6.2019 | GLOBO

Site diz que Moro e Deltan combinavam operações

The Intercept Brasil divulga conversa entre procurador da República e ministro da Justiça tratando de ações da Lava-Jato; eles afirmam que foram alvos de 'hackeamento' ilegal e negam irregularidade

Mensagens atribuídas ao procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal, e ao ministro da Justiça Sergio Moro, divulgadas ontem pelo site The Intercept Brasil, mostram os dois combinando ataques enquanto trabalharam na operação Lava-Jato. Pela noite, a força-tarefa de Curitiba divulgou nota para rebater a reportagem, dizendo que “seus membros foram vítimas de ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes”.

Em nota, o ministro Sergio Moro lamentou “a falta de indicação de fonte de pessoa responsável pela invasão criminosa de celulares de procuradores. Assim como a postura do site que não entrou em contato antes da publicação, contrariando regra básica do jornalismo”.

Ontem, o site divulgou trocas de mensagens de Dallagnol e Moro que fazem referências ao processo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lu-



Mensagens.
Deltan Dallagnol, procurador da República, conversas com Moro trataram sobre operações da Lava-Jato

la da Silva (PT) foi condenado no caso do triplex de Guarujá.

The Intercept Brasil informou que obteve o material de uma fonte anônima, que pediu sigilo. O pacote inclui mensagens privadas e de grupos da força-tarefa no aplicativo Telegram de 2015 a 2018.

Em uma das mensagens de texto, no dia 21 de fevereiro de 2016, Moro sugeriu alterações no calendário das operações da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, em decorrência de desdobramentos políticos. Dallagnol, de acordo com o site, disse ao magistrado que haveria problemas logísticos para acatar a sugestão.

PGR ACIONADA
Em 31 de agosto de 2016, Moro teria questionado, de acordo com The Intercept, o ritmo das prisões e apreensões ao perguntar se a força-tarefa não estaria muito tempo sem promover operações. “Não é muito tempo sem operação?”, disse Moro segundo o site. A última fase da Lava-Jato, de acordo com o site, havia sido feita 29 dias antes — a operação Resto Um, com foco na empreiteira Quatrin Galvão. Pelo conteúdo das mensagens divulgadas, Dallagnol concordou com a observação sobre o tempo da demora.

Em nota, Moro negou qualquer irregularidade nas conversas. “Quanto ao conteúdo das mensagens que me citam, não se vislumbra qualquer anomalia ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias, que ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato”.

Na nota divulgada ontem, a força-tarefa informou que a Procuradoria-Geral da República foi avisada para que medidas de segurança possam ser tomadas. “Dentre as informações ilegalmente copiadas, possivelmente estão documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-tarefa e de suas famílias”, afirmaram os procuradores. A força-tarefa destaca ainda que “há a tranquilidade de que os dados eventualmente obtidos refletem uma atividade desenvolvida com pleno respeito à legalidade e de forma técnica e imparcial”.

48 HORAS

TEMPO LIMITADO!

Aproveite as condições exclusivas que separamos pra você!



O seu celular está difícil de mexer?

Conheça o aparelho que vai deixar sua vida **mais fácil e moderna!**

ObaSmart 2
Smartphone para 3ª idade

Você não precisa mais ficar excluído do grupo da família no WhatsApp! Nós desenvolvemos um aparelho adaptado para a 3ª idade, com **ícones grandes e funções mais fáceis de mexer.** Com o **ObaSmart 2** você fica

5x R\$ **152,79**

R\$ **763,90**

Fonte: *O Globo*.

O Globo só veio a fazer uma inflexão em relação ao conteúdo dos diálogos da Vaza Jato em sua edição de 19/6, quando reproduz pela primeira vez trecho de conversa entre Moro e Dallagnol em discurso direto e dá mais destaque a seu teor do que ao *hackeamento*. Também pela primeira vez, o conteúdo de uma das conversas entre eles é título de alto de página e de chamada da primeira página – o que denota uma mudança no tom inicial do jornal, até então reproduzindo predominantemente o discurso de Sérgio Moro. Apesar disso, o texto é cauteloso quanto à autenticidade dos diálogos, modalizando afirmações em relação às conversas, como o esclarecimento de que elas foram “atribuídas” ao ministro e ao procurador e divulgadas pelo site *The Intercept*.

No decorrer da cobertura dos dias estudados, a narrativa da Folha de S.Paulo vai avançando mais claramente no questionamento ao comportamento do ex-juiz e dos procuradores revelado pelas mensagens vazadas. Além de reproduzir as conversas, o jornal publica infográficos, que são boxes ou destaques de textos destinados a esclarecer o leitor, normalmente em tom neutro, mas que muitas vezes expressam de forma indireta posicionamentos do jornal. Em 19/6, por exemplo, a Folha publica, em uma coluna na página 5: “O que Moro poderia responder”, um destaque em meio às matérias principais com perguntas que poderiam ser feitas ao ex-juiz, que no dia seguinte iria à CCJ do Senado, sobre o caso. São perguntas jornalísticas, que se referem a afirmações do ex-juiz nos diálogos, a respostas dadas por ele consideradas incompletas e o questionam sobre seus atos. Sua enunciação e publicação sinaliza que o próprio jornal tem dúvidas sobre a conduta de Sergio Moro na Lava Lato e no episódio.

Figura 15 – *Folha de S. Paulo*, edição de 19/6/2019, p. A-5

O que Moro poderia responder

1
Inicialmente o sr. não negou a autoria das mensagens divulgadas, mas, em seguida, adotou o discurso de que não poderia dizer que aqueles diálogos de fato aconteceram. Por que mudou de versão?

2
O sr. tem as mensagens arquivadas para que possam ser comparadas às agora divulgadas?

3
O sr. vai determinar que a PF investigue o teor das mensagens para saber se de fato são autênticas? E considerando que a PF é ligada ao Ministério da Justiça, não há risco de conflito de interesses?

4
O sr. disse ter sido um descuido não ter formalizado à Procuradoria a sugestão sobre uma testemunha no caso Lula. O sr. também encaminhou dicas para a defesa do ex-presidente Lula?

5
O sr. antecipou decisões também para a defesa do ex-presidente ou apenas para a Procuradoria?

6
Durante todo o processo do triplex de Guarujá, o sr. considera ter mantido uma distância equivalente entre as partes, como determina o Código de Ética da Magistratura?

7
Por que o sr. disse confiar no ministro Luiz Fux?

8
Qual era a desconfiança em relação a outros ministros do Supremo?

Na edição seguinte, de 20/6, que reporta a audiência do então ministro da Justiça na CCJ, a *Folha* insiste em questionar os pontos mal explicados do caso, curiosamente em novo infográfico. Trata-se, desta vez, de um destaque em quatro colunas, no alto da página 5, com cinco tópicos numerados intitulado “**Perguntas ainda sem resposta**”. São questões que, na avaliação do jornal, o ministro Sergio Moro deixou sem resposta em sua audiência com os senadores. Em cada item, abaixo da pergunta, uma contextualização em cinco linhas. As perguntas são: 1. Moro é o autor das mensagens?; 2. Ele autorizaria o *Telegram* a liberar os arquivos?; 3. Moro pediria a Deltan Dallagnol para entregar seu celular para perícia?; 4. Como a PF vai confirmar a autenticidade das mensagens?; 5. Que prova ele tem de ter sido vítima de hacker?.

Na prática, essas perguntas funcionam, no conjunto da edição da Folha de 20/6/19, como um contraponto à versão do ex-juiz e ao clima favorável a ele que se instalou no depoimento à CCJ.

Figura 16 – Folha de S. Paulo, edição de 20/6/2019, p. A-5



Fonte: FSP.

De forma diferente, a edição deste dia de *O Globo* sobre o depoimento de Sergio Moro na CCJ não traz nenhum texto com indagações ou reparos às respostas do juiz. Além do tom favorável a Moro na matéria principal, o jornal traz também um texto secundário leve no pé da página, um *feature* intitulado “Um dia de pavão misterioso, robô e alô para Anne Kelly”. Trata-se de uma coletânea dos momentos leves e engraçados do depoimento de Moro, provocados sobretudo por senadores que o apoiavam, favoráveis ao governo. Em uma das frases do texto, o narrador *O Globo* afirma que “houve muitos elogios rasgados a Moro”, e cita episódio em que o senador Styvenson (Podemos- RN) pediu, entre elogios, que o ministro

mandasse um “alô” para sua irmã, Anne Kelly, enquanto afirmava que “sua família, incluindo ele, é fã do ministro”. Em sua cobertura do mesmo dia, a Folha não faz alusão a esses trechos da audiência na CCJ (figura 17).

Figura 17 – *O Globo*, edição de 20/6/2019, p. 4

Um dia de ‘pavão misterioso’, robô e alô para Anne Kelly

Filho do presidente, Flávio Bolsonaro cita teoria alvo de chacota nas redes e senador pede mensagem personalizada para irmã

**DANIEL GULLINO
E JAILTON DE CARVALHO**
g1@oglobo.com.br
H088A

Durante a audiência do ministro da Justiça, Sergio Moro, no Senado, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, usou uma teoria de que o criador do site “The Intercept Brasil”, Glenn Greenwald, teria contratado um hacker russo para invadir o celular

de autoridades brasileiras. A especulação foi divulgada no fim de semana por uma conta no Twitter chamada “Pavão Misterioso”, que foi contestada e alvo de chacotas na internet, entre outros motivos, por exibir um suposto extrato de criptomoeda com erros de grafia, além da ausência da identificação obrigatória para checagem de transferências desse tipo. Flávio não citou a fonte e

admitiu não saber se a história era verídica: — Insisto aqui não há nada de comprovação, mas eu queria perguntar se a Polícia Federal está apurando esse caso.

A teoria também inclui a compra de mandato do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) por Glenn, para beneficiar seu marido, David Miranda. O ministro limitou-se a responder que

a PF é responsável pelo caso e que nenhuma hipótese pode ser descartada.

O clima amistoso em relação a Moro entre a maioria dos integrantes da comissão rendeu momentos descontraídos e inusitados. Jorge Kajuru (PSB-GO), por exemplo, divulgou o número do seu celular, pedindo que fosse hackeado.

Em outro momento, Selma Arruda (PSL-MT) elogiou Moro dizendo que não parava de receber em seu celular elogios ao ministro, que estariam sendo enviados pelos “robôs do Major Olimpio”. No dia anterior, durante a votação do decreto das armas, o senador Otto Alencar (PSD-BA) usou essa expressão para reclamar de mensagens pedindo a manutenção do decreto.

Houve muitos elogios rasgados a Moro. Styvenson

Valentim (Podemos-RN) iniciou sua fala dizendo que sua família toda, incluindo ele, é fã do ministro. O ministro pediu que seus agradecimentos fossem transmitidos aos familiares do senador, que, nesse momento, fez questão de citar nominalmente sua irmã: — Senador, agradeço inicialmente as palavras gentis. Peço que transmita os meus agradecimentos aos seus familiares. — Anne Kelly o nome da minha irmã. — Anne Kelly. — Anne Kelly. Transmita a ela. Muito obrigado.

Fonte: *O Globo*.

Os dois quadros a seguir sistematizam as vozes representadas pelos dois jornais na cobertura da audiência do então ministro da Justiça à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A leitura de ambos leva à constatação de que Sergio Moro saiu-se politicamente bem, e que o episódio funcionou uma espécie de divisor de águas na narrativa estudada – a primeira fase do embate entre Lava Jato e Vaza Jato. A partir desse depoimento, em que confrontou os senadores com o discurso em que relaciona seu próprio destino ao da Operação, o ex-juiz foi recuperando parte do prestígio perdido nos dias anteriores - ainda que, como se verá nos dois anos seguintes, de forma temporária. Para efeito do presente estudo, fica claro que houve, entre a *Folha* e *O Globo*, uma diferença de enfoque, de seleção de informações, de escolha e de espaço para as vozes representadas.

Isso é visível nos dois quadros a seguir, que mostram, separadamente, os espaços dados por cada jornal às vozes representadas nas edições de 20/6, que trazem a cobertura do debate com Moro na CCJ do Senado e seus desdobramentos:

Quadro 7 – Vozes e discursos na CCJ do Senado Federal – FSP

Vozes/Discursos na CCJ (20/6)	Favorável à Lava Jato/Moro	Questionamentos à Lava Jato	Neutro/Outros
Narrador <i>Folha</i>	<p>- “Ao final da audiência, só havia parlamentares alinhados à agenda de Moro – e senadores posaram para fotos ao lado do ministro”. (Matéria 1, p. 4)</p> <p>- “Para opositores, Moro acabou submetido a uma sessão amena, com questionamentos sutis da maioria”. (idem)</p> <p>- “Parlamentares de oposição avaliam que, até agora, não há elementos suficientes para bancar um pedido de CPI. A avaliação é que a audiência de Moro apenas serviu de palanque à tese do ministro”. (Matéria 2, p. 5)</p>	<p>- Enumera “Perguntas ainda sem resposta” após o depoimento de Moro. Entre elas: “Que prova ele (Moro) tem de ter sido vítima de hacker?”. (Destaque 2)</p> <p>“Ele (Moro) questionou algumas vezes a autenticidade delas (mensagens), mas não as negou, chegando a admitir que pode ter escrito uma parte delas”. (Destaque 2)</p> <p>- Rememora os principais elementos das mensagens da Vaza Jato. (Matéria 1)</p> <p>-“Senadores que estão à frente das articulações disseram à Folha, reservadamente, esperar que os ministros do Supremo deem, ao menos um duro recado ao ministro” (Matéria 2, p. 5)</p>	“Oposição vai esperar decisão do Supremo para avaliar CPI sobre ministro”. (Matéria 2)
Moro	<p>“Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos submeter isso, então ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio. Mas não houve. Por quê? Porque eu sempre agi com base na lei e de maneira imparcial” (matéria 1, pg 4)</p> <p>“ As vivandeiras da nulidade” querem a anulação completa da Lava Jato, o que seria “o sonho de consumo de muita gente que se envolveu na prática desses crimes”(idem)</p>		

Vozes/Discursos na CCJ (20/6)	Favorável à Lava Jato/Moro	Questionamentos à Lava Jato	Neutro/Outros
Senadores	<p>Simone Tebet, presidente da CCJ (MDB-MS): “Acho que o objetivo maior desta comissão foi alcançado, que é, senão encontrar a verdade – porque cada um tem a sua opinião sobre ela – tentar buscar a justiça e a verdade. É o que fizemos através de um diálogo franco, aberto, equilibrado, democrático, em que soubemos falar, mas principalmente soubemos ouvir”. (Matéria 1, pag4)</p> <p>Flávio Bolsonaro (PSL-RJ): o governo “nunca cogitou” tirar Moro do cargo. “Isso só passa na cabeça de quem não tem nada na cabeça”. (idem)</p>	<p>Otto Alencar (PDS-BA): “Não exijam muito da memória do ministro, ele tem péssima memória”. (matéria 1, pg 4)</p> <p>Cid Gomes (PDT-CE): Defendeu a instalação de uma CPI e disse que “Moro, enquanto juiz da Lava Jato, tinha postura de querer aparecer, se colocar como salvador da pátria”. (idem)</p> <p>Renan Calheiros (MDB-AL): Em tom de provocação, disse que não o prejudicaria. “Defendo sua presunção de inocência, o direito de defesa, e acho, mais do que isso, que o senhor não está obrigado a responder sobre questões concretas desses vazamentos. Mas são coisas graves”(idem)</p> <p>Jaques Wagner (PT-BA): questionou a garantia de isenção de Moro em possíveis investigações sobre seu papel como juiz da Lava Jato porque a PF está subordinada ao MJ (idem)</p>	

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 – Vozes e discursos na CCJ do Senado Federal – *O Globo*

Vozes/Discursos na CCJ (20/6)	Favorável à Lava Jato/Moro	Questionamentos à Lava Jato/Moro	Neutros/Outros
Narrador <i>O Globo</i>	<p>“Num ambiente marcado pela presença destacada de aliados, ele ficou à vontade (...)” (Matéria 1, pg 4)</p> <p>“De 40 senadores que se manifestaram, 28 adotaram uma postura favorável a Moro.</p>	<p>“O ministro, no entanto, deixou perguntas sem respostas , entre elas se autorizaria o Telegram a fornecer a íntegra das conversas dele com Dallagnol. Moro se limitou a dizer que ele apagara o aplicativo e que, portanto, o acesso é</p>	

Vozes/Discursos na CCJ (20/6)	Favorável à Lava Jato/Moro	Questionamentos à Lava Jato/Moro	Neutros/Outros
	<p>Alguns deles nem mesmo faziam perguntas, apenas elogios” (idem)</p> <p>Moro “cobrou”, “rebateu”, “negou”. “Em outro momento, Moro foi mais incisivo” (idem)</p> <p>“A oposição tentou aumentar a temperatura da sessão” (idem)</p> <p>“Em outro momento, chegou a dizer, em tom de advertência” (idem)</p> <p>“O clima amistoso em relação a Moro entre a maioria dos integrantes da comissão rendeu momentos descontraídos e inusitados (Matéria 3, pg4)</p> <p>“Houve muitos elogios rasgados a Moro” (idem)</p>	<p>impossível” (Matéria 1, pg 4)</p>	
Moro	<p>“Estou absolutamente tranquilo quanto a isso, mas, se esse é o problema, então o site apresenta tudo. Aí a sociedade vai poder ver, de pronto, se houve alguma incorreção da minha parte. Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos submeter isso ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidades da minha parte, eu saio, mas não houve” (Matéria 1, pg4)</p> <p>“Pelo que eu entendi de sua fala, o senhor defende a anulação de tudo, então, todas as condenações, todas as denúncias, Devolver o</p>		

Vozes/Discursos na CCJ (20/6)	Favorável à Lava Jato/Moro	Questionamentos à Lava Jato/Moro	Neutros/Outros
	<p>dinheiro para o remato Duque e o Paulo Roberto Costa?” (a Fabiano Contarato)</p> <p>Acusou os comentários do senador Humberto Costa de ”agressivos”. “O senhor está, de novo, fantasiando. Talvez o senhor tenha lido aí esses blogues fantasiosos (...) (a Rogerio Carvalho) (Matéria 1, pg 4)</p> <p>“Senador, agradeço inicialmente as palavras gentis. Peço que transmita os meus agradecimentos a seus familiares” (matéria 3, pg4)</p> <p>Moro levantou a possibilidade de adulteração dos diálogos</p>		
Senadores	<p>Senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ: ”..reagiu (a Humberto Costa) e informou que Moro estava ali como um ministro, não como testemunha e muito menos como investigado” (matéria 1, p. 4)</p> <p>Senadora Selma Arruda (PSL-MT) “elogiou Moro dizendo que não parava de receber em seu celular elogios ao ministro” (Matéria 3, pg4)</p> <p>Senador Styvenson Valentim (Podemos-RN): iniciou sua fala dizendo que sua família toda, incluindo ele, é fã do ministro”(idem)</p>	<p>Senador Jaques Wagner (PT-BA)- citado apenas para introduzir a resposta de Moro.(matéria 1, p. 4)</p> <p>Senador Fabiano Contarato (PT-ES), citado apenas para introduzir a resposta de Moro.(<i>ibid</i>)</p> <p>Senador Humberto Costa (PT-PE): “perguntou se Moro estaria ali na condição de investigado ou de testemunha” (<i>ibid</i>)</p> <p>Senador Rogério Carvalho (PT-SE) “quis saber quem teria pago supostas despesas de Moro” (<i>ibid</i>)</p>	

Fonte: elaboração própria.

7.5.3 O fantasma mudo de Lula paira sobre tudo

O ex-presidente Lula é representado pelos dois jornais como antagonista de Sergio Moro e possível beneficiário do vazamento das mensagens e suas conversas, mas é um “ausente-presente” na narrativa estudada. Não há uma só declaração ou frase sua no material estudado. Lula estava preso desde o dia 7 de abril do ano anterior na Polícia Federal, em Curitiba, cumprimento pena em razão da sentença dada pelo ex-juiz no caso do triplex do Guarujá. Ele não tem protagonismo direto na maioria das ações relatadas nas matérias estudadas, mas é um personagem importante na narrativa, pairando como uma espécie de fantasma. Lula não fala, mas assombra os defensores da Lava Jato com a possibilidade de a divulgação das mensagens resultar em sua libertação e na revogação de suas condenações – o que não ocorreu nesse primeiro capítulo da Vaza Jato.

Desde o primeiro dia da cobertura sobre o vazamento das mensagens pelo *The Intercept Brasil*, quando o ex-presidente já aparece citado em algumas das conversas divulgadas – não só naquelas entre Moro e Dallagnol, mas também entre este e outros procuradores – vai ficando claro que os questionamentos à conduta da Lava Jato em relação a ele constituem elemento importante do processo argumentativo que dá base ao discurso contra-hegemônico em construção.

Na matéria principal da edição de 10/6, a Folha cita, como já apontamos, sete conversas divulgadas na véspera pelo *The Intercept Brasil*. Uma delas trata das dúvidas dos procuradores, em mensagens trocadas entre si, sobre a denúncia contra Lula no caso do triplex: “Falarão que estamos acusando com base em notícias de jornal e indícios frágeis...Então é um item que tem que estar bem amarrado (a ligação do ex-presidente com os desvios na Petrobras). Fora esse item, até agora tenho receio da ligação entre Petrobras e o enriquecimento, e depois que me falaram, tô (sic) com receio da história do apto”, escreveu Deltan Dallagnol em 2016 a um grupo de colegas no *Telegram*.

Na véspera da denúncia, o procurador chefe da força-tarefa ainda mostrava, segundo as mensagens transcritas pela Folha, receios: “A opinião pública é decisiva e é um caso construído com prova indireta e palavra de colaboradores contra um ícone que passou incólume pelo mensalão”. Dias depois, Dallagnol disse, em conversa com Moro: “A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto”.

A *Folha* teve quase como rotina, ao longo das edições examinadas, ouvir a defesa de Lula – ainda que quase sempre de forma despersonalizada, sem citar nomes, e com espaços secundários. Simpatizantes políticos do ex-presidente não tiveram voz, diferentemente de integrantes do governo, do STF e de setores da sociedade engajados no combate à corrupção e na defesa da Lava Jato (figura 18).

Figura 18 - Trecho da matéria da *Folha* de 10/6 com a referência ao caso Lula

processar e condenar tantos.

As conversas tomadas públicas sugerem ainda dúvidas de membros do MPF quanto à denúncia contra Lula no caso do triplex, sentença que acabou levando o petista à prisão.

Quatro dias antes da apresentação da denúncia da Procuradoria, Dallagnol afirmou em um grupo que tinha receio sobre pontos da peça jurídica, como, por exemplo, a relação com desvios na Petrobras.

“Falarão que estamos acusando com base em notícia de jornal e indícios frágeis... então é um item que é bom que esteja bem amarrado. Fora esse item, até agora tenho receio da ligação entre petrobras e o enriquecimento, e depois que me falaram to com receio da história do apto”, escreveu o procurador, em 2016.

Na véspera da denúncia contra Lula, o representante do MPF afirmou em um grupo: “A opinião pública é decisiva e é um caso construído com prova indireta e palavra de colaboradores contra um ícone que passou incolume pelo mensalão”.

Dias depois, ele comentou a Moro: “A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto”.

Fonte: FSP.

Nas edições estudadas, *O Globo* não ouviu os advogados de Lula – no máximo, publicou trecho curto de uma nota da defesa -, o que pode ser considerado uma operação de

apagamento. Em 10/6, por exemplo, ouviu Moro e Dallagnol sobre as mensagens que acabavam de vir a público. Não foram procurados, aparentemente, nem a defesa do ex-presidente, citado no texto, e nem representantes de outras instituições, como o STF, nem da sociedade. De forma diversa da Folha, o jornal carioca não publicou os diálogos vazados com referências específicas às dúvidas de Deltan sobre Lula, limitando-se a uma menção geral: “*o site divulgou trocas de mensagens entre Dallagnol e Moro que fazem referências ao processo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado no caso do triplex do Guarujá*”.

Em outras ocasiões em que citou o ex-presidente, *O Globo*, em operações interdiscursivas manifestas, assinala sempre que a condenação de Lula por Sergio Moro fora confirmada por instâncias superiores – talvez numa forma de tentar mostrar que o ex-juiz, que vinha tendo sua conduta questionada na Vaza Jato, agira de forma correta: “*(o ex-presidente Lula foi) condenado à prisão por Moro e cuja culpa no caso do triplex foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e pelo Superior Tribunal de Justiça, que apenas alteraram a dosimetria da pena*”, registra a matéria principal sobre o tema na edição de 11/6.

Numa espécie de despersonalização dos defensores e simpatizantes de Lula, o *Globo*, como mencionamos acima, também não os nomeia individualmente em boa parte das matérias, como ocorre, por exemplo, em 11/6, quando se refere a “parlamentares de oposição” que, segundo informa, teriam passado a defender o afastamento de Moro do cargo de ministro da Justiça e a criação de uma CPI para investigar o caso. Também na matéria de 19/6, em que prevê “uma prova de fogo” para Sergio Moro no depoimento aos senadores na CCJ no dia seguinte, nenhum deles é citado individualmente pelo jornal, que também não reproduz qualquer crítica ou questionamento mais específico ao comportamento do então juiz.

Há, nas matérias de *O Globo*, um desequilíbrio de vozes também 26/6, nas matérias sobre o julgamento em que a Segunda Turma do STF decide manter preso o ex-presidente Lula e adiar o exame da ação sobre parcialidade de Sergio Moro no caso contra ele. que quando A Vaza Jato é citada de forma geral e seu conteúdo ocupa pouco espaço no texto, bem como a defesa de Lula. No primeiro caso, o jornal define assim o caso: “*Moro deu orientações ao procurador sobre a atuação do Ministério Público em processos da Lava Jato, inclusive um que investigava o ex-presidente*”. Responsável pela ação que resultou no julgamento, a “defesa de Lula”, por sua vez, é mais uma vez despersonalizada. Os nomes dos advogados não são mencionados, e suas alegações não são reproduzidas nem em discurso direto nem indireto, a não ser de forma vaga e resumida

Ainda que em grau menor, a *Folha* também não dá espaço para individualizar os defensores de Lula e críticos da Lava Jato, embora dê espaço para a “defesa de Lula”. Ao tratar, em 19/6, do movimento no Congresso para investigar Moro com a criação de uma CPI ou mesmo para defender seu afastamento, refere-se a seus autores como “parlamentares do PT, PCdoB, PDT, PSOL e PSB”.

Em matérias auxiliares, também diferentemente de *O Globo*, o jornal dá voz aos argumentos dos defensores de Lula de forma indireta, abordando o impacto jurídico da Vaza Jato e incorporando elementos do discurso do campo jurídico para afirmar que “as defesas de envolvidos nos processos da Lava Jato ainda podem pedir a anulação dos atos de Moro com base no artigo 564 do Código de Processo Penal (que afirma que a nulidade das sentenças ocorrerá em caso de “incompetência, suspeição, ou suborno do juiz”).

Em 20/6, apesar de a matéria principal tratar do desempenho de Moro na CCJ do Senado, considerado positivo, a *Folha* abre espaço ao próximo capítulo da narrativa, que interessa sobretudo à defesa do ex-presidente. Informa, em texto auxiliar, que “*as conversas divulgadas pelo site The Intercept Brasil fizeram a Segunda Turma do Supremo desengavetar um pedido dos advogados pela anulação do processo do tríplex em Guarujá, que levou o petista (Lula) à prisão*”. Destaca-se aqui o uso do verbo “desengavetar”, que tem tom geralmente negativo, ou seja, considerando que a Segunda Turma do STF em algum momento teria engavetado o pedido da defesa de Lula, que tramitava há mais de um ano. Esse texto informa também que a Segunda Turma “está dividida” sobre o tema e que o decano da Corte, ministro Celso de Mello, “deve ser o voto decisivo no caso”. É nesse texto também que senadores de oposição que questionam a Lava Jato, como Cid Gomes (PDT-CE), têm voz, defendendo a apuração sobre o ex-juiz numa CPI.

7.5.4 Os editoriais: *O Globo* é parte na disputa, a *Folha* se distancia

Editoriais são, por definição, espaços em que o veículo de comunicação, ou empresa jornalística, se posiciona a respeito de determinado tema. São textos opinativos, predominantemente argumentativos, sem assinatura, editados separadamente e normalmente com tipologia diversa do noticiário. O presente estudo tem como foco identificar as peculiaridades da representação do discurso e a composição de narrativas sobre a Lava Jato em seguida à eclosão da chamada Vaza Jato com base na produção noticiosa da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo*. E, embora cânones e manuais de jornalismo mantenham rigorosa separação entre

opinião e notícias, consideramos ser o exame dos editoriais publicados no período analisado um dado importante e esclarecedor no presente caso. Analisados em conjunto com as matérias estudadas, os editoriais elucidam dúvidas, reforçam inferências e conclusões e, ao fim e ao cabo, sugerem que a separação entre opinião e notícia pode não ser tão rigorosa assim em temas políticos importantes.

Entre 10/6/19 e 26/6/19, a *Folha* publicou dois editoriais: “Pelo devido processo”(11/6) e “O caso Lula”, em 26/6. *O Globo*, por sua vez, produziu quatro editoriais no período, sempre na pag. 2: “As controversas mensagens entre Dallagnol e Moro”(11/6), “Hackers e a ameaça ao estado de direito”(15/6), “Denúncias contra Lava Jato ganham forte teor político”(20/6) e “Caso de Lula deveria ser levado ao plenário”(26/6). De um modo geral, identifica-se nos editoriais, de forma mais explícita e acentuada, às vezes hiperbólica, o padrão encontrado na análise das matérias de cada jornal. Além de o conflito entre Lava Jato x Vaza Jato ser categoria central na narrativa, aponta-se também nesses textos a operação interdiscursiva que reafirma o discurso hegemônico do combate à corrupção e o próprio apoio à Lava Jato. Também há nos editoriais elementos que levam à personificação da operação pelo ex-juiz, sua principal linha de defesa, sobretudo n’*O Globo*.

Há nítidas diferenças, porém, no grau de envolvimento de cada jornal nessa disputa, segundo o exame de seus editoriais. Enquanto *O Globo*, claramente e com palavras fortes, defende Sergio Moro e a Lava Jato, como uma espécie de advogado de suas causas, e critica Lula, o PT e as mensagens da Vaza Jato, a *Folha* mantém maior distanciamento. Nesse distanciamento, ora critica um lado, ora outro, defende o equilíbrio nas decisões institucionais sobre o assunto e mantém-se neutra a maior parte do tempo – posição que, de forma mais sutil e menos explícita, se confirma na maior parte do material noticioso das edições estudadas. O próprio número de editoriais publicados no período estudado já denota uma diferença de posicionamento: enquanto a *Folha* publicou dois, talvez esperando o desenvolvimento mais claro do enredo para se posicionar, *O Globo* publicou quatro, dando grande importância ao assunto e, possivelmente, tentando influir no debate público.

Se o conjunto de matérias publicadas por *O Globo* entre 10/6 e 26/6, sob o impacto da primeira onda de divulgação de mensagens da Vaza Jato, sugere que o jornal deu mais espaço aos argumentos do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da força-tarefa de Curitiba para questioná-las – como o de que se tratava de uma ameaça à sobrevivência da Lava Jato e do combate à corrupção – a análise dos editoriais do período explicita esse posicionamento e vai

mais adiante. Além de questionamentos à autenticidade das “supostas” mensagens, também se destaca a posição antipetista do jornal carioca.

Em 11/6, o editorial intitulado “As controversas mensagens entre Dallagnol e Moro” afirma que a Lava Jato, que “se notabilizou por descobertas de grande repercussão em torno do esquema montado pelo lulopetismo e empreiteiros para dividir dinheiro público por meio da Petrobras e de outras empresas públicas”, agora se tornava alvo. Usando a linguagem bélica presente também no noticiário, o texto afirma que o PT “tem agora grossa munição para essa artilharia” e, um dia após sua divulgação, lança dúvidas sobre a autenticidade das mensagens: “*A origem do material e a forma como foi divulgado deixam dúvidas. Não se sabe se os diálogos estão completos e no devido contexto*”. Mais adiante, no mesmo editorial, *O Globo* afirma que “é natural o convívio entre procuradores e juízes”, considerando que os processos da Lava Jato “têm sólida fundamentação em provas”.

Os quatro editoriais de *O Globo* no período têm como pano-de-fundo o discurso anticorrupção que sustentou o maciço apoio da opinião pública à Operação Lava Jato. “O Judiciário tem conseguido o feito inédito de prender ricos e poderosos, algo nunca visto em 130 anos de República. E por isso há constantes ataques à Lava Jato”, afirma em 15/6, no editorial “Hackers e a ameaça ao estado de direito”. Todos os textos opinativos situam também o episódio no campo da disputa política. Em 20/6, em “Denúncias contra a Lava Jato ganham forte teor político”, o jornal chega de certa forma a misturar a própria posição à de Sergio Moro: “*Moro considera que há um ‘crime contra as instituições, em uma ação contra a Lava Jato’, alvo preferencial de políticos, de partidos e de empresários preocupados com o fato histórico de que, pela primeira vez em 500 anos, a prática da alta corrupção passou a ser coibida*”. Assim como selecionou em sua edição noticiosa os melhores momentos de Moro no depoimento à CCJ do Senado, *O Globo* elogia no mesmo editorial seu desempenho na comissão, destacando a “presença voluntária” do ex-juiz e afirmando que ele “ajudou a realçar o sentido político que tem desde o início a série de denúncias divulgadas pelo site *Intercept*”.

Ao dar ênfase à politização do assunto, o jornal carioca se torna, ele próprio, parte nessa disputa política. “O discurso da oposição começa a ficar repetitivo”, diz nesse texto, no qual afirma ainda que, nas intervenções dos senadores de oposição que inquiriram Moro, “ficou nítida a intenção de ‘vingar’ Lula”. O petista é alvo ainda em outro trecho: “*Para quem se interessa em usar o caso com finalidade política, tudo caminha no passo adequado: supostos diálogos são divulgados a conta-gotas, e isso alimenta discursos constantes a favor da anulação da Lava Jato e conseqüente libertação e limpeza do prontuário do ex-presidente*”.

Em outro trecho, em 15/6 (“Hackers e a ameaça ao estado de direito”), *O Globo*, depois de lembrar que Lula fora condenado em três instâncias, expõe sua opinião:

“Não importa a narrativa política do PT e aliados. É óbvio que o material, ainda sendo divulgado pelo site, sustentará não só o discurso da inocência de Lula e de demais petistas (o partido também defenderá os empreiteiros que se mancomunaram com os políticos?), assim como tentará destruir todo o acervo de provas obtidas pela Lava Jato, um passo histórico no enfrentamento da corrupção nos altos desvãos do poder, no Executivo, no Legislativo e nas estatais”.

O quarto e último editorial do jornal carioca nesse período, publicado em 26/6 (“Caso de Lula deveria ser levado ao plenário”), após a decisão da Segunda Turma do STF de manter Lula na prisão, diferencia-se dos demais por ter um tom ligeiramente mais ameno, ou uma linguagem menos raivosa do que os demais. Nele, o jornal advoga que o ex-presidente tenha seu habeas corpus examinado pelos 11 ministros no plenário do tribunal, e não apenas pelos cinco da Segunda Turma, que em tese retomariam o assunto em poucas semanas, após o recesso – o que não aconteceu. A sugestão de mudança de foro parece se basear numa suposta previsão de que, na Turma, haveria mais facilidade de concessão da liberdade a Lula.

Pela primeira vez, porém, *O Globo* faz alguma referência ao posicionamento do outro lado, no caso a defesa de Lula:

“A ação (em que a defesa de Lula questiona a imparcialidade de Moro) foi impetrada assim que Moro aceitou o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro para ser ministro da Justiça e da Segurança Pública. Na interpretação dos advogados de Lula, a prova da falta de isenção é que Moro foi ser ministro de um presidente que se elegeu com um discurso de forte apoio à Lava Jato”.

O jornal admite, então, ser “inevitável” que a divulgação das supostas mensagens “passe a pairar sobre as decisões judiciais de Moro relacionadas a Lula, considerando que elas levavam a uma “uma ilação forçada”. O editorial conclui, porém, pregando “serenidade”, num primeiro movimento de distanciamento:

“O certo é que, pela alta voltagem do assunto, qualquer frase dos diálogos tem despertado apaixonadas discussões. Há tudo menos serenidade neste momento, fator essencial para a Justiça se pronunciar de forma consistente. Tempo para isso existe”.

A postura de distanciamento em relação ao caso é a principal marca dos editoriais da *Folha de S.Paulo* no período – apenas dois. Mas seus textos opinativos mostram que, desde o início dos vazamentos, o jornal deu importância às mensagens e admitiu sua veracidade. Em 11/6/19 – dia seguinte à primeira divulgação das conversas – sob o título “Pelo devido

processo”, o jornal mantém certo equilíbrio entre os dois lados em disputa, resumido na linha final do texto da página 2: *“Mensagens oriundas de ato ilícito mostram comportamento às raias da promiscuidade na relação entre Moro e procuradores da Lava Jato”*. Em seu primeiro texto opinativo sobre o assunto, a *Folha* afirma que os trechos das mensagens divulgadas pelo *The Intercept* “sugerem que o juiz nem sempre observou a equidistância entre acusação e defesa”. E enumera os atos questionados de Moro e procuradores revelados até aquele momento:

“Deu dicas de estratégia processual aos procuradores sob o comando de Deltan Dallagnol, repassou-lhes o nome de um possível denunciante e cobrou-lhes pelo estio de operações policiais. Sobre os procuradores, diálogos indicam ansiedade com fatos acerca do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no episódio da divulgação irregular da conversa com sua sucessora Dilma Rousseff, em março de 2016, e sobre a perspectiva, afinal censurada pelo Supremo Tribunal Federal, de entrevista à Folha, em setembro de 2018”.

No mesmo editorial, a *Folha* também dá espaço à crítica de que as mensagens foram *hackeadas* de forma ilegal:

“As mensagens, tudo leva a crer, foram subtraídas de procuradores da Lava Jato em ação criminosa. Trata-se de um delito grave, que precisa ser apurado pela Polícia Federal. Não é reconfortante que esteja sob a mira de malfetores um grupo de autoridades incumbidas de investigar crimes de corrupção”.

Afirma que, por conta da “origem anômala” das provas, haveria dúvidas em relação à sua utilização na Justiça para anular decisões de Moro e considera que “a Lava Jato tem uma obra invejável a defender” por ter quebrado paradigmas de impunidade em elites empresariais e política. Mas afirma que a LJ “com alguma frequência, foi flagrada também a praticar heterodoxias processuais e a patrocinar invectivas que ameaçam direitos fundamentais de quem é perseguido por um braço do Estado”. Lembrando que o “cacoete de extrapolar papéis constitucionais” em nome do combate ao crime, também se manifestou em autoridades da Procuradoria Geral da República e do STF, conclui: *“Não é forçando limites da lei que se debela a corrupção. Quando o devido processo não é estritamente seguido, só a delinquência vence”*.

O outro editorial publicado pela *Folha* ao longo do período estudado, em 26/6, dia seguinte ao julgamento em que a Segunda Turma do STF manteve Lula preso, funciona também como uma espécie de “fecho” ao primeiro capítulo da narrativa da Vaza Jato. O texto intitulado “O caso Lula” é cauteloso, e nele o jornal mantém-se equidistante na disputa em torno das

mensagens e da prisão do ex-presidente. Usa adjetivos como “complexo” para definir o episódio deflagrado por sua divulgação, e evita tomar partido em relação à decisão da Segunda Turma. A *Folha* chega mesmo a defender que “o Direito não convive bem com polarizações simplistas”, e admite que os dois lados poderiam ter razão: *“Para espanto da lógica maniqueísta, desfechos opostos de um julgamento poderiam ser ambos corretos, desde que tenham sido observadas as regras jurídicas e respeitados os princípios legais”*.

Resumindo as argumentações de quem queria manter Lula preso e quem queria soltá-lo, a *Folha* preferiu não dar uma posição conclusiva, mesmo tratando-se de um editorial:

“..a Segunda Turma do STF optou por manter Lula preso pela ausência de prova mais contundente a seu favor. Mas não seria descabido o outro caminho possível, o de deixar o ex-presidente em liberdade até que a imparcialidade de sua condenação seja inquestionável”.

8. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Achados no plano da narrativa e da metanarrativa: O político atropelou o herói

Ao utilizar as ferramentas da Análise Crítica da Narrativa, priorizamos neste trabalho o estudo da narração, ou seja, da enunciação narrativa, mais do que da narrativa em si mesma (MOTTA, 2013: 11). Nosso foco foi o processo de comunicação narrativa desenvolvido pelos dois jornais, suas estratégias enunciativas na construção de sentido e, num plano mais profundo, os jogos de poder envolvidos. Nesse aspecto, apesar das diferenças nos discursos da *Folha* e de *O Globo* em relação à Vaza Jato, há muitas coincidências na construção de suas narrativas.

A recomposição das narrativas construídas por ambos ao longo do período estudado, com seus enredos e intrigas bastante semelhantes, parecem nos contar uma só estória (item 7.1), termo usado por Motta. Com os mesmos marcos factuais e temporais, *Folha* e *O Globo* – ainda que com variações de enfoque e posicionamento significativas - construíram suas narrativas a partir do vazamento do primeiro lote das mensagens, passando pelas reações iniciais que deixaram o ex-juiz e ministro Sergio Moro sob ataque, pelos movimentos feitos por ele ao ir ao Senado e representados pelos jornais como positivos. Na representação do julgamento da Segunda Turma do STF que manteve Lula preso e adiou o exame da ação que questionava a imparcialidade de Moro, ato final da nossa estória, essas narrativas também convergiram.

No jogo de poder que identificamos na análise do plano da história, porém, podemos supor que a centralidade dada ao conflito na construção dessas narrativas (item 7.1) terá tido uma função. Intencionalmente ou não, os narradores situaram a disputa entre a consolidada Lava Jato e a nascente Vaza Jato no campo político – e não no judicial, terreno natural de um embate que envolve juízes, procuradores e o questionamento de suas sentenças, mas que, como mostramos na análise, ocupou espaços muito menores. Por um lado, consideramos haver elementos para inferir que, ao construir suas narrativas em torno do conflito Lava Jato x Vaza Jato, a *Folha* e *O Globo* procuram impactar seus leitores com a representação de um embate acirrado, que quase sempre leva a audiência a tomar partido, torcer e, sobretudo,

se mobilizar para continuar acompanhando o caso. É da prática do jornalismo construir histórias e conflitos que atraíam audiência. Mas pode não explicar tudo.

Numa camada de análise mais profunda desse jogo de poder, podemos conjecturar que o conflito de fundo, subjacente à Lava Jato e a Vaza Jato, é a polarização política que divide o país hoje do ponto de vista político: por trás de Moro x Lula, está o embate das forças conservadoras, vitoriosas nas últimas eleições com Jair Bolsonaro, contra as forças representadas pela esquerda, lideradas pelo PT, e por parte do centro.

O Globo, ao dar destaque muito maior à defesa de Moro e da Lava Jato do que às mensagens, se posiciona nessa disputa de forma mais clara, tomando partido, como aponta a análise das matérias e dos editoriais. Ainda nesse panorama mais amplo do poder, que envolve as relações da empresa jornalística com as instituições políticas, é possível lembrar a intensa e permanente cobertura dada pelo grupo Globo à Lava Jato, numa estreita cooperação com Sergio Moro e os procuradores de Curitiba ao longo da operação – que teve como alvo principal governos e personagens ligados ao PT – com o qual o grupo Globo passou a ter péssimas relações.

A *Folha*, de maneira mais cautelosa, equilibrou seus espaços para representar os dois lados e acolhe as mensagens da Vaza Jato, mas, no embate final, dá à sua narrativa um fecho muito semelhante à do concorrente. Também na história da *Folha* o ministro da Justiça escapa do pior, que seria demissão, que ocorreu menos de um ano depois, ou a declaração imediata, pelo STF, de que foi parcial – o que veio dois anos depois.

Ambos, porém, dão destaque aos lances e intrigas nos quais o ex-juiz, ainda que vitorioso, teve que se comportar politicamente. Na revelação de que não quis “melindrar” Fernando Henrique, na estratégia de defesa de encarnar a Lava Jato e tentar, de forma personalista, colar seu destino ao da operação, no blefe em que ameaçou deixar o governo e no embate com senadores no Senado, emergiu e foi representado no noticiário um Moro que tinha pouco do juiz sereno e silencioso dos anos da Lava Jato. Um político.

É esse personagem que no plano simbólico da metanarrativa, terá perdido os encantos de herói. Ele venceu esse primeiro round da luta, combateu e não caiu. Ainda tinha a bandeira do combate à corrupção, mas esta já não era imaculada e começou a ficar gasta com as primeiras revelações da Vaza Jato. O Moro que voltou vitorioso ao castelo naquele momento não era mais o herói de outros tempos, atropelado pela “persona” política que teve que assumir para sobreviver – no governo e no próprio cenário político.

8.2 Lava Jato mostra resiliência, mas discurso contra-hegemônico se fortalece

Os sistemas e discursos hegemônicos não são monolíticos e estão sempre sujeitos a confrontações por parte de um pensamento alternativo ou contra-hegemônico (MORAES, 2016). Mas o combate entre a hegemonia dominante e as forças que a contestam é um processo lento e gradual, no qual a meta dessas forças seria “aproveitar todas as fissuras” no bloco hegemônico para avançar (GRAMSCI, 2002a: 426). Como enunciamos no título desse trabalho – “Vaza Jato e as primeiras fissuras no discurso da Lava Jato” – é possível sugerir, com base nessa análise, que a eclosão do que se chamou Vaza Jato abriu as primeiras fissuras no discurso até então monolítico da Lava Jato.

No plano discursivo, observamos a solidez do discurso da Lava Jato como a maior operação de combate à corrupção do país, e de defesa de seus condutores. Essa formação discursiva pode ser identificada repetidamente nas vozes representadas pela mídia. Nos editoriais do período, por exemplo, *O Globo* e a *Folha* elogiam de forma explícita os feitos da operação e sua importância histórica (item 7.3.4). A Lava Jato é um ente quase onipresente na maior parte das matérias examinadas, numa permanente operação interdiscursiva. Tanto a *Folha* quanto o *Globo* referem-se numerosas vezes a episódios da operação sem detalhá-los ou explicá-los, talvez partindo do princípio de que se tratava de uma narrativa tão consolidada e assimilada que não seria necessário, por exemplo, explicar quem eram e o que fizeram os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque, condenados por corrupção (item 7.2). Os episódios da Lava Jato são tratados pelos jornais como dados já assimilados e incorporados ao discurso hegemônico partilhado com seus leitores.

É possível inferir que essa hegemonia discursiva começa a ruir não por uma suposta representação alternativa na mídia que fosse eventualmente favorável à Vaza Jato. De modo geral, como mostramos no item 7.3, os jornais questionaram, ou até tentaram criminalizar, como *O Globo*, a divulgação das conversas. Mas a principal fissura operada no discurso dominante pela eclosão da Vaza Jato parece advir do fato de, pela primeira vez em cinco anos, haver, na grande mídia, o registro de críticas aos métodos da Lava Jato.

Até então, essas críticas eram restritas a políticos de oposição, a setores jurídicos minoritários ou ligados à defesa de condenados pela operação e à mídia alternativa. A partir da eclosão da Vaza Jato, passam a ocupar espaços na grande imprensa – ainda que restritos e, em alguns momentos, passando a ideia de “relutância” do narrador, como vimos. Pode-se dizer que

o discurso contra-hegemônico dos críticos da Lava Jato acabou inegavelmente fortalecido simplesmente por vir à luz, ainda que com enfoque às vezes desfavorável, nos noticiários da imprensa *mainstream*, como a *Folha* e o *Globo*. Dessa forma, foi ocupando espaços.

Pela primeira vez, os jornais – e seus parceiros na Internet - dão voz a analistas e especialistas que, nas matérias, levantam a possibilidade de decisões e sentenças de Moro virem a ser revistas. Ainda que apresentado de forma mais desfavorável por *O Globo*, o debate em torno desse impacto das mensagens foi representado. E, apesar de toda a relutância, o jornal carioca manteve o caso na primeira página nas cinco edições estudadas e publicou quatro editoriais sobre o assunto em 16 dias, durante os quais não se conseguiu mostrar que as mensagens vazadas eram falsas ou teriam sido adulteradas.

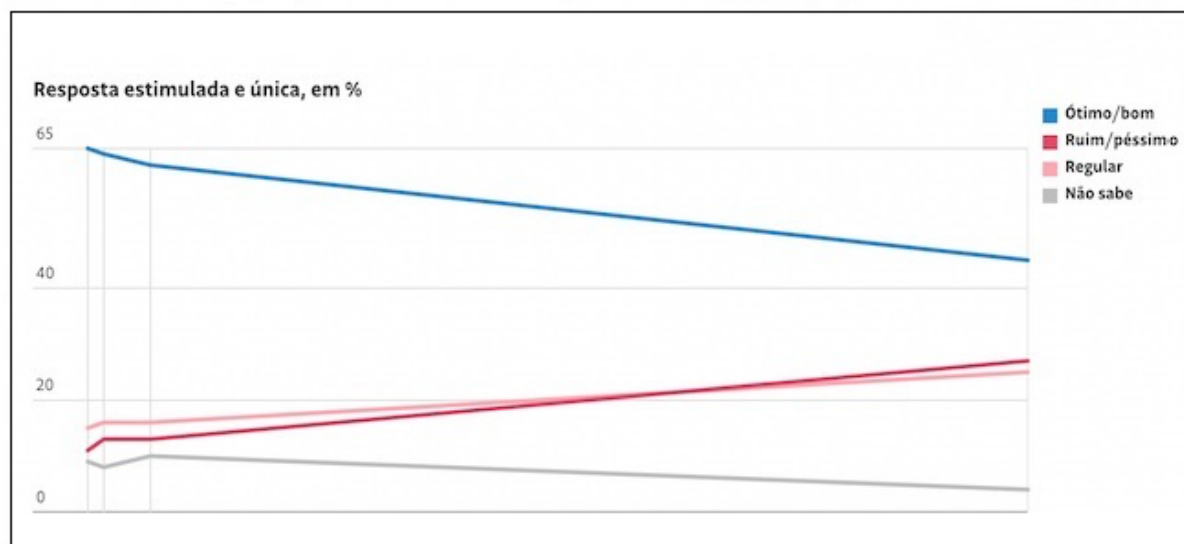
Transpondo o termo usado por Gramsci para os dias de hoje (MORAES, 2016: 27), falamos em “fissuras” no discurso dominante porque tratamos das consequências ainda iniciais de um embate no plano ideológico e cultural. Dentro do período narrativo estudado, esses primeiros arranhões à Lava Jato não foram suficientes para dar base a decisões políticas ou institucionais em relação à conduta do ex-juiz e dos procuradores, como ficou claro em dois momentos representados nos textos estudados: 1) o depoimento de Moro na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que na prática serviu para evitar a criação de uma CPI; 2) o julgamento em que a Segunda Turma do STF manteve Lula preso e adiou o exame do pedido de decretação de parcialidade por parte do ex-juiz, levando quase dois anos para retomar o caso.

Essas primeiras fissuras num discurso hegemônico consolidado ao longo dos cinco anos anteriores estão, porém, na gênese do processo que se seguiu, e resultou, entre outras consequências, na decisão do STF de considerar Sergio Moro parcial, dois anos depois. A condenação de Lula foi anulada. E o ex-presidente Lula foi solto cinco meses após o início da Lava Jato, em novembro de 2019.

Ao longo do tempo, os efeitos do enfraquecimento do discurso “lavajatista” foram se manifestando e impactando a aprovação/popularidade de Sergio Moro, que personificava a operação. Fora do escopo dessa análise, mas ilustrativa do processo de desgaste, pesquisa do instituto Datafolha realizada em março de 2021 aponta que o trabalho do ex-juiz na Lava Jato sofreu uma queda abrupta em sua aprovação desde 2016, auge da ação anticorrupção (figura 19). Segundo apontou o Datafolha, 45% dos brasileiros consideram que Moro foi bom ou ótimo como juiz principal da operação e seu símbolo. Em três mensurações anteriores, há cinco anos, esse número variou de 65% a 62%. A rejeição ao trabalho do ex-juiz e ex-ministro da Justiça

do governo Jair Bolsonaro também dobrou: variava entre 11% e 13% em 2016, e passou a 27% em 2021. A avaliação regular somou 25%, diante de 15% e 16% há cinco anos¹³.

Figura 19 – Aprovação do trabalho de Moro na Lava Jato (2016-2021)



Fonte: Datafolha. Recuperado em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/datafolha-aprovacao-ao-trabalho-de-moro-na-lava-jato-despenca-e-rejeicao-sobe.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmail&_ga=2.267441742.191981723.0.1636397835-1654256772.1627560508. Consultado em 18/11/2021.

Qualquer conclusão, ou mesmo inferência, sobre o grau de desgaste do discurso da Lava Jato nos dias de hoje seria apressada no presente trabalho. Tampouco nos arriscaremos aqui a fazer deduções sobre o discurso anticorrupção, que ao longo da operação esteve acoplado ao da Lava Jato. É possível que, sob outra forma, segue no debate nacional, motivado por novos eventos – mas longe da hegemonia anterior. A título de curiosidade, lembramos que, em março de 2016, no auge da Lava Jato e num momento em que crescia o apoio da opinião pública ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff, pesquisa do Datafolha detectou que uma parcela de 37% dos brasileiros via a corrupção como o principal problema do país. Era a

¹³ Recuperado em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/datafolha-aprovacao-ao-trabalho-de-moro-na-lava-jato-despenca-e-rejeicao-sobe.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmail&_ga=2.267441742.191981723.0.1636397835-1654256772.1627560508. Consultado em 18/11/2021.

segunda vez consecutiva que o tema alcançava o topo da lista dos principais problemas do país, após alcançar 34% em novembro de 2015¹⁴. Não deixa de ser interessante a comparação daquele momento com os dias de hoje, quando pesquisa do Instituto Ipespe de novembro de 2021 mostra que a preocupação com a corrupção caiu para um modesto quinto lugar (6%) entre os temas que mais preocupam o brasileiro.

Figura 20 – Temas mais importantes para o presidente eleito para 2023-2026



Fonte: Portal UO/Ipespe. Recuperado em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/03/ipespe-lula-se-mantem-a-frente-em-vence-em-todos-os-cenarios-de-2-turno.htm>. Consultado em 18/11/2021.

De tudo isso, tiramos a suposição final de que serão necessárias novas análises e pesquisas sobre o comportamento da mídia e o desgaste do discurso da Lava Jato nos últimos dois anos. Será possível supor que esse discurso, não mais hegemônico na mídia brasileira, terá,

¹⁴ Ver: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752306-dilma-ve-reprovacao-subir-e-alta-no-apoio-a-sua-saida.shtml> . Consultado em 18/11/2021.

num efeito reverso, provocado rejeição, ou indiferença, em relação ao discurso geral contra a corrupção? A eleição, em 2018, de um presidente despreparado para governar, sob a bandeira da Lava Jato e o discurso do combate à corrupção, e a posterior decepção geral com ele terão influído no humor das pessoas em relação ao discurso anticorrupção? Nossa trajetória até aqui trouxe muito mais perguntas do que respostas. E é provável que o futuro próximo aprofunde ainda mais esses questionamentos.

8.3 Considerações finais

Em busca de respostas para o nosso problema de pesquisa – “como foram construídas as narrativas da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo* sobre as mensagens divulgadas no evento que se denominou Vaza Jato, e como esses jornais deram espaço ao discurso contra-hegemônico ao da Lava Jato” – deparamo-nos na análise com elementos que permitem inferir que o jornal carioca terá feito uma cobertura “relutante” do caso, enquanto o diário paulista terá optado por um comportamento mais “cauteloso” ao longo do período estudado. Sem a pretensão de considerar que chegamos a uma resposta definitiva, e nem a ousadia de adjetivar nossos achados de pesquisa, explicamos as razões pelas quais avançamos nessa inferência.

Por “relutante” entendemos ser uma narrativa que, nas edições estudadas, deu mais destaque e espaços aos argumentos levantados em favor do ex-juiz e então ministro Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato do que ao evento inicial motivador do episódio – a divulgação das mensagens que questionavam e apontavam conluio em sua conduta na Lava Jato. No plano da análise discursiva, foi possível identificar também nos textos de *O Globo* uma presença constante do discurso da Lava Jato e uma relutância em dar voz ao discurso contra-hegemônico que se formava, traduzida nos espaços reduzidos aos personagens que o enunciavam.

Na narrativa da *Folha*, por sua vez, consideramos possível apontar elementos de “cautela”, refletidos em procedimentos que, aparentemente, buscavam equilibrar o noticiário entre dois lados – o que parece ter sido conseguido nas edições estudadas. Essa posição – de não tomar posição – ficou clara em editoriais do período, que buscamos para complementar a análise. Diferentemente do concorrente, o jornal deu voz às mensagens e aos personagens que começavam a formular, ali, o discurso da Vaza Jato, responsável pelas primeiras fissuras no da Lava Jato – termo que escolhemos para o título deste trabalho.

Esses elementos apontados na análise dos dois jornais e suas claras diferenças nos permitem confirmar, ou chegar bem perto disso, a nossa hipótese inicial de que “as narrativas construídas pela *Folha de S.Paulo* e por *O Globo* no episódio Vaza Jato refletiram uma disputa em torno do discurso até então hegemônico da Lava Jato”.

Por fim, destacamos o grau de politização dessa cobertura, elemento crucial identificado na narrativa dos jornais sobre o conflito entre Lava Jato e Vaza Jato, em torno do qual estruturaram as “estórias” construídas no período. No pano de fundo desse embate está o conflito básico que divide politicamente o país há anos, e se acentuou desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Uma disputa político-ideológica que opõe, de um lado, setores conservadores e forças de direita que elegeram o governo do qual Moro fez parte; de outro, movimentos e partidos de esquerda e centro esquerda que têm em Lula sua principal liderança e vêm lutando para resgatá-la.

Não nos cabe aqui, por estar fora do escopo desse trabalho, afirmar se, e até que ponto, a Lava Jato – que foi, concretamente, uma importante operação de combate à corrupção no país – terá sido utilizada politicamente. E nem que a Vaza Jato, ao trazer à luz elementos também concretos que apontam esse viés, não tenha sido também usada com um propósito de revanche política. As narrativas divergem, assim como os discursos se contrapõem. A partir do que foi aqui observado, porém, poderíamos traduzir a representação do confronto Lava Jato x Vaza Jato pela disputa Lula x Moro. Irrelevante para o presente trabalho, mas importante para investigações futuras, está a confirmação dessa percepção no desenvolvimento posterior desse enredo – que hoje desenha a perspectiva de um duelo final nas urnas de 2022.

Resta conjecturar, nesse fecho, o quanto serão instigantes e significativas as futuras pesquisas e estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLI, Diana F. **A presença e a relevância no noticiário de corrupção em 30 anos de cobertura dos jornais Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social. Brasília: UnB, 2017.

ATHANÁSIO, Ester. **A corrupção na opinião do jornal: o discurso dos editoriais da Folha de S. Paulo e da Gazeta do Povo sobre a Lava Jato.** *Temática*, ano XIII, n. 8, p. 126-145, 2017.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 4ª edição, 1988.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, Rene José. **Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re) articulação da hegemonia.** *Revista Direito e Práxis*, v. 12, p. 1665-1667, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces.** São Paulo: Pensamento, 2007.

CAMPOS, Nara e LIMA, Thais. **Onde o brasileiro está passando seu tempo online?** Em: comscore.com/por/Insights/Infographics/Onde-o-brasileiro-esta-passando-seu-tempo-online. Recuperado em 25/11/2021.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem Retoque 1808-1964: A História contada por jornais e jornalistas.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DE ANDRADE, Eliane Righi. **A apropriação do discurso da Lava Jato pela mídia: a formação de arquivos de memória sobre o evento e seus personagens principais.** *Polifonia*, v. 25, n. 37.1, p. 19-34, 2018.

DUARTE, Letícia. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil.** Rio de Janeiro: Mórula, 2020

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing dicourse.** Nova York: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FILGUEIRAS, Fernando. **Comunicação Política e corrupção.** *Revista de Estudos da Comunicação*, volume 9, julho/2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro : FGV, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Org. De COUTINHO, Carlos N., NOGUEIRA, Marco A. e HENRIQUES, Luis S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2000.

GUAZINA, Liziane. **Jornalismo em busca de credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social. Brasília: UnB, 2011.

GUAZINA, Liziane, PRIOR, Helder e ARAÚJO, Bruno. **Desconstruindo uma queda: A mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019.

HAROCHE, Claudine, HENRI, Paul e PECHEUX, Michel. **A semântica e o corte saussuriano**. Em: BARONAS, RL. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João eds. 2007, p. 13 (original de 1971).

MAGALHÃES, I. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editora, 2000.

MARQUES, Camila. **Folha chega aos 100 anos com liderança digital consolidada**. Recuperado em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/folha-chega-aos-100-anos-com-lideranca-digital-consolidada.shtml>. Consultado em 18/11/2021.

MATOSO, Filipe, PASSARINHO, Nathalia e ALEGRETTI, Lais. **Lula toma posse no Planalto como novo ministro da Casa Civil**. Em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/lula-toma-posse-no-planalto-como-novo-ministro-da-casa-civil.html>, recuperado em: 25/11/2021.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: Mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017

MIGUEL, Luis Felipe e COUTINHO, Aline. **A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais**. *Opinião Pública*, vol. 13, número 1, p. 97-123, junho de 2007.

MORAES, Dênis. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2016

MOTA, Célia L. **Representações da identidade nacional na notícia da TV**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social. Brasília: UnB, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga e GUAZINA, Liziane. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política**. SBPJor (Brazilian Journalism Research), vol. 6, número 1, p. 132-149, 2010.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

NEIVA, Leonardo. **Conteúdo obtido ilegalmente deve ser publicado se houver interesse público, diz ombudsman da Folha**. Em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impreso-em-2021/>. Consultado em 8/11/2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PRADO JUNIOR, Tarcis. **Moro, o herói construído pela mídia**. Curitiba : Kotter Editorial, 2020.

PEREIRA, Fabio H., MOURA, Dione O. e ADGHIRNI, Zélia L. (orgs.). **Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2017.

PORTO, Sergio e MOTA, Célia (orgs.). **Hermenêutica e Análise dos Discursos em Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2017.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom/PUC-RS, 2011.

STRUCK, Jean-Philip. **Há um ano Dilma dava a última cartada**. Em: <https://www.dw.com/pt-br/há-um-ano-dilma-dava-a-última-cartada/a-37975427>, recuperado em: 25/11/2021.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2018.

VAN DJIK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

YAHYA, Hanna. **Jornais têm alta de 6,4% no digital e queda de 13,6% no impresso em 2021 Números são de setembro de 2021 frente a dezembro de 2020. “O Globo” lidera no geral e “Folha”, no digital.** Portal Poder 360. Recuperado em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impresso-em-2021/>. Acessado em 8/11/2021.

ANEXO I - Títulos e datas de matérias que compõem o *corpus*Quadro I.1 – Conteúdo da *Folha de S. Paulo*

Data	Título	Localização
10/6/19	“Moro discutiu Lava Jato com procurador do caso, diz site”	Chamada de capa
	“Site publica mensagens que mostram colaboração de Moro e Dallagnol”	pág 8/alto
	“Ministro e procuradores se dizem alvo de crime”	pág 8/ abaixo da dobra
11/06/19	“Governo Bolsonaro se blinda e adota cautela com Moro”	manchete/capa
	“Governo Bolsonaro adota cautela com Moro e prevê agitação no Congresso”	pag 4/ alto
	“Nada demais’, diz Moro sobre mensagens”	pág 8/ alto
	“Conselho abre apuração contra Deltan, e OAB sugere afastamento dos citados”	pág 8/ abaixo
	“Em início de crise, ministro fica isolado, e Lava Jato prova de seu próprio veneno”	pág 8/ abaixo
	“Entenda os episódios da Lava Jato discutidos por Moro e Deltan”	pág 10/alto/Infográfico
	“As possíveis consequências do vazamento”	pág 10/alto/pergunta-e-resposta
	“Diálogo põe em cheque ações-chave de operação”	pág 10/abaixo
	“Caso pode abrir margem para suspender decisões de ex-juiz”	pág 12/alto com foto
	“STF pauta pedido para anular caso Lula, e defesa prepara estratégia”	pág 12/embaixo
19/06/19	“Moro se opôs a investigação sobre FHC, afirma site”	capa/ chamada no pé
	“De superministro a vidraça, Moro vai ao Senado falar sobre conversas suspeitas”	pág 4/alto com foto
	“Ex-juiz disse a Deltan temer que investigação afastasse FHC, diz site”	pág 4/ nota pé
	“Vazamentos não comprometem a Lava Jato e buscam criar nulidades, afirma procuradora”	pág 5/alto
20/06/19	“Moro minimiza crise e admite sair em caso de irregularidade”	capa/alto/manchete
	“Moro fala por 9 horas, minimiza crise e admite sair se provarem erro seu”	pág 4/alto
	“Oposição vai esperar decisão do Supremo para avaliar CPI sobre o ministro”	pág 5/alto
	“Perguntas ainda sem resposta”	pág 5/alto/infográfico
26/06/19	“STF mantém Lula preso e adia julgamento de suspeição de Moro”	capa/manchete

Data	Título	Localização
	“Sergio Moro ultrapassou limite ético, diz Alcolumbre”	capa/chamada com texto/acima da dobra
	“Supremo mantém Lula preso e adia julgamento sobre suspeição de Moro”	pág 4/alto de página
	“Derrota vitimiza PT, e Bolsonaro perde bônus”	pág 8/alto/matéria analítica
	“Julgamento turbina manifestações a favor de Moro”	pág 8/ abaixo da dobra
	“Se fosse deputado ou senador, Moro estaria cassado ou preso, afirma Davi”	pag 10/alto
	“Sob pressão, ministro esconde detalhes de agenda nos EUA”	pág 10/abaixo

Fonte: elaboração própria.

Quadro I.2 – Conteúdo de *O Globo*

Data	Título	Localização
10/06/19	“Site diz que Lava Jato e Moro atuaram juntos”	capa/chamada abaixo da dobra
	“Site diz que Moro e Deltan combinavam operações”	pág 6/ alto
11/06/19	“Conversas de Moro com procuradores e ação de hacker serão investigados”	capa/manchete
	“Para Passar a limpo – conversas entre Moro e Dallagnol e invasão hacker serão investigadas”	pág 4/alto com foto
	“Para ministros do STF, é cedo para avaliar impacto”	pág 4/embaixo
	“Jornalista do Globo teve conta hackeada”	pág 5/abaixo da dobra/uma coluna
19/06/19	“Moro se preocupa em não melindrar FH, afirma site”	capa/ chamada em duas colunas abaixo da dobra
	“Moro afirmou temer melindrar FHC em investigação, diz site”	pág 5/alto
	“Ministro será ouvido hoje no Senado sobre diálogos”	pág 5/ alto
20/06/19	“Moro: se houver irregularidade, eu saio. Mas não houve”	capa/manchete
	“No ringue do Senado”	pág 4/ alto
	“Hacker se passou por Moro no Telegram”	pág 4/box abaixo
	“Uma dia de ‘pavão misterioso’, robô e um alô para Anne Kelly”	pág 4/feature
26/6/19	“STF nega liberdade a Lula até decidir sobre Moro”	capa/chamada de uma coluna no alto

Data	Título	Localização
	“Caso ‘grave’ de Moro, CPMI das Fake News e ameaças”	pág 8/abaixo da dobra
	“STF mantém Lula preso e dia decisão sobre Moro”	pág 9/alto

Fonte: elaboração própria.

ANEXO II - As mensagens do The Intercept citadas

Ao longo do período estudado, o site *The Intercept Brasil* publicou a primeira parte de dezenas de diálogos extraídos das mensagens hackeadas pela invasão do aplicativo Telegram, trazendo conversas entre o então juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, entre Deltan e outros procuradores da força-tarefa de Curitiba e entre eles. Seguem abaixo, mensagens citadas ao longo desse trabalho, que reproduzimos da forma como foram divulgadas:

Divulgação em 9 de junho de 2019

1. Moro diz a Dallagnol que estão há muito tempo sem operação e sugeriu trocar a ordem de fases da Lava Jato.

(fevereiro de 2016)

MORO: “*Olá. Diante dos últimos desdobramentos talvez fosse o caso de inverter a ordem das duas planejada (sic)*”. (Deltan respondeu que haverá problemas logísticos para acolher a sugestão. No dia seguinte foi deflagrada a Operação Acarajé)

(agosto de 2016)

MORO: “*Não é muito tempo sem operação?*”

DALLAGNOL: “*É sim*”

(A operação seguinte ocorreu três semanas depois)

2. Moro dá informalmente uma pista para o MP investigar Lula

(7 de dezembro de 2015)

MORO: “*Então. Seguinte. Fonte me informou que a pessoa do contato estaria incomodado por ter sido a ela solicitada a lavratura de minutas de escrituras para transferências de propriedade de um dos filhos do ex-Presidente. Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então repassando. A fonte é séria*”

DALLAGNOL: “*Obrigado! faremos contato*”

MORO: “*E seriam dezenas de imóveis*”

(o procurador diz depois que ligou para a fonte, mas ela não quis falar)

DALLAGNOL: “*Estou pensando em fazer uma intimação oficial até, com base em notícia apócrifa*”

MORO: “*Melhor formalizar então*”

(a suposta investigação não avançou)

3. Moro e Dallagnol falam da divulgação da conversa gravada entre a então presidente Dilma e o ex-presidente Lula

(março de 2016, antes da divulgação, quando Dilma anuncia que vai nomear Lula para a Casa Civil)

DALLAGNOL: *“A decisão de abrir está mantida mesmo com a nomeação, confirma?”*

MORO: *“Qual é a posição do mpf?”*

DALLAGNOL: *“Abrir”*

(seis dias depois)

DALLAGNOL: *“A liberação dos grampos foi um ato de defesa. Analisar coisas com hindsight privilege é fácil, mas ainda assim não entendo que tivéssemos outra opção, sob pena de abrir margem para ataques que estavam sendo tentados de todo jeito”*

MORO: *“não me arrependo do levantamento do sigilo. Era a melhor decisão. Mas a reação está ruim”*

(uma semana depois, porém, Moro, admoestado pelo ministro do STF Teori Zavazski, pediu desculpas)

4. Moro interfere na escalação de procuradores para inquirições

(março de 2017)

MORO: *“Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpa dizer isso, mas com discrição, tente dar uns conselhos a ela, ara o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem”.*

DALLAGNOL: *“OK, mantereí sim, obrigado!”*

5. Deltan tem dúvidas se tem elementos para denunciar Lula

(9 de setembro de 2016, dias antes de apresentar a denúncia contra Lula, num grupo com procuradores)

DALLAGNOL: *“Falarão que estamos acusando com base em notícia de jornal e indícios frágeis... então é um item que é bom que esteja bem amarrado. Fora esse item, até agora tenho receio da ligação entre petrobras e o enriquecimento, e depois que me falaram to com receio da história do apto... São pontos em que temos que ter as respostas ajustadas e na ponta da língua”.*

Divulgação em 14 de junho de 2019

6. Moro sugere que procuradores façam nota sobre depoimento de Lula e diz que defesa fez “showzinho”

(maio de 2017)

MORO: *“Talvez vcs devessem amanhã editar uma nota esclarecendo as contradições do depoimento com o resto das provas ou com o depoimento anterior dele”*

“Porque a Defesa já fez o showzinho dela”

SANTOS LIMA (chefe do MPF em Curitiba): *“Podemos fazer. Vou conversar com o pessoal”*
“Não estarei aqui amanhã. Mas o mais importante foi frustrar a ideia de eu ele conseguiria transformar tudo em uma perseguição sua”.

Divulgação em 18 de junho de 2019

7. Moro diz que não quer melindrar Fernando Henrique

(abril de 2017)

MORO: *“Tem alguma coisa mesmo séria de FHC? O que vi na TV pareceu muito fraco?”*
“Caixa 2 de 96?”

DALLAGNOL: *“Em pp sim, o que tem é muito fraco”*

MORO: *“Não estaria mais do que prescrito?”*

DALLAGNOL: *“Foi enviado pra SP sem se analisar prescrição”*

“Suponho que de propósito. Talvez para passar recado de imparcialidade”

MORO: *“Ah, não sei. Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante”*

8. Procuradores da força-tarefa discutem, às vésperas da eleição presidencial, formas de inviabilizar uma entrevista do então presidente Lula, que estava na cadeia, à colunista da Folha Monica Bergamo. A entrevista fora autorizada pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, sem data marcada. Acabou mesmo sendo feita só após a eleição.

(setembro de 2018)

ATHAYDE COSTA (procurador): *“N tem data. Só a PF agendar pra dps das eleições. Estará cumprindo a decisão. E ,se forcarem antes, desnuda ainda mais o caráter eleitoreiro”*

JULIO NORONHA (procurador): *“Como o Lewa já autorizou, acho que há dois cenários: a) A entrevista só para. FSP, possivelmente com o “circo armado e preparado; b) tentar ampliar para outros, para o “circo” ser menor (sic) armado e preparado, com a chance de, com a possível confusão , não acontecer”.*

PAULO GALVÃO (procurador): *“Passaram a petição da entrevista pra o antagonista? Vcs querem passar para o Globo?”*